

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais



Dissertação

Gênero e Democracia:

Rupturas e permanências no Orçamento Participativo de Porto Alegre (2005)

Andréia Orsato

Pelotas, 2008.

ANDRÉIA ORSATO

GÊNERO E DEMOCRACIA:

Rupturas e permanências no Orçamento Participativo de Porto Alegre (2005)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Pelotas, 2008

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano – Orientador (UFPeI/UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)

Prof^a. Dr^a. Márcia Ondina Vieira Ferreira (UFPeI)

Prof^a. Dr^a. Suzana Bórneo Funk (UFSC/UCPeI)

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a meus familiares por terem me oportunizado concluir mais uma etapa de meus estudos e, sobretudo, pelo apoio e carinho que sempre me ofereceram.

Quero prestar um reconhecimento especial ao Professor Dr. Alfredo Alejandro Gugliano que com seu potencial intelectual, capacidade crítica e sensibilidade orientou este trabalho contribuindo enormemente para meu aprofundamento no campo da pesquisa e enriquecimento não apenas profissional mas também pessoal em função de tudo o que me oportunizou fazer e conhecer ao longo do curso.

Agradeço em particular ao meu amigo Alan Melo que, num momento bastante delicado, com sua generosidade, amizade e acolhida foi fundamental para a etapa final de elaboração deste trabalho.

Agradeço também aos amigos da Casa do Estudante e às pessoas com que convivi ao longo do período em que estive compartilhando este espaço singular da Universidade, o qual muito contribuiu para minha formação.

Agradeço igualmente as professoras Márcia Ondina Vieira Ferreira e Helen Gonçalves pelas importantes considerações e sugestões feitas na fase inicial deste trabalho, o que foi de particular relevância para o prosseguimento do estudo.

Agradeço do mesmo modo aos colegas e amigos do Grupo de Pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública pelas conversas e ajuda na organização dos dados desta pesquisa em particular a Pedro Robertt, Robson Becker Loeck, André Luis Pereira e Ana Amélia Brauner Perera. Também agradeço o auxílio de Renel Prospere no processo de tradução dos trechos e na criação da versão em francês do resumo deste trabalho.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino-feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, tomando parte da ordem natural ou divina. Desta maneira a oposição binária e o processo social tornam-se ambos partes do sentido do poder ele mesmo; pôr em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema todo.

Joan Scott

RESUMO

ORSATO, Andréia. **Gênero e Democracia**: rupturas e permanências no Orçamento Participativo de Porto Alegre (2005). 2008. 151f. (Dissertação) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O Orçamento Participativo é um dos temas mais destacados pelas análises sobre a inovação democrática e a inclusão dos cidadãos na gestão pública. As primeiras análises visavam descrever as estruturas, o funcionamento e o envolvimento dos cidadãos nas instâncias participativas, demonstrando que este é um modelo de organização do Estado que tem como um de seus principais méritos o avanço qualitativo em relação ao modelo tradicional de democracia restrito à participação eleitoral, tendo em vista que busca o envolvimento dos cidadãos com a coisa pública. Mais recentemente, o enfoque em relação às experiências de democracia participativa refere-se aos seus resultados, problematizando os mecanismos pelos quais se efetiva a participação, as interações decorrentes com as estruturas do Estado e as implicações desta relação em termos de políticas públicas. Nesta direção, uma das questões que vêm sendo levantadas pela bibliografia a respeito de propostas de Orçamento Participativo é que a mesma possibilitaria a democratização das relações de gênero, contribuindo para transformar a histórica exclusão das mulheres dos processos decisórios. A partir desta problemática, desde o modelo de Orçamento Participativo que se desenvolve na cidade de Porto Alegre, este estudo pôde verificar que a combinação de participação e representação tem efeitos distintos no que se refere às relações de gênero. Por um lado, a participação permite maior inclusão das mulheres na esfera pública, por outro, a representação mantém a tradicional divisão sexual dos poderes e das esferas de atuação que homens e mulheres ocupam nos modelos tradicionais de democracia.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Esfera Pública. Democracia Participativa. Orçamento Participativo.

RÉSUMÉ

ORSATO, Andréia. **Gênero e Democracia**: rupturas e permanências no Orçamento Participativo de Porto Alegre (2005). 2008. 151f. (Dissertação) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Le Budget Participatif est l'un des thèmes le plus discuté par les analyses sur la nouveauté démocratique et l'inclusion des citoyens dans la gestion publique. En général, les premières études sur ce thème visaient décrire les structures, le fonctionnement et l'enveloppement dans les instances participatives, en démontrant que c'est un modèle d'organisation de l'Etat qui est comme l'un des principaux mérites l'amélioration qualitative en relation du modèle traditionnel de démocratie, limité par la participation électorale, en tenant compte que la recherche de l'enveloppement des citoyens avec le sphère public. Plus récemment, l'accent en relation à les expériences de démocratie participative se attribue à ses résultats, en questionnant les mécanismes par lesquels s'effectue la participation, les influences qui parcourent avec les structures de l'État et ses implications de cette relation en termes de politiques publiques. Dans cette direction, l'une des questions que doivent être abordées par la bibliographie à respect de propositions de Budget Participatif est que la même facilitera la démocratisation des relations des genres, en contribuant pour transformer l'historique de l'exclusion des femmes par les méthodes données. À partir de cette problématique, depuis le modèle du Budget Participatif qui se développe dans la ville de Porto Alegre, cette étude peut vérifier que l'assemblage de participation et représentation a des résultats différents en ce qui concerne les relations des genres. D'une part, la participation permet la plus grande inclusion des femmes dans le secteur public, d'autre part, la représentation conserve la division sexuelle traditionnelle des pouvoirs et les lieux de activité que les hommes et les femmes s'occupent dans les modèles traditionnels de démocratie.

Mots - Clé: Relations de Genres. Sphère Public. Démocratie Participative. Budget Participative.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Ano de aprovação do sufrágio feminino em alguns países do continente americano.....	65
Figura 2 Percentual de mulheres no Legislativo mundial (2002).....	66
Figura 3 Percentual de mulheres no Legislativo brasileiro em 2006.....	67
Figura 4 Ano de aprovação da lei de cotas nos países latino-americanos.....	68
Figura 5 Porcentagens globais de representatividade feminina (América Latina e Caribe).....	69
Figura 6 Percentual de representação feminina na Câmara de Deputados (2007).....	71
Figura 7 Participação feminina no total de eleitores da cidade de Porto Alegre (2000 e 2004) Etapas do Orçamento Participativo de Porto Alegre.....	95
Figura 8 Distribuição dos vereadores porto-alegrenses segundo sexo (1992-2004).temáticas e regionais do OP em Porto Alegre (1989- 2005)....	95
Figura 9 Percentual de mulheres no Legislativo municipal em Porto Alegre, Região Sul e Brasil (1992-2004).....	96
Figura 10 Número de vereadoras eleitas em Porto Alegre de acordo com os partidos políticos (1992 - 2004).....	97
Figura 11 Candidatos ao Executivo porto–alegrense por sexo (1992-2004).....	98
Figura 12 Mapa das regiões do Orçamento Participativo em Porto Alegre.....	103

Figura 13 Etapas do Orçamento Participativo de Porto Alegre.....	104
Figura 14 Participação popular nas assembléias temáticas e regionais do OP em Porto Alegre (1989-2005).....	106
Figura 15 Participação em assembléias regionais e temáticas do Orçamento Participativo (Porto Alegre - 2005) de acordo com o sexo.....	116
Figura 16 Distribuição dos participantes nas assembléias temáticas do Orçamento Participativo (Porto Alegre – 2005).....	117
Figura 17 Percentual de mulheres e homens nas assembléias temáticas do OP (2005) – Porto Alegre.....	118
Figura 18 Participação no Conselho do Orçamento Participativo (Porto Alegre – 2005).....	123
Figura 19 Participação no Conselho do Orçamento Participativo conforme regiões e temáticas de acordo com o sexo (Porto Alegre 1991-2005)...	124
Figura 20 Variação por sexo dos participantes do Conselho do Orçamento Participativo (Porto Alegre-1991 a 2005).....	125
Figura 21 Conselheiros temáticos (titulares e suplentes) do Orçamento Participativo (Porto Alegre – 2005) segundo o sexo.....	126
Figura 22 Conselheiros temáticos do Conselho do Orçamento Participativo (Porto Alegre 1994-2005) de acordo com sexo e temática.....	127

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI-5 – Ato Institucional N°5

BH – Belo Horizonte

CAR - Centros Administrativos Regionais

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina

CRC - Coordenação das Relações com a Comunidade

CT - Circulação e Transporte

DET - Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo

EEL - Educação, Esporte e Lazer

FEE/RS – Fundação de Economia e Estatística (Rio Grande do Sul)

Gaplan - Gabinete de Planejamento

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organização Não-Governamental

OCDUA - Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental

OP – Orçamento Participativo

PGSL - Programa Governança Solidária Local

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileiro

PPS - Partido Popular Socialista

PFL - Partido da Frente Liberal

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

SAS - Saúde e Assistência Social

SIMPA - Sindicato dos Municipários de Porto Alegre

UAMPA – União de Associações de Moradores de Porto Alegre

Fig. - Figura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 Gênero é relevante? Reflexões sobre o movimento feminista e o uso da categoria gênero.....	25
1.1 Os movimentos feministas.....	26
1.1.1 O movimento feminista brasileiro.....	36
1.2 O conceito de gênero.....	40
CAPÍTULO 2 Gênero, Esfera Pública e Democracia.....	53
2.1 A questão de gênero e a divisão esfera pública/esfera privada.....	54
2.2 Democracia representativa, cidadania e gênero.....	61
2.3 A inclusão das mulheres na esfera pública.....	66
2.4 Crítica à democracia representativa.....	74
CAPÍTULO 3 O debate sobre democracia.....	80
3.1 A democracia liberal-representativa.....	80
3.2 Uma outra perspectiva: a democracia participativa.....	86
CAPÍTULO 4 As mulheres e o Orçamento Participativo em Porto Alegre (2005)....	94
4.1 Dados populacionais e eleitorais.....	94
4.2 O Orçamento Participativo em Porto Alegre.....	98
4.3 A participação das mulheres em experiências de Orçamento Participativo.....	106
4.4 O Orçamento Participativo de Porto Alegre em 2005.....	115
4.4.1 As principais características do Orçamento Participativo em Porto	

Alegre (2005).....	116
4.4.1.1 A participação nas assembleias temáticas e regionais em 2005.....	116
4.4.1.2 A presença no Conselho do Orçamento Participativo.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	140

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito estudar as relações de gênero a partir da experiência de democracia participativa da cidade de Porto Alegre, intitulada Orçamento Participativo.

Meu interesse em pesquisar a participação política das mulheres em democracias participativas é produto de dois fatos principais: primeiramente, a questão de gênero é de particular relevância para mim por ser mulher, mas, sobretudo, devido ao meu envolvimento durante boa parte da graduação com a política no âmbito do movimento estudantil da Universidade Federal de Pelotas onde pude vivenciar a forma como o segmento feminino é caracterizado e inserido nas discussões e mobilizações.

De modo geral, assim como ocorre no âmbito regional e nacional, as mulheres são consideradas sujeitos secundários nos momentos decisórios, porém bastante úteis para *engrossar* as mobilizações e conquistar votos em campanhas eleitorais. Devido a este entendimento e à discordância quanto a esta forma de ingresso de boa parte das mulheres no espaço político - a qual eu mesma pude vivenciar - surgiu minha aproximação e interesse por estudar mais detalhadamente a participação política das mulheres.

Ao debate da questão de gênero agreguei a problemática da democracia, tomando como ponto de partida o fato de que a democracia liberal-representativa apresenta enormes limitações no sentido de contribuir para a redução das desigualdades de gênero e que as medidas inclusivas adotadas não têm surtido o efeito esperado. Por considerar que o modelo tradicional de democracia não comporta as demandas que se apresentam neste novo momento histórico, optei por analisar a inserção das mulheres numa forma de organização política sobre a qual existem novas expectativas de participação dos cidadãos. Neste sentido, a

democracia participativa se apresenta como uma forma emergente de inserção na esfera pública, assim como um modelo diferenciado de organização do Estado.

O caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre foi escolhido como foco de análise por ser uma das experiências mais antigas ainda em exercício e também pelo fato de considerar que este é um dos exemplos de democracia participativa que mais resultados positivos têm apresentado em termos de efetivação de sua proposta e de realização de suas deliberações.

Este trabalho parte ainda do entendimento de que mudanças substanciais ocorreram na ordem social global ao longo do século XX e que se aprofundam neste primeiro decênio do século XXI. Autores como, por exemplo, Antony Giddens (2000), argumentam que o mundo atual está completamente modificado, sendo que as alterações vêm ocorrendo desde o prisma de questões superestruturais, como mudanças no Estado, na democracia, nas relações de trabalho e na relação entre os países, mas também nos espaços da vida privada, onde mudam a família, as identidades, a percepção da sexualidade, da cultura, entre outros.

No que diz respeito às relações de gênero é relevante destacar algumas mudanças no sentido de uma maior inserção social das mulheres, entre elas, a entrada no mercado de trabalho, o acesso à escolaridade e a maior abertura para a participação política impulsionada por políticas públicas. Tais transformações foram possíveis principalmente com a intervenção do movimento feminista em seus diferentes picos de organização e de enfrentamento com a ordem estabelecida, podendo também ser definidas como conquistas das mulheres obtidas, sobretudo, ao longo do século XX e que incidiram diretamente sobre a construção das identidades, ou seja, reordenaram os elementos constitutivos das masculinidades e das feminilidades. Não por acaso fala-se hoje em crise da masculinidade.

A masculinidade seria compreendida como “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (CONNELL, 1995, p.188) e estaria estreitamente vinculada às relações sociais e aos corpos. Já a crise de masculinidade estaria relacionada às discussões levantadas pelo movimento feminista a respeito das diferenças entre os sexos, resultando na perda, por parte dos homens, dos referenciais anteriormente aceitos para a construção de suas identidades. Atualmente novas exigências estão postas para o universo masculino, entre elas, o cuidado das crianças e os trabalhos domésticos que transcendem as atividades tradicionalmente identificadas com o espaço de atuação dos homens.

Tais mudanças seriam resultado fundamentalmente da organização dos movimentos feministas, da emergência de novas formas de sexualidade e da criação de uma economia global que colocariam em xeque, sobretudo, a masculinidade hegemônica. Esta forma de masculinidade estaria calcada na representação dos homens ligados à cultura, à política e aos negócios, além de serem percebidos como sujeitos superiores corporalmente em relação às mulheres, assim como, dominando a tecnologia e o uso da violência (CONNELL, 1995).

Além dessas questões autores como, por exemplo, Göran Therborn em *Sexo e Poder – A família no mundo entre 1900-2000*, apontam para uma perspectiva de despatriarcalização do mundo ao longo dos últimos cem anos, ou seja, uma retração das formas de pensar e de organizar a sociedade baseadas numa visão masculina e na concessão de direitos apenas aos homens. Segundo o autor alguns elementos teriam contribuído para corroer o patriarcalismo, entre os quais caberia destacar: o maior acesso das mulheres à educação, a abertura ao mercado de trabalho, as políticas públicas, as redes internacionais, a cultura de massa, as mudanças na família, no casamento, o direito ao divórcio, a diminuição das taxas de natalidade/fecundidade, o direito de herança, o direito ao sufrágio, dentre outros.

Pensar o patriarcalismo como o grande perdedor neste período é de fundamental importância quando se discorre principalmente sobre as conquistas institucionais, as mudanças jurídicas na situação das mulheres, acima referidas. Porém, muitas vezes as mudanças formais-legais não se manifestam nas relações sociais, não tendo equivalência no mundo vivido onde as práticas patriarcais ainda se sobressaem, não obstante os direitos civis, políticos e sociais conquistados. Como bem lembrou Robert Connell (1995, p.1999), “numa cultura patriarcal, a diferença é sempre lida em termos hierárquicos, tendo o masculino como pólo de autoridade. A diferença se torna diferença/dominação. Esse fato cultural coloca limites a uma política popular de reforma baseada nos direitos”.

As mudanças sejam elas sociais, culturais, políticas ou econômicas sempre preservam algo de específico, como afirma Pierre Bourdieu (1999). Nesse sentido, em relação à questão de gênero, considera-se que alterações na condição das mulheres encobrem permanências nas posições que as mesmas ocupam. Vale salientar que se as mulheres são mais participativas no mercado de trabalho elas continuam a ganhar menos que os homens ocupando os mesmos cargos e que, de maneira geral, elas são aproveitadas em posições de menor hierarquia.

A análise das relações de gênero se apresenta como uma provocação para os estudos acadêmicos, em especial para as Ciências Sociais, tendo em vista que esta é uma temática tradicionalmente excluída de suas principais preocupações teóricas e empíricas.

Tal invisibilidade, fruto de uma visão androcêntrica de mundo que vê a ciência como uma construção neutra em relação às questões de gênero, passa a ser interrogada a partir das primeiras mobilizações do movimento feminista. Posteriormente, a partir dos anos 60 com os estudos a respeito das mulheres, esse questionamento ganha novo impulso ao passo que essa problemática passa a fazer parte das análises acadêmicas e se aprofunda com o desenvolvimento do conceito de gênero na década de 80.

Como afirmou Bourdieu (1999), é a partir do momento em que o movimento feminista trouxe para a esfera do politicamente discutível o que parecia estar circunscrito ao mundo privado, que a ciência pôde avançar no sentido de buscar compreender e formular questões a partir de uma nova perspectiva analítica. Este novo ponto de vista permitiu desvendar novas problemáticas e delimitar originais objetos de investigação sociológica.

Contudo, essa é ainda uma temática pouco explorada pelas Ciências Sociais, especialmente no que se refere aos estudos voltados para a presença das mulheres na esfera pública. Quando se acrescenta ao debate das relações de gênero a questão da democracia, os estudos são numericamente mais limitados.

No tocante à questão democrática é importante destacar que, ao longo do século XX este foi um tema de grande relevância debatido no campo da política nas sociedades ocidentais. Conforme apontam Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2005), num primeiro momento o debate sobre a democracia esteve centrado no problema da incorporação das sociedades ocidentais a este sistema. Porém, na segunda metade do século, quando o modelo liberal-representativo já era adotado por um grande número de países, a discussão se voltou para a organização democrática em sociedades capitalistas e, mais recentemente, às formas *alternativas* de exercício das relações políticas.

O modelo de democracia entendido como liberal-representativo, ou simplesmente representativo, prima muito mais pelas regras do jogo da eleição dos dirigentes do Estado, ou seja, os procedimentos que devem ser adotados para que um regime seja considerado democrático, do que pela valorização da inclusão dos

mais diversos atores sociais nos processos de tomadas de decisões políticas. Este paradigma tradicional de democracia desconsidera uma série de agendas específicas dificultando a canalização das demandas de determinados segmentos sociais, entre eles as mulheres.

Historicamente alijadas da política tradicional, por muito tempo impedidas do direito ao exercício da cidadania e mesmo não reconhecidas como cidadãs, às mulheres foi reservada a esfera privada, o cuidado com o lar. Em contrapartida, o mundo da política, da formação de opinião, da visibilidade e do debate a respeito dos rumos das sociedades é essencialmente identificado como um campo de atuação masculino.

Ao longo das últimas décadas muitos foram os esforços, por parte das teóricas e do movimento feminista, para buscar reverter as desigualdades de gênero. Ao mesmo tempo, várias medidas têm sido implementadas por diversos governos nacionais, visando ampliar a participação política das mulheres, como é o caso da política de cotas em candidaturas proporcionais. No entanto, se ocorre uma maior inserção das mulheres no que se denomina de esfera pública, também há uma reserva de temas e assuntos aos quais elas estão mais propensas a se voltarem.

Sendo assim, o modelo de democracia liberal-representativo não consegue dar conta de problematizar suficientemente os espaços de atuação conferidos a homens e mulheres, buscando ultrapassar agora não mais a exclusão de fato das mulheres, mas a formação de guetos que confinam as mesmas em determinadas atividades geralmente ligadas à imagem socialmente construída a respeito do que deva ser parte das preocupações femininas.

Paralelamente a este modelo de democracia emergiu, com maior força a partir dos anos 1970, o debate a respeito de formas de organização política que busquem maior participação dos cidadãos no envolvimento com os assuntos públicos. A experiência mais destacada de modelo de democracia que vá além da liberal-representativa tem sido a democracia participativa, a qual, dentre outras características, teria como um de seus eixos norteadores a busca por fazer frente às formas de poder do tipo patriarcal (SANTOS, AVRITZER, 2005).

Deste modo, uma alternativa que se abre para os estudos de gênero no campo político é a análise de como as relações de gênero são organizadas em outras formas de arranjos democráticos. Neste sentido, uma das experiências de democratização do poder local e forma alternativa de organização do Estado pode

ser encontrada a partir da análise da experiência de democracia participativa da cidade de Porto Alegre, intitulada Orçamento Participativo (OP).

O OP, na capital gaúcha, se desenvolve desde 1989, quando teve início na gestão do Partido dos Trabalhadores. Atualmente os estudos apontam para o fato de que esta se tornou uma das experiências mais exitosas de inclusão política dos diferentes atores sociais não apenas no contexto nacional, mas também internacional, servindo de referência para outras experiências de democracia participativa.

Compreendido como uma forma de democratização da gestão pública, o OP é percebido como um instrumento que possibilita a participação nos espaços deliberativos de segmentos historicamente excluídos dos processos políticos decisórios tradicionais. Assim, pensar como se efetivam as relações de gênero neste modelo de organização do poder local pode proporcionar outra perspectiva de compreensão destas mesmas relações e possíveis alternativas para a teoria e práticas feministas, bem como um aprofundamento das análises concernentes à democracia participativa.

Portanto, tendo em vista, primeiramente, a assimetria e a desproporcionalidade entre homens e mulheres na divisão social do poder político, e num segundo momento, a percepção da necessidade e o interesse em aprofundar o conhecimento a respeito das democracias participativas, esse estudo articula temas ainda pouco explorados na academia: as relações de gênero em experiências de democracias participativas, mais especificamente, a participação das mulheres na experiência de Orçamento Participativo de Porto Alegre no ano de 2005.

Nesse intuito, definiram-se alguns objetivos específicos a serem trabalhados. Sabendo que a elaboração da proposta orçamentária é iniciada em assembleias regionais e temáticas, pretende-se, em relação a ambas, descrever o perfil dos participantes de acordo com o sexo, bem como buscar compreender a participação de homens e mulheres nas assembleias temáticas.

Outro enfoque de análise é em relação ao Conselho do Orçamento Participativo, no qual se busca delinear o perfil das conselheiras e dos conselheiros do OP de Porto Alegre em 2005 de acordo com o sexo. Além disso, pretende-se visualizar a participação de homens e mulheres nas temáticas de discussão também presentes no Conselho do Orçamento Participativo, fazendo um balanço histórico

abrangendo o período de 1991 a 2005 para os conselheiros regionais e de 1994 a 2005 para os conselheiros temáticos.

Frente ao problema de pesquisa apresentado, um primeiro desafio foi o de desenvolver uma metodologia pertinente que permitisse resgatar a riqueza das relações entre homens e mulheres nas instâncias do Orçamento Participativo.

Nas Ciências Sociais existem uma diversidade de métodos de pesquisa, os quais são utilizados de acordo com a natureza do *objeto* que se deseja estudar e em conformidade também com o problema em questão, ou seja, com o que se deseja descobrir. Dessa maneira, para esse trabalho optou-se por uma metodologia de análise de dados de natureza quantitativa.

Partindo de uma perspectiva histórica, ao enfatizar a metodologia quantitativa é preciso ressaltar que sua utilização na construção do conhecimento sobre a realidade social é anterior à sociologia acadêmica. Desde os séculos XVII e XVIII, as estatísticas, como método próprio das ciências naturais, eram largamente utilizadas para estudar os fenômenos sociais. Conforme aponta D'Ancona (1998), tais estudos tinham o objetivo de proporcionar maior descrição e precisão da sociedade, estando ligados diretamente aos interesses do Estado, sobretudo àqueles referentes aos serviços militares e fiscais.

A partir de 1880, com o desenvolvimento da industrialização e da sociedade de massas, quando o Estado passa a se preocupar com dados sobre economia, população, assalariados e desempregados, entre outros, há uma utilização mais acentuada das estatísticas (BESSON, 1995). Não por acaso, o emprego da sociologia quantitativa, no século XX, tem seu ponto de partida na obra clássica de Émile Durkheim *O Suicídio*¹ (DESROSIÈRES, 1996).

No que tange à quantificação de dados, esta é uma metodologia que está assentada em três pressupostos. Primeiramente destaca-se o fato de que o cálculo é o meio pelo qual se apresenta a possibilidade de descobrir possíveis uniformidades entre os fenômenos; em segundo, a generalidade e universalidade dos resultados quantitativos e, finalmente, a facilidade de obter operações que permitem descrições, definições de categorias e relações que não seriam possíveis de outro modo (ASTI VERA, 1979a).

¹ Como é conhecido, esta obra recebeu vários questionamentos, entre eles, a carência de análise crítica dos dados coletados, como por exemplo, os registros obituários, os quais são produzidos de acordo com uma gama de interesses sociais e políticos (MERLLIÉ, 1998).

É preciso fazer referência ao fato de que não é qualquer objeto que pode ser quantificado, pois, a especificidade das estatísticas reside no seu grau de organização em direção à padronização das informações (MERLLIÉ, 1998). A má aplicação deste método causa sua própria repulsa por parte dos partidários de métodos qualitativos e até mesmo quantitativos. Um bom uso das estatísticas pode ser realizado na descrição de populações em vários aspectos e seu desenvolvimento através do tempo, o que significa a possibilidade de conhecimento das transformações demográficas de grandes grupos humanos, conforme aponta Asti Vera (1979b).

Além de sua utilização nos censos populacionais, encontra-se êxito nas estatísticas quando são utilizadas para comparações, desde que as categorias empregadas nos diversos estudos sejam equivalentes. Além do que, permite a obtenção de informação em percentuais, o que é fundamental para quem atua em espaços coletivos e múltiplos, que exigem esse tipo de informação. As estatísticas, mesmo sendo entendidas como uma representação simplificada da realidade social tornam-se, assim, bastante operatórias na ação cotidiana (BESSON, 1995).

As informações obtidas para uma análise estatística provêm geralmente de informantes e não necessariamente de fatos. Os dados podem ser tanto primários, quando colhidos pelo próprio pesquisador, ou secundários, quando originalmente pertencem a organismos públicos ou privados podendo ter sido publicados ou não e também provenientes de outras pesquisas. Nesse segundo caso, é preciso se certificar da metodologia empregada na coleta de dados, bem como, saber qual era o objetivo e o tempo de recolhimento dos mesmos (D'ANCONA, 1998).

Apesar destes cuidados, o uso de dados secundários apresenta algumas vantagens, podendo-se citar a fácil disponibilidade dos mesmos, o baixo custo, a obtenção de informações do passado - o que permite comparações - e a possibilidade de alcance de uma visão geral do fenômeno (D'ANCONA, 1998). Por outro lado, também lembra D'Ancona que há alguns inconvenientes em sua aplicação, cabendo-se destacar a não adequação aos objetivos da pesquisa; a possibilidade de serem dados incompletos; antigos; sujeitos a erros de metodologia e medição; responderem a apenas algumas variáveis e a mudança na definição dos conceitos.

Faz-se menção a tais aspectos tendo em vista que esta pesquisa está baseada em dados secundários fornecidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre

referentes à participação nas assembleias regionais e temáticas do OP realizadas em 2005. A coleta de dados foi feita nos arquivos do OP junto à Prefeitura, a partir da tabulação das fichas de cadastro dos participantes das assembleias do referido ano. Após esse primeiro passo, buscou-se quantificar a participação de mulheres e homens nas assembleias temáticas e regionais de elaboração do orçamento a fim de verificar o percentual de ambos os sexos que se fizeram presentes.

Em relação aos dados a respeito dos integrantes do Conselho do Orçamento Participativo para o período 1991-2005, os mesmos foram obtidos através de listas fornecidas, da mesma forma, pelo poder público municipal. A partir disso procedeu-se a identificação de cada integrante do Conselho e a realização de tabelas e gráficos de acordo com sexo e com a participação nas temáticas especificamente no ano de 2005 a fim de fazer uma comparação em relação ao percentual de mulheres e homens que participaram das assembleias populares e o percentual de ambos os sexos que se fizeram representar no Conselho do OP. Também foram sistematizados dados de representação de homens e mulheres no Conselho do Orçamento Participativo para o período 1991-2005 no sentido de visualizar a composição do Conselho ao longo destes anos e de 1994 a 2005 a fim de compreender a participação, desde o prisma das relações sociais de gênero, em relação às áreas temáticas.

Feitas estas considerações preliminares, a respeito da definição do *objeto* de investigação, razões do interesse pelo tema e breve discussão metodológica, passa-se à descrição do conteúdo dos capítulos.

O primeiro capítulo divide-se em duas partes centrais. Na primeira aponta características do movimento feminista, suas principais subdivisões e seus distintos momentos de organização, bem como, suas principais bandeiras de lutas. Na segunda parte do capítulo teço algumas considerações a respeito do histórico da formação e uso da categoria gênero enquanto uma categoria de análise e busco ressaltar a relevância de seu emprego, explorando seu potencial renovador para as abordagens a respeito das relações entre homens e mulheres.

Embora o trabalho esteja focado na participação das mulheres, achou-se conveniente tecer tal discussão para não perder de vista que essa participação é socialmente construída e é fruto das relações sociais de gênero. Ou seja, é o resultado da divisão arbitrária dos espaços sociais, atividades e usos legítimos dos corpos, os quais são internalizados a partir de práticas de socialização que

naturalizam a divisão do mundo entre masculino e feminino, como bem lembrou Pierre Bourdieu em *A Dominação Masculina*.

O segundo capítulo, seguindo esta linha de argumentação, centra a discussão em torno da divisão entre esfera pública e privada desde uma perspectiva de gênero. A partir desse recorte discute-se a trajetória histórica de conquista de direitos políticos por parte das mulheres, sobretudo o direito ao voto e mais recentemente devido aos baixos índices femininos de ocupação dos espaços decisórios, faz-se a discussão a respeito da política de cotas. Por fim, menciona-se o contexto atual em termos de ocupação nos espaços decisórios desde uma perspectiva quantitativa e de áreas de interesse preferenciais.

O terceiro capítulo discorre sobre a questão da democracia, destacando os elementos característicos da democracia liberal-representativa e o quanto esse modelo dificulta a inclusão de determinados segmentos sociais, dentre eles as mulheres. Contrapondo-se a esta forma de organização do Estado e como uma alternativa, apresenta-se alguns aspectos referentes à democracia participativa, traçando as especificidades que vêm sendo apontadas pela bibliografia especializada.

O quarto e último capítulo apresenta dados a respeito da situação social das mulheres no que concerne fundamentalmente a índices populacionais e de participação política referentes à cidade de Porto Alegre. Teço tais comentários para melhor compreender a situação social das mulheres e o contexto mais amplo em que se encontra o segmento feminino a fim de poder assimilar com maior precisão a maneira como as mulheres participam na experiência de democracia participativa de Porto Alegre.

Após essas considerações, destaco o Orçamento Participativo de Porto Alegre, apontando elementos estruturais e organizativos bem como a presença das mulheres nas assembléias regionais e temáticas no Conselho do Orçamento Participativo, no ano de 2005, buscando entender como se processa a participação das mulheres nessa forma de organização das relações políticas. Também busco reconstituir a participação das mulheres no Conselho do Orçamento Participativo desde 1991 para as regiões e a partir de 1994 para as temáticas.

Com isto pretendo visualizar a forma de inserção das mulheres nesta experiência de democracia participativa, assim como os temas por elas privilegiados para o debate, a fim de compreender se há uma lógica diferenciada de entrada no

mundo da política daquela que se encontra nas democracias tradicionais, estreitamente ligadas à lógica doméstica.

Ao articular o debate a respeito da problemática das relações sociais de gênero com a discussão acerca da democracia pretendo com este trabalho poder fornecer subsídios para o conhecimento da questão de gênero em democracias participativas - um tema ainda pouco explorado – além de contribuir para a teoria e prática feminista, bem como, para a construção da própria democracia.

CAPÍTULO 1

GÊNERO É RELEVANTE?

Reflexões sobre o movimento feminista e o uso da categoria gênero

Este capítulo tem por objetivo articular as reflexões acerca do movimento feminista com algumas considerações sobre o conceito de gênero enquanto uma categoria de análise. Proponho esta articulação por entender que o movimento feminista, ao contribuir para que se cunhasse o termo gênero, também tomou novo impulso, sobretudo a partir dos seus marcos teóricos. Além disso, da mesma forma que as lutas travadas pelos movimentos feministas, gênero é uma importante categoria de análise para o estudo da participação política das mulheres.

Em relação ao movimento feminista, inicialmente se abordará as clivagens internas e as diferentes etapas pelas quais este movimento tem passado desde suas primeiras manifestações, especialmente a partir do final do século XIX, até sua reemergência nos anos 60, no contexto dos *novos movimentos sociais*.

Uma das características centrais dos *novos movimentos sociais* é que estes influenciaram a construção de um modelo teórico assentado no aspecto cultural e numa redefinição da noção de política que passa a ser percebida enquanto uma dimensão da vida social. Isso contribuiu para que o marxismo deixasse de ser a principal teoria crítica capaz de explicar a ação individual e coletiva, na medida em que os indivíduos não eram mais vistos como sujeitos pré-determinados. O sujeito que emerge a partir dessas mobilizações passa a ser entendido como um coletivo difuso, não-hierarquizado e que luta pela mudança dos valores dominantes e das situações de discriminação. Afora isso, os movimentos sociais, que são adjetivados de *novos* por construírem uma nova forma de fazer política e pela politização de novos temas, se organizam em torno da defesa de uma identidade coletiva que

ultrapassa o recorte de classe, bem como em torno de lutas para assegurar direitos sociais (GOHN, 2000).

Mais recentemente a entrada em cena da categoria gênero contribuiu para dar impulso ao debate sobre o movimento feminista. Embora este conceito venha sendo utilizado já há algum tempo e seja bastante controverso nas teorias feministas, usualmente gênero é empregado nas análises relacionais entre homens e mulheres, enfocando, nessa interação, o aspecto da construção social da desigualdade sexual e não um fator de ordem biológica. Assim o debate sobre o conceito de gênero tem como proposta arrolar diferentes abordagens sobre o tema, buscando elementos para uma análise mais aguçada da participação das mulheres no Orçamento Participativo de Porto Alegre.

1.1 Os movimentos feministas

O tema do feminismo é controverso e de difícil classificação, existindo diversas correntes de pensamento no seu interior. Nesta seção pretendo apresentar uma parcela dessas abordagens, visando compreender a diversidade de dinâmicas desta perspectiva analítica.

De modo geral, uma parte considerável da pesquisa sobre o feminismo tem em maior ou menor grau um caráter crítico, questionando os papéis aos quais são relegadas as mulheres na sociedade e, muitas vezes, apresentando propostas para superar esta situação. Mesmo sendo perceptível que a maior parte dos movimentos feministas tenha por objetivo a transformação da situação opressiva à qual estão submetidas as mulheres, inexistente consenso sobre uma ampla gama de questões, desde a delimitação das características desta condição de subalternidade até a própria origem das desigualdades nas relações entre os sexos.

Algumas vertentes, como por exemplo, as feministas liberais, entre elas, Betty Friedman, compreendem a opressão das mulheres como algo que faz parte da organização social desde os primórdios da sociedade. Nessa direção, o principal argumento desenvolvido por uma das mais importantes feministas do final do século XVIII, Mary Wollstonecraft (1998), era de que a opressão das mulheres provinha da recusa dos direitos às mesmas, sobretudo do acesso à educação, considerando que as mesmas eram educadas para cumprir um papel subalterno em relação aos homens. Diz a autora:

Ao traçar as causas que, na minha opinião, degradaram a mulher, limitei as minhas observações àquelas que atuam sobre a moral e a forma de ser dos sexos, e me aparece com clareza que todas elas clamam pelo desejo de inteligência. [...] Porque não pretendo colocar nenhuma ênfase nos exemplos de umas poucas mulheres que, ao terem recebido uma educação masculina, adquiriram coragem e resolução. Apenas afirmo que os homens que se encontraram em situação semelhante adquiriram um caráter semelhante – [...] – e aquele caráter de homens geniais e talentosos que iniciaram uma classe na qual as mulheres nunca encontraram espaço (WOLLSTONECRAFT, 1998, p. 108).

Já para outras correntes posteriores, sobretudo as de tendência marxista, a situação em que as mulheres se encontram remontaria ao fim da sociedade matriarcal e ao concomitante surgimento do patriarcalismo. Para o marxismo a opressão das mulheres se fundamentaria nas relações econômicas e de classes do capitalismo. A formação do capitalismo e o surgimento da propriedade privada teriam sido “responsável [eis] pela destruição da ordem tribal igualitária e pela transformação das mulheres livres e iguais em esposas tuteladas, dependentes e subordinadas a homens-proprietários.” (LIMA, 1987, p.13).

Friedrich Engels influenciado pelas teses de Lewis Morgan sobre a existência de um primitivo modelo de organização social matriarcal no qual eram as mães as que determinavam o parentesco, associou o surgimento do patriarcalismo com o desenvolvimento da propriedade privada. Segundo este autor

O desmoronamento do direito materno [determinou], *a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (ENGELS, 1987, p.61).

De acordo com Andrew Vincent (1995), a problemática do patriarcado está presente em diversas perspectivas teóricas feministas. Contudo, há diferenças em termos da forma como esta questão tradicionalmente foi associada com outros temas como, por exemplo, o das classes sociais. Para as feministas radicais e as socialistas, o núcleo central para a compreensão da opressão das mulheres estaria no termo patriarcado². Segundo as feministas socialistas como, por exemplo,

² Para Vincent (1995), feministas socialistas são aquelas autoras que partem da idéia de que a opressão das mulheres está associada à divisão do trabalho, fazendo a relação entre sexo e classe.

Alexandra Kollontai, o patriarcado combinaria fatores econômicos e sexuais, haveria existido antes do capitalismo e possivelmente persistiria após a sua superação por ter um fundamento material e resultar da reprodução e da domesticidade. Para outras autoras, consideradas como feministas radicais, tais como Shulamith Firestone e Robin Morgan, a opressão das mulheres teria suas raízes nas tendências psicológicas, lingüísticas e biológicas. O patriarcado se reproduziria a partir do comportamento masculino.

E estas são apenas algumas diferenças entre um conjunto de autoras e perspectivas que têm em comum basicamente a luta contra a opressão das mulheres, fato que ajuda a esclarecer as dificuldades para delimitar uma tipologia das diferentes perspectivas feministas que, ao mesmo tempo, ordene a polêmica sem obscurecer a riqueza do debate epistemológico.

Em se tratando das origens do pensamento e das práticas feministas, Vincent (1995) sugere que o debate pode ser dividido em até quatro períodos, os quais apresentariam algumas precursoras deste movimento. O primeiro enfatiza que a preocupação com a questão da mulher data do início da consciência humana e que haveria um espírito próprio das mulheres, superior ao masculino no que se refere a suas capacidades inatas, ecológicas, a história do gênero humano teria se perdido em função do domínio dos homens.

A segunda vertente pontua que o feminismo teria sua origem no século XV com a obra de Christine de Pisan (1363-1430), *Livro das cidades das senhoras* (1405). Esta autora que teve sua obra reconhecida ainda em vida é considerada a mais importante poetisa da Idade Média e a primeira mulher a viver de seus escritos após a morte de seu pai e de seu esposo. Entre seus escritos destacam-se inúmeros poemas, a biografia do Rei Carlos V e textos de caráter educativo para mulheres, buscando a valorização das mesmas por meio da educação e da aprendizagem. A obra o *Livro das cidades das senhoras* se destaca por apresentar-se como uma elaboração teórica, com grande teor moral, que visava à construção de uma cidade

Já o feminismo radical é compreendido como uma tendência fundamentalmente norte-americana que teria iniciado no final dos anos 60 princípio dos 70, tendo como característica o fato de ser um movimento elitista que fazia a crítica ao marxismo. Devido à grande variedade de perspectivas analíticas dentro do feminismo radical é difícil visualizar uma característica comum além do fato de que boa parte de suas idéias são formuladas de maneira a-histórica e universalista, por estarem fundadas na biologia e na psicologia, o que também faz com que defendam a existência de características universais a todas as mulheres.

de mulheres célebres e virtuosas, fazendo analogia com o que chamou das três *senhoras*: a Razão, a Retidão e a Justiça (JULIANI, 2007; KARAWAJCZYK, 2006).

A terceira vertente teria como foco a personalidade de Aphra Behn (1640-1680), a qual foi uma mulher que participou como espiã da Corte de Charles II na rebelião das Índias Ocidentais e escreveu inúmeras peças e romances destacando-se enquanto autora no período em que viveu. Por fim, a quarta abordagem para o surgimento do feminismo data do final do século XVIII, sobretudo após a Revolução Francesa e a obra de Wollstonecraft: *A Vindication of the Rights of Woman* (1998)³.

Mesmo reconhecendo a existência da referida polêmica sobre as origens do feminismo, para fins de elaboração deste trabalho tomar-se-á como referência a idéia de que gradualmente a luta das mulheres foi se complexificando na direção de uma abordagem mais ampla sobre a sua condição de opressão. Assim,

Desde os primórdios da Revolução Francesa, no século XVIII, é possível identificar mulheres que de forma mais ou menos organizada lutaram por seu direito à cidadania, a uma existência legal fora de casa, único lugar em que tinham algum tipo de reconhecimento como esposas e mães. Fora dos limites da casa restavam-lhes a vida religiosa ou a acusação de bruxaria. Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX as lutas e manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e serem votadas. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo a primeira vaga de feminismo organizado pelo mundo (PINTO, 2003, p. 13).

Antes do movimento feminista organizado nos termos em que aponta Céli Pinto, teria ocorrido o que se denomina de *movimento de mulheres*. Haveria registros deste desde a Antiguidade a partir de revoltas de mulheres no Sul da Arábia contra a proibição de exercer o comércio imposta por Maomé; na América Latina e África das escravas rebelando-se contra as leis imperiais e, na Europa, no século XVIII durante a Revolução Francesa (MOLYNEUX, 1996)⁴.

³ Mary Wollstonecraft (1759 - 1797), escritora britânica, influenciada pelos escritos de Locke, de Rousseau e dos unitaristas, pretendia inserir nos Direitos do Homem as reivindicações das mulheres em torno da liberdade, igualdade social e política. Via na educação um meio para as mulheres obterem *status* econômico, político e social, bem como, o progresso da sociedade. Para a autora o casamento é uma forma de *prostituição legal*, as mulheres seriam *escravos convenientes* e que o único modo das mesmas serem livres seria se afastando do altar. Entre seus escritos, destacam-se: *Reflexões sobre Educação de Filhas* (1786); *A Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792), sua obra mais importante para o feminismo moderno e *Visão histórica e moral da origem e evolução da Revolução Francesa* (1794).

⁴ Para autoras como, por exemplo, Leticia Rios Garcia (2006), inspirada em teses de teóricas brasileiras, entre elas Vera Soares, Lucia Avelar e Céli Pinto, faz clara distinção entre o que se poderia considerar um movimento de mulheres e o movimento feminista. De acordo com a autora, o movimento de mulheres seria responsável por refletir e debater questões específicas de desigualdades, voltando-se para lutas em prol de bandeiras que garantiriam a manutenção da vida

De acordo com esta lógica, o movimento feminista propriamente dito toma corpo como uma força ideológica e política no final do século XIX, reivindicando o fim da desigualdade sexual e a emancipação das mulheres da opressão nos mais diversos contextos. Além dessas pautas, as mulheres reivindicaram o direito à educação e ao voto, este último, a principal bandeira de luta do período convencionalmente chamado de primeira *onda* do feminismo. Esse primeiro período que se estende de aproximadamente 1830 até 1920, teve como mote central de seu discurso e atuação a busca pela cidadania e igualdade de direitos civis (CARVALHO, 1999; PIERUCCI, 1999; VINCENT, 1995).

As reivindicações desta primeira fase identificam o feminismo como um movimento reformista, à medida que parte de uma perspectiva liberal clássica dos direitos civis e políticos (NYE, 1995), não questionando a própria organização política, mas buscando formas de incluir-se a fim de desfrutar das mesmas garantias formais estabelecidas para os cidadãos, no caso em questão, para os indivíduos do sexo masculino. Vendo garantidas algumas de suas reivindicações, sobretudo o direito ao sufrágio, assim como em função do cenário internacional marcado por guerras mundiais, o movimento feminista viveu nessa época um período de retração nas suas mobilizações.

Entretanto, o século XX conheceria mais duas *ondas* do movimento feminista. A segunda teve seu início no final de década de 60 e como característica central apresentaria o discurso da diferença associado ao debate a respeito da igualdade entre os sexos, ou seja, buscava a igualdade a partir do reconhecimento das diferenças. A idéia fundamental destas mobilizações, até mesmo por estarem inseridas no quadro dos *novos movimentos sociais*, era a busca por igualdade de direitos ao mesmo tempo em que reivindicavam o reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres. A partir deste momento passou-se a compreender a posição e a situação das mulheres como uma construção social, ou seja, como algo que não diz respeito à ordem natural das coisas, mas que é fruto de relações sociais,

cotidiana como, por exemplo, o direito à creche e à educação. Dessa forma o movimento de mulheres tornaria visível a diversidade das mulheres e dos problemas sociais. Já o movimento feminista compreenderia as mulheres como sujeitos políticos, voltando-se para ações com o objetivo transformação das relações de gênero: “Entende que a luta pelos direitos das mulheres é parte de um processo de transformação social em busca de igualdade, justiça social e liberdade.” (GARCIA, 2006, p.2). O que se observa com o passar do tempo, de acordo ainda com Garcia, é que houve uma diluição das fronteiras ente um movimento e outro com a inclusão de novos sujeitos e o alargamento das reivindicações.

portanto, passível de serem transformadas a partir da elaboração de outras regras ou formas de convívio social.

É em torno deste período que surge o conceito de gênero, o qual, num primeiro momento, orientou os estudos para a perspectiva de pensar as mulheres como portadoras de características universais em contraposição aos homens também universais, ou seja, como sujeitos que independentemente do contexto em que se encontram carregam, cada qual, elementos próprios e essenciais. Este ponto de vista passou a ser rejeitado pelas feministas dos anos 80, sobretudo a partir da discussão de raça/etnia dentro do próprio movimento engendrada pelas feministas negras que percebiam certa *cegueira racial* nas outras correntes (VINCENT, 1995). Assim, a terceira *onda* do movimento feminista visou compreender e ressaltar as diferenças entre as mulheres na busca pela compreensão da multiplicidade e heterogeneidade das mesmas.

As principais críticas à perspectiva de segunda onda foram feitas pelas feministas de tendência pós-estruturalista e pós-modernista, que centraram a análise na questão da linguagem, tecendo críticas às oposições binárias as quais precisariam ser desconstruídas sob pena de essencializar as mulheres e fazer com que se centrassem no lar, na maternidade:

A suposta diferença entre homens e mulheres ignora as diferenças entre as próprias mulheres, em termos de idade, raça, classe, cultura, etnia, nacionalidade, preferência sexual e estado civil. Essas diferenças podem, de fato, ser bem mais gerais que qualquer suposta e fictícia diferença de gênero. Tentar colocar todas as mulheres em uma categoria e todos os homens em outra é uma forma de discurso totalizante e repressiva. Nesse contexto, também se propõe que *nenhuma* característica é universal ou essencial na mulher. As essências dos gêneros são construtos sociais (VINCENT, 1995, p.202).

Dessa forma, ressalta-se que a discussão teórica dentro do movimento feminista sofreu várias transformações ao longo do século XX, cedendo lugar para novas abordagens. Uma das questões mais significativas a ser mencionada foi justamente a dicotomia igualdade/diferença, questionada, sobretudo por parte das feministas de tendência pós-estruturalistas. Chantal Mouffe, por exemplo, ao propor a construção de uma concepção de democracia radical, sugere a superação desta oposição. Em suas palavras:

Todo o falso dilema da igualdade *versus* a diferença se derruba no momento em que já não temos uma entidade homogênea “mulher” enfrentada com

outra entidade homogênea “homem”, mas uma multiplicidade de relações sociais nas quais a diferença sexual está construída sempre das mais diversas formas, e onde a luta contra a subordinação tem que colocar-se de formas específicas e diferenciadas. A pergunta de se as mulheres têm que se tornarem idênticas aos homens para serem reconhecidas como iguais, ou a de se [elas] têm que afirmar sua diferença ao preço da igualdade, aparece como uma pergunta sem sentido já que as identidades essenciais são postas em dúvida. (MOUFFE, 1999, p.112-113)⁵.

A idéia central é desconstruir as polaridades e as oposições homólogas de que o feminismo da diferença continua a se valer, como por exemplo, nas teorias de Nancy Chodorow e Carol Gilligan. A primeira, partindo de características biológicas, as quais seriam comuns a todas as mulheres, acredita que a *maternação* seria um dos elementos universais e duráveis da divisão social do trabalho, insistido no fato de que às mulheres cabe o cuidado das crianças. Na mesma direção, a perspectiva de Gilligan, voltada para o desenvolvimento psicológico, sustenta que a *maternação* tem influência na formação da personalidade, universalmente diferentes para homens e mulheres. Os homens estariam ligados a uma *ética dos direitos*, fundamentada em princípios abstratos e na igualdade entre os indivíduos. As mulheres, pelo fato de seu processo de desenvolvimento estar baseado nas relações, na responsabilidade e nas redes de relacionamentos tenderiam a uma *ética do cuidado*⁶ (CARVALHO, 1999).

Segundo Marília Carvalho (1999) as principais críticas a essas autoras do feminismo da diferença reside no fato de que uniformizariam seus estudos para todas as mulheres, desconsiderando as diferenças entre as mulheres em função de uma visão de sociedade que, entre outros, mal inclui as contradições e a dinâmica dos processos sociais, assim como a diversidade. Em geral, partem de um ponto de vista branco, ocidental e de classe média, uniformizando categorias como, por exemplo, *homem e mulher*.

⁵ “Todo el falso dilema de la igualdad *versus* la diferencia se derrumba desde el momento en que ya no tenemos una entidad homogénea “mujer” enfrentada con otra entidad homogénea “varón”, sino una multiplicidad de relaciones sociales en las cuales la diferencia sexual está construida siempre de muy diversos modos, y donde la lucha en contra de la subordinación tiene que plantearse de formas específicas y diferenciales. La pregunta de si las mujeres tienen que volverse idênticas a los hombres para ser reconocidas como iguales, o la de si tienen que afirmar su diferencia al precio de la igualdad, aparece como pregunta sin sentido una vez que las identidades esenciales son puestas en duda” (MOUFFE, 1999, p.112-113).

⁶ A *ética do cuidado* é compreendida como uma ideologia moral onde a responsabilidade pelo outros, com o eu e com a manutenção das conexões são fatores determinantes. Esta ética seria o resultado de um processo de desenvolvimento das mulheres baseado no altruísmo, na abnegação, na negação dos desejos e do próprio eu (CARVALHO, 1999).

Como um dos principais resultados desta polêmica pode-se apontar que a mesma traz à tona as diferenciações internas do movimento feminista, sejam teóricas, sejam políticas. Se num primeiro momento o discurso da igualdade de direitos era o mais visível, logo em seguida passou-se para o discurso das diferenças entre homens e mulheres e, por fim, chegou-se às diferenças, isto é, ao reconhecimento da pluralidade das condições e situações vividas pelas mulheres (PIERUCCI, 1999).

Destaca-se que nem todas as análises estão de acordo com esta periodização sobre o movimento feminista. Sonia Bañón, por exemplo, defende a idéia de que a primeira *onda* do feminismo haveria iniciado no século XVIII tendo como foco central a luta pela igualdade, a inclusão das mulheres, a busca pela cidadania e a garantia de direitos. A segunda *onda* do feminismo surgiria, nessa concepção, como um movimento social de libertação, o qual apresentaria identidade teórica e organizativa suficiente para perpetrar o movimento sufragista do século XIX, a principal luta das mulheres nessa segunda *onda*. Assim, essas mobilizações teriam como conceito chave a idéia de igualdade de direitos entre homens e mulheres e, por este motivo, os movimentos deste período são definidos como *feminismo da igualdade* (BAÑÓN, 2003).

Conforme a referida autora, a terceira *onda* do feminismo seria aquela iniciada nos anos 70 e identificada com o surgimento dos *novos movimentos sociais*. Haveria também uma quarta *onda* feminista, principiada a partir do final dos anos 80, que criticou a insuficiência das teorias feministas as quais não davam conta das análises a respeito das mulheres e das relações de gênero porque não apreendiam as circunstâncias diferentes vividas pelas mulheres, exigindo que se pensasse a diferença entre as próprias mulheres (BAÑÓN, 2003).

A terceira e quarta *ondas* do feminismo estariam identificadas, nesta perspectiva, como o *feminismo da diferença*, o qual apresentaria três escolas: a) o pensamento maternalista que pensa a diferença entre homens e mulheres como uma questão moral. Esta seria a vertente de Carol Gilligan e Nancy Chodorow; b) as teorias pós-estruturalistas, as quais acreditam que a identidade feminina não pode ser representada, pois toda representação é falocêntrica e masculina. Representariam esta corrente Luce Irigaray, Hélène Cixous e Julia Kristeva; c) o feminismo que pensa as múltiplas diferenças que atravessam a diferença sexual

voltando-se contra o essencialismo (BAÑÓN, 2003). Faria parte desta corrente principalmente Judith Butler, Donna Haraway e Rosemary Hennessy.

Já para Eva Blay, o movimento feminista estaria da mesma forma temporalmente dividido em três etapas, porém, a primeira *onda* estaria associada às manifestações do século XIX, sobretudo nos aspectos literários, jornalísticos, romancista e às manifestações contra as discriminações sofridas pelas mulheres. A segunda *onda* do movimento feminista mundial corresponderia ao movimento sufragista das primeiras décadas do século XX e a terceira *onda* iniciaria nos anos 60, com o ressurgimento do movimento feminista⁷ (BLAY, 2004).

Neste trabalho tomar-se-á como referência a primeira classificação do movimento feminista apresentada por autores como, por exemplo, Antônio Flávio Pierucci (1999), Andrew Vincent (1995) e principalmente por Céli Pinto (2003), segundo a qual as primeiras manifestações do movimento feminista teriam ocorrido a partir do século XIX e foram se intensificando no século XX com as reivindicações por igualdade de direitos. O debate a respeito da garantia das liberdades individuais foi a marca do primeiro feminismo. Para ser sujeito livre, era preciso se tornar igual ao modelo de sujeito livre estabelecido pela sociedade, era necessário se tornar *homem*. As mulheres procuravam ser iguais aos homens em tudo, fenômeno este caracterizado como a “masculinização da mulher” (COLLING, 2004, p.30).

Essas manifestações iniciais buscaram reivindicar os direitos individuais e políticos prometidos pelo liberalismo e pela democracia (MIGUEL, L., 2000). Portanto, foi uma luta por igualdade entre os sexos ocultando as inúmeras diferenças, seja na relação homem/mulher, seja entre os homens e as mulheres. Pairava a idéia da existência de uma mulher e de um homem universal, de uma essência comum entre as mulheres e entre os homens, o que somente vai ser revisto nos discursos feministas na segunda metade do século XX.

Após a conquista de alguns direitos institucionais, entre eles o sufrágio, houve uma estagnação do movimento feminista aproximadamente entre 1920 e 1960. Este refluxo geralmente foi associado à depressão que adveio da crise de 1929 e aos sucessivos períodos de guerras, os quais teriam feito com que as preocupações se voltassem para questões mais práticas e imediatas, relativas ao bem-estar e às aspirações econômicas (VINCENT, 1995).

⁷ No Brasil, de acordo com a autora, em função da ditadura militar o movimento feminista de terceira onda tomará força apenas nos anos 80 na luta pela democratização.

A segunda *onda* do movimento dataria dos anos 60, no contexto dos *novos movimentos sociais*, enfatizando as diferenças entre homens e mulheres. O ressurgimento do feminismo nos anos 60, conforme aponta Verena Stolke (2004), vem acompanhado de novas perspectivas teóricas influenciadas pelas obras de Simone de Beauvoir *O Segundo Sexo* (1949), Betty Friedan *A Mística Feminina* (1963) e Germaine Greer *A Mulher eunuco* (1971).

O movimento feminista dos anos 60 acaba, além das características já expostas, centradas na dicotomia igualdade/diferença, avançando na discussão em termos políticos ao afirmar que o *pessoal é político*⁸. É um movimento que busca problematizar as balizas conceituais do que se entende por político, até então restrito à esfera pública e às relações que neste espaço se desenvolvem. Conforme pondera Ana Alice Costa,

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo trás para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. O movimento resignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder e as formas em que é exercido (COSTA, A., 2005, s/p).

Na perspectiva adotada neste trabalho a terceira *onda* do movimento feminista teria origem nos anos 80 acentuando as diferenças existentes entre ambos os sexos. Esta opção deve-se ao fato de que não se encontraram elementos suficientes na literatura para afirmar que as mobilizações das mulheres precedentes ao século XIX representariam necessariamente uma luta pela transformação da condição em que as mulheres se encontravam.

Além disso, retomando o pensamento de Pinto (2003), nesse período as mulheres não estiveram organizadas de modo a caracterizar um movimento feminista, considerando que as mesmas se mobilizavam de acordo com as necessidades imediatas ou para ocupar espaços até então proibidos a elas, principalmente na esfera da política e da economia, sem, no entanto, formarem um

⁸ Segundo Vincent (1995) este se tornou o principal slogan do movimento feminista. A idéia principal é que a divisão público – privado é uma estratégia ideológica e manipuladora que dá margem aos interesses patriarcais. A origem deste termo estaria no feminismo liberal, o qual problematizou a percepção de que o lugar das mulheres é no lar e suas atividades devem estar a ele vinculados, assim, questionaram a identificação da vida pessoal, da família e da economia como um campo de domínio privado.

movimento duradouro e com força para promover transformações de fundo da sociedade.

1.1.1 O movimento feminista brasileiro

Se, em termos internacionais, o movimento feminista apresenta as características acima descritas, no caso brasileiro, as primeiras mobilizações do movimento feminista podem ser datadas do final do século XIX até 1932. Embora tendo os direitos políticos como centro das reivindicações, este primeiro movimento apresentou diferentes manifestações, graus de radicalidade e ideologias.

Conforme Pinto (2003), o movimento feminista deste período apresentaria duas tendências: uma primeira denominada de *feminismo bem comportado*, o qual, liderado por Berta Lutz, lutava pela incorporação das mulheres como sujeitos políticos e tinha como estratégia principal a busca pelo apoio de pessoas consideradas influentes no país.

A segunda tendência chamada de *feminismo mal comportado* tomava como linha principal de atuação o enfrentamento a partir de passeatas, da literatura, do teatro e dos movimentos anarquistas. O objetivo dessas manifestações consistia em apontar a dominação e a opressão masculina, chamando a atenção para as diferenças e defendendo a idéia de que não seria possível se chegar à igualdade sem passar pelo reconhecimento da diferença, um debate que, no movimento feminista internacional somente será central a partir dos *novos movimentos sociais*:

Essas mulheres, no início do século XX, anteciparam uma luta que só ganha espaço e legitimidade no fim do século, a do reconhecimento e especificidade da opressão, isto é, que os oprimidos não são oprimidos da mesma forma. Que ser mulher, ser negro ou pertencer a qualquer outra minoria traz uma carga a mais em relação a ser homem e branco. Essas anarquistas, na contramão dos movimentos libertários da época, chamavam a atenção para as diferenças (PINTO, 2003, p.35).

Além disso, o movimento feminista brasileiro desse período apresenta como características marcantes o esforço para redimensionar o político, assim como mencionado anteriormente e, da mesma forma se viu obrigado a lidar com outra questão bastante delicada, o contexto específico em que o país se encontrava - os tempos mais duros da ditadura militar. Em dezembro de 1968, a proclamação do Ato Institucional N° 5 (AI-5) fechava o Congresso Nacional e apontava para a

possibilidade de intervenção nos estados e municípios, suspendia uma série de direitos políticos, entre eles atividades ou manifestações de cunho político, bem como, algumas garantias constitucionais ou legais. Além disso, o AI-5 suspendia a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. O AI-5 ainda permitia o confisco de bens e impedia a apreciação judicial de todos os atos praticados com base nos artigos do mesmo Ato Institucional.

Conforme Pinto (2003), paralelamente ao movimento formado por mulheres das classes média e popular que buscavam meramente se inserirem na vida pública com a característica de mães, donas-de-casa e esposas, outros grupos de mulheres vinculados às associações de moradores e de clubes de mães, passaram a ressaltar, a partir dos anos 70, aspectos especificamente ligados ao gênero, entre eles, creches e trabalho doméstico. Dessa maneira, o movimento feminista expandiu-se por meio de uma série de outros grupos pelas maiores cidades brasileiras com o intuito de dar visibilidade e importância a questões como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher e a sexualidade (COSTA, A., 2005).

Segundo Céli Pinto, esse movimento feminista desenvolveu-se a partir de duas vertentes: por um lado, a busca de sua autonomia organizativa e ideológica frente ao Estado, partidos políticos e aos demais movimentos sociais, visando se firmar como um movimento em prol da luta pelas mulheres e, por outro, a luta contra a ditadura militar, o que, por vezes, fez com que o movimento das mulheres fosse compreendido como um “desvio pequeno-burguês”:

O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. Principalmente na luta das mulheres e dos negros, a questão da desigualdade social é central. Tal circunstância pode levar a dois cenários: o primeiro muito presente nos partidos de esquerda, que tendem a minimizar essas questões específicas, incluindo-as como parte do problema maior da desigualdade. O segundo cenário é o da presença da questão da desigualdade no interior dos movimentos, reconhecendo as diferenças que essa desigualdade toma quando se trata de mulheres, pobres, negras, sem-terra ou, de outro lado, de mulheres ricas ou intelectualizadas (PINTO, 2003, p.45-46).

Este processo vivido no Brasil apresentaria três características fundamentais: a) autonomia no sentido de afirmação da questão feminina num cenário marcado pelo político; b) crítica da condição de dominação das mulheres “numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população” (PINTO, 2003, p. 46) e c) ênfase nas diferenças entre as mulheres e seus distintos problemas (PINTO, 2003).

Em âmbito mundial, no decorrer da década de 70 ocorreu uma expansão do movimento feminista e da literatura a respeito do tema; concomitantemente novas pautas foram sendo construídas, criando-se espaço para a *diferença dentro da própria diferença*, assim como contribuindo para um cenário favorável ao surgimento da terceira *onda* do movimento feminista. Em última análise, isso significou que as mulheres passaram a ser vistas de acordo com seu contexto social, cultural, de classe e de raça/etnia, fato influenciado, entre outros, pelo movimento de mulheres negras (SOARES, 2004; PEREIRA, 2004).

O movimento das mulheres negras fez com que o movimento feminista reelaborasse sua prática e seu discurso, processo conhecido como “enegrecimento do feminismo” (CARNEIRO, 2003, p.118). Segundo Sueli Carneiro, houve uma politização das desigualdades de gênero e o reconhecimento da diversidade racial e cultural. Por um lado, destacou-se a importância da mulher enquanto sujeito político e, por outro, a necessidade de reconhecer as desigualdades e as diferenças entre as mulheres (PEREIRA, 2004; OLIVEIRA, SANT’ANNA, 2002).

Em termos do desenvolvimento do movimento feminista brasileiro, os anos 80 apresentam um conjunto de especificidade que merecem ser sublinhadas. De forma geral, esse período foi marcado por dois acontecimentos: a) a anistia dos presos e exilados políticos, assinalando o regresso de muitos militantes de esquerda bem como, a maior liberalização e menor repressão do regime militar; b) a reforma partidária que acabou com o bipartidarismo (PINTO, 2003).

Esse processo foi importante porque fez com que o movimento feminista tomasse outro rumo; agora sua prioridade era a questão política, ou seja, buscava atuar politicamente através de pressão organizada e propositiva, perpetrando a divisão das feministas entre os dois principais partidos de combate à ditadura: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). De modo geral, o eleitorado feminino passou a fazer parte da agenda de interesses de partidos e candidatos, os quais passaram a incorporar suas demandas

em programas e plataformas eleitorais, bem como a criar Departamentos Femininos (COSTA, A., 2005).

Nesse período de democratização o feminismo nacional, seguindo tendência dos demais movimentos sociais, foi caracterizado pela institucionalização por meio da criação dos Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher e pela partidização. Com as eleições de 1982 as feministas sofreram grande divisão, existindo naquele momento uma vertente que lutava pela institucionalização e pela aproximação da esfera estatal (conselhos, partidos, cargos eletivos) e outra que queria manter a autonomia por temer sua cooptação pelos partidos políticos. Esta última vertente mais tarde irá formar grupos autônomos organizados em torno de temáticas tais como as da violência e saúde (PINTO, 2003).

Além disso, com a Assembléia Nacional Constituinte, no final dos anos 80, o movimento feminista autônomo e outras organizações do movimento de mulheres conduziram uma campanha nacional denominada *Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher* com a finalidade de articular as demandas das mulheres, as quais foram apresentadas à sociedade civil e aos constituintes através da *Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte*. Ainda nos anos 80, foi criada uma série de *ONGs feministas*, com o objetivo de pressionar o Estado no sentido de elaboração de políticas públicas para este setor (COSTA, A. 2005; PINTO, 2003), o que tendeu a se manter e aprofundar na década de 90.

Também nos anos oitenta despontou o feminismo acadêmico que visava elaborar uma produção consistente sobre as mulheres, denotando a amplitude que toma o próprio movimento e suas divergências internas sem deixar de lado seu fluxo combativo e questionador da condição das mulheres. Nesse contexto o termo gênero passou a ser usado para os estudos sobre as mulheres e, posteriormente, para as abordagens da relação entre homens e mulheres. É significativo que gênero passou a expressar de forma positiva a diferença entre os sexos, as quais passaram a ser culturais e não mais naturais ou biológicas (PIERUCCI, 1999, PEREIRA, 2004, entre outros).

Uma das primeiras referências do uso da idéia gênero como uma construção social, embora usando a categoria sexo, e que serviu de grande inspiração para as feministas a partir dos anos 60 são os escritos de Simone de Beauvoir, especialmente em seu célebre livro *O Segundo Sexo (1949 -1951)*, no qual afirma:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é um conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1980, p.9).

A substituição pelas feministas acadêmicas do conceito de sexo, o qual reportava ao dado biológico, pela categoria gênero, na sua acepção acima referida, é entendida como um momento de “renascimento teórico” (PIERUCCI, 1999, p.123) da teoria feminista, a partir da qual foi possível a construção de novas problemáticas e novos enfoques de análise.

1.2 O conceito de gênero

Embora o conceito de gênero desfrute de posição central na teoria feminista que emerge no final do século XX, não há um marco teórico único do qual partam as discussões sobre o tema (SABAT, 2001). Isto ocorre em função da heterogeneidade do movimento feminista, bem como das concepções teóricas e políticas distintas que orientam suas diferentes correntes.

Num primeiro momento, gênero foi empregado para designar o estudo a respeito das mulheres (LOURO, 1995; PEREIRA, 2004; PIERUCCI, 1999; SCOTT, 1990). A partir do reconhecimento de que a história em geral tem sido a história específica dos homens, o objetivo do uso da categoria gênero era recontar a história sob uma ótica feminina propondo integrar as mulheres na narrativa histórica, construindo o que se poderia denominar de uma “história das mulheres” (BOCK, 1991, p.56). As análises feministas demonstraram, então, que as mulheres também são sujeitos históricos e estão presentes, de forma diferente que o homem, no curso das transformações sociais (SCOTT, 1990).

Boa parte da bibliografia dirigida para o debate sobre a questão de gênero afirma que algumas teóricas, entre elas Natalie Davis, insatisfeitas com a posição subalterna que as mulheres continuaram a desfrutar dentro da história, propuseram uma nova forma de pensar o conceito gênero, o qual passou a ser utilizado para designar as relações entre homens e mulheres. Isso implicou considerar que um estudo que levasse em conta apenas as mulheres seria insuficiente, sendo preciso que as análises buscassem uma abordagem relacional (FERREIRA, 2006; LOURO, 1995; PEREIRA, 2004; PIERUCCI, 1999; SABAT, 2001 e SCOTT, 1990).

Tal construção do conceito possibilita observar que houve a transformação do objeto empírico mulher, ou seja, o uso da categoria mulher como objeto de investigação para a utilização do conceito de gênero, passando a incluir como objetos/sujeitos de análise tanto os homens, quanto as mulheres, gays, transexuais e lésbicas (PEREIRA, 2004).

De acordo com Ruth Sabat (2001), essa mudança no uso da categoria gênero é fruto da percepção de que não bastava reescrever a história incluindo as mulheres, visto que elas continuariam sendo inferiorizadas. Os estudos feministas, deste modo, viriam a contribuir para uma mudança epistemológica, desconsiderando o caráter exclusivamente biológico do sexo, tendo em vista que gênero ou relações sociais de gênero passou a ser concebido como uma construção social e histórica imposta sobre o dado biológico (LOURO, 1995; SABAT, 2001 e SCOTT, 1990):

[...] o conceito permite desnaturalizar uma série de fenômenos históricos e superar a abordagem limitadora da consideração estritamente biológica como fundamento das *diferenças* entre homens e mulheres. Dessa forma, o fundamento social dessas diferenças aponta no sentido de interpretá-las como *desigualdades*, enraizadas nas concepções e práticas culturais do que é definido como “ser homem” e “ser mulher” em cada contexto particular, e por isso, passíveis de diferentes configurações e conteúdos concretos e simbólicos (HOLZMAN, 2000, p.259-260).

Se o ponto central do conceito gênero - o dualismo natural/cultural⁹ - ainda não está resolvido, o que as diversas abordagens têm de consensual em relação ao gênero é o fato de tentar desvendar as posições, lugares, *papéis* desiguais e subalternos construídos histórica e socialmente em relação às mulheres (PEREIRA, 2004). Existem, de acordo com Pereira, diversas abordagens para o termo: a) sistema sexo/gênero; b) gênero como construção cultural; c) o conceito de *habitus* de Bourdieu com contribuição para os estudos das relações de gênero associado aos estudos da psicanálise e, d) a abordagem construcionista/desconstrucionista.

No sistema sexo/gênero, segundo Pereira (2004), persiste a dicotomia entre biológico e cultural, sendo que o gênero derivaria então da diferença sexual. Nesta perspectiva, os arranjos de gênero asseguram a reprodução social e as construções

⁹ De acordo com Pereira (2004), o natural estaria ligado ao sistema sexo/gênero, a partir do qual os estudos se ateriam às relações sociais de sexo, hoje, relações sociais de gênero, enquanto que o aspecto cultural diz respeito ao caráter simbólico arbitrário da categoria gênero. Esta seria uma construção histórico/cultural desvinculada do biológico. Há ainda uma terceira teoria que afirma a *natureza biológica* das relações entre os sexos.

sociais expressando relações de gênero, classe e raça. Entre as principais teóricas desta abordagem cabe destacar Joan Scott, para quem

O termo gênero faz parte de uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens¹⁰. É, ao meu ver, significativo que o uso da palavra gênero tenha emergido num momento de grande efervescência epistemológica entre os pesquisadores das ciências sociais, efervescência que, em certos casos, toma a forma de uma evolução dos modelos científicos para os modelos literários (SCOTT, 1990, p.13-14).

Para esta autora, a definição de gênero está baseada em duas proposições. Na primeira, o conceito de gênero é apresentado enquanto *um* elemento das relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos, o que implica considerar: 1) as representações simbólicas; 2) os conceitos normativos que evidenciam as interpretações do sentido dos símbolos; 3) a percepção do discurso que atribui eternidade à oposição binária, o que significa compreender as relações de gênero a partir de uma noção de política, de instituições e organização social e, por fim, 4) as identidades subjetivas das relações de gênero: como são construídas e como se relacionam com uma série de atividades, organizações e representações sociais.

Já na segunda proposição, este conceito é entendido como o primeiro, mas não o único modo de atribuir significado às relações de poder:

O gênero é então um meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as (os) historiadoras (es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito legitima e constrói as relações sociais, elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política (SCOTT, 1990, p.16).

Devido à insuficiência das abordagens sobre as relações de gênero no campo da política e pelo fato de que a história política tem resistido a incluir materiais e questões sobre as mulheres e gênero é que teóricas como Scott (1990) entendem a necessidade de aprofundar estudos nesta área. A autora argumenta ainda que a

¹⁰ Aqui a autora se refere às abordagens feministas, marxistas e psicanalíticas nas vertentes pós-estruturalista francesa e psicanalítica. Ao longo do artigo desenvolve os pressupostos sob os quais estão assentadas e uma série de críticas a elas em função do uso descritivo da categoria gênero que fazem com que não possam dizer porque as relações entre os sexos são como são, como funcionam e como mudam, ou seja, têm limitado poder de explicação e de questionamento dos paradigmas vigentes.

teoria política sempre ressaltou a impossibilidade do exercício da atividade política por parte das mulheres em função ou de leis naturais ou divinas, construindo uma simbologia do poder político que tem como característica uma masculinidade que exclui as mulheres dos espaços de tomadas de decisões da sociedade¹¹.

Guacira Louro (1995) teoriza sobre a importância da conceituação de Scott para os estudos relativos às mulheres, os quais passaram a considerar as mesmas como agentes sociais e políticos, como sujeitos de sua própria história e merecedores de análises específicas, fugindo à mera lembrança em notas de rodapé. Além disso, o conceito de gênero possibilitou a construção de novos paradigmas, sendo estratégico na tentativa de legitimar os estudos sobre as mulheres, atribuindo aos mesmos um caráter mais acadêmico e menos militante. Desta forma, este conceito surgiu como uma ferramenta teórica que buscou compreender as relações entre os sexos e apresentar novas respostas a velhas questões (LOURO, 1995).

A segunda vertente da conceituação de gênero é a que se denomina de culturalista, sendo que nela gênero não seria mais um sistema de diferença natural e biológica, mas símbolo cultural, social e econômico (PEREIRA, 2004). Esta abordagem se caracteriza pela idéia de interdisciplinaridade, sobretudo pela busca de superação da teoria do patriarcado (dominação masculina), apontando para a multiplicidade dos sujeitos/objetos de análise. Verbena Pereira (2004) mantém algumas reservas em relação a esta teorização, na medida em que, segundo afirma, a mesma desconsidera os aspectos biológicos e acaba caindo num equívoco ao separar sexo e gênero que, seguindo autoras como Judith Butler, são categorias que atuam simultaneamente na constituição das subjetividades.

Segundo Heleieth Saffioti (1994) os anos 80 viram ressurgir as posições essencialistas que vinculavam as mulheres à natureza e o homem à cultura, momento este em que se pensava que o jargão *a biologia é o destino* estava superado. Este fato faz a autora retomar a discussão a respeito da dicotomia igualdade/diferença a fim de buscar resgatar a mediação cultural nas relações humanas. Assim a igualdade não deveria ser buscada fora do campo social sob

¹¹ Interessante trabalho, neste sentido, foi desenvolvido por Sabat (2001), no qual ela apresenta a construção das identidades de gênero e dos papéis que homens e mulheres devem assumir a partir de peças publicitárias de venda de roupas infantis, nas quais, o sexo masculino é apresentado como o guardião das grandes decisões, enquanto o feminino identificado com a figura de mães e esposas, reproduzindo as representações da sociedade sobre os *lugares* de ambos os sexos.

pena de deparar-se com uma perspectiva essencialista de homens e mulheres e tampouco se poderia negligenciar as diferenças entre os sexos, mas compreendê-las como fruto da cultura:

Se pensar (ou lutar por) a diferença, assim como a igualdade, isoladamente, envolve sérias armadilhas, afirmar a primazia da diferença pode conduzir à absolutização da cultura, hipotetizando-se ela na seguinte fórmula: *a cultura é o destino*. [...] Ademais, similaridade e diferenciação são duas dimensões de um mesmo processo, razão pela qual não se pode mencionar uma na ausência da outra. Desta sorte a diferença não é senão a outra face da identidade (SAFFIOTI, 1994, p.272).

A terceira perspectiva de compreensão e contribuição para a abordagem dos estudos de gênero foi proporcionada por Pierre Bourdieu o qual, mesmo não conceituando esta categoria, apresenta o conceito de *habitus* que sublinha a importância das estruturas sociais na construção das identidades sexuais (PEREIRA, 2004).

Habitus pode ser entendido como uma das categorias explicativas centrais da obra de Bourdieu, sendo compreendido como “as disposições adquiridas, as maneiras duráveis de ser ou de fazer que encarnam nos corpos” (BOURDIEU, 1983, p.24). Em outras palavras: “[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital [...] o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural [...]” (BOURDIEU, 2006, p.61), sendo compreendido como um sistema de condutas individuais, socialmente construídas que orientariam as ações cotidianas.

Neste sentido, as estruturas sociais ocultariam a dominação masculina contribuindo para a constituição subjetiva das diferenças sexuais. Ou seja, as mulheres incorporariam as visões criadas sobre elas de forma tal que não se permitiriam questionar as representações postas, até porque não veriam motivos para tal. Conforme aponta o autor,

Pelo fato de estar inscrito tanto nas divisões do mundo social ou, mais precisamente, nas relações sociais de dominação e de exploração instituídas entre os sexos, como nos cérebros, sob a forma de princípios de di-visão que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino, o sistema mítico-ritual é continuamente confirmado e legitimado pelas práticas que ele determina e legitima (BOURDIEU, 1995, p.138).

As mulheres seriam vítimas de uma forma de violência denominada de violência simbólica ao aceitarem, como legítimas e naturais, as atividades e os espaços a elas atribuídos. A violência simbólica seria uma forma de

[...] violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e de conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 1999, p.7-8).

A violência simbólica estaria de tal forma incorporada nos corpos e nos *habitus* que seria percebida como uma ordem natural (BOURDIEU, 1999). Esta ordem, além de dividir o mundo a partir de determinado ponto de vista, o da diferença biológica, construiria uma hierarquia sociocultural e não natural posto que não está inscrito na ordem das coisas que a diferença biológica é por si só uma diferença hierárquica mas, a partir dela se produz um hierarquia que é fruto de uma construção cultural (SOLERA, 2005).

A naturalização das divisões sociais entre os sexos se expressaria e se reproduziria através do *habitus*, por meio do qual se inscreveriam as relações de dominação e onde estariam delimitadas as fronteiras entre dominantes e dominados. A aceitação inconsciente destas fronteiras faria com que os dominados contribuíssem para sua dominação incorporando aquilo que os domina. Seus pensamentos e suas percepções seriam sistematizados conforme as estruturas de dominação que lhes seriam impostas, sem coação física, ou seja, seria uma adesão voluntária às categorias dominantes (BOURDIEU, 1999), o que contribuiria para que as estruturas sociais postas se reproduzissem.

A não aceitação desta situação representaria uma transformação nas relações de dominação, que neste contexto, não seriam efetivadas por meio de decretos, não sendo a força da lei que muda as consciências, como bem lembrou Bourdieu (1995). Este é um processo que exige uma transformação na forma como os próprios sujeitos se percebem e constroem suas relações em sociedade.

As teorizações de Bourdieu ajudam a compreender a abordagem para o conceito de gênero advinda das teorias psicanalíticas. A psicologia teria muito a contribuir para os estudos de gênero, ao passo em que a construção da masculinidade e da feminilidade incorporaria a existência de uma realidade psíquica. Ambas as identidades seriam construídas em torno do corpo, onde o símbolo fálico

teria importância preponderante e faria com que a feminilidade fosse associada à maternidade e à procriação dos filhos. É uma abordagem que parte das características biológicas, do corpo para compreender e definir as identidades de gênero, as quais são embutidas nas crianças por meio da família e, em muitas circunstâncias, reforçadas pelos aspectos religiosos das sociedades, pelo mito e pela educação (FURTADO, 2001, VINCENT, 1995).

A crítica feminista à psicanálise que encerra as potencialidades das mulheres ao seu corpo físico foi feita, principalmente, por autoras como, por exemplo, Juliet Mitchell, Luce Irigaray, Julia Kristeva e Hélène Cixous. Para estas autoras, a violência e a dominação estão na linguagem, no pensamento e no comportamento masculinos, propondo que as mulheres, desde uma perspectiva pós-estruturalista, possam se libertar dessa dominação a partir da criação de formas de linguagem e escrita próprias a elas. Nesse sentido Irigaray propõe a expressão *le parler femme* (discurso mulher) e Cixous *écriture féminine* (escrita feminina), estimulando a que as mulheres se libertassem do patriarcado lingüístico falocêntrico (VINCENT, 1995).

A abordagem construcionista de gênero surge para tecer críticas ao sistema sexo/gênero, por compreender que este é um sistema fechado, construído e determinado culturalmente o que não permite visualizar a dinâmica desta construção. Esta vertente acredita na mutabilidade e multiplicidade de identidades de gênero, as quais são recriadas, contestadas e negociadas constantemente de acordo com o contexto social em que o sujeito vive, sendo que teóricas desta abordagem são Castro e Lavinias, Mc Callun e Almeida (PEREIRA, 2004).

Por fim, a vertente desconstrucionista de gênero, pondera o conceito como um estilo de viver o corpo no mundo. A principal teórica desta abordagem é Judith Butler, para quem gênero tem um caráter *in fluxu*; a diferença entre sexo e gênero estaria no significado social que o sexo assume no interior de cada cultura, sendo que ele é produzido e concomitantemente desestabilizado de acordo com as mudanças nas normas sociais. Esta interpretação é fundamentada nas teorias da desconstrução de Derrida e nas teorias psicanalíticas de Freud e Lacan, adotando uma perspectiva distinta do sistema sexo/gênero (PEREIRA, 2004).

Pereira, ao se referir a esta abordagem sobre gênero, lembra que

Para ela [Butler] gênero é um assumir uma certa espécie de corpo, um estilo ativo de viver o corpo no mundo, não é um ato radical de criação e sim de interpretação, processo de interpretação da realidade cultural carregada de sanções, tabus e prescrições (PEREIRA, 2004, p.187).

A idéia de construção/desconstrução se insere no quadro das teorias pós-estruturalistas que emergiram nas últimas décadas do século XX concomitantemente com o renascimento do movimento feminista em fins dos anos 60. De acordo com Louro:

O pós-estruturalismo, por seu lado, trazia para o centro das atenções o discurso, provocando uma “virada lingüística, ou seja, afirmando que a linguagem não seria propriamente uma representação da realidade feita pelos sujeitos, mas sim construidora dos sujeitos da realidade. O pós-estruturalismo trazia também, pelo menos através de uma de suas importantes vertentes, a proposta de “desconstrução” dos princípios fundantes sobre os quais se construía os tradicionais sistemas de pensamento. Considerando tais sistemas como metafísicos, iria tentar desconstruir as “oposições binárias” que os sustentavam” (LOURO, 1995, p.110).

Desse modo, esta vertente pensa a oposição como algo construído e que, portanto, pode ser desconstruído. A reorganização da lógica do sistema de relações sociais tornaria as mulheres mais livres para inventar e reinventar questões e respostas originais (LOURO, 1995). Ocorreria uma problematização da oposição binária na medida em que o poder e as relações de poder seriam múltiplos e se apresentariam de diferentes formas. Neste sentido, o desconstrucionismo poderia contribuir de diferentes maneiras para a teoria e prática feminista:

[...] a desconstrução pode ser um instrumento útil para um projeto de desmistificação. Útil porque analisamos e desmontamos as instituições e a interdependência de cada uma das categorias, bem como demonstramos os problemas que as construíram ou transformaram. Útil também porque permite desestabilizar a aparente e falsa identidade de cada um dos pólos da oposição homem/mulher, levando-nos a considerar as distinções de raça, de classe, de idade, de religião que os dividem internamente. Além disso, ao desconstruir essa oposição básica, somos também instadas/os a desconstruir outras oposições que a ela são articuladas e que são também, freqüentemente, assumidas como naturais. Nesse processo temos mais possibilidades, no meu entender, de perceber comportamentos, valores, espaços, funções, atribuídos a homens e mulheres, não como conseqüências naturais de seu sexo, mas sim como construções sociais. Por fim, e talvez como um dos mais importantes resultados do procedimento desconstrutivo, está a possibilidade de provocar uma espécie de “desmantelamento do pensamento binário” (como diz Mary Poovey, 1988, p.58), Para esta autora, essa estratégia não iria abolir o pensamento hierárquico que subjaz às oposições ou ao poder, mas iria nos tornar mais capazes de “repensar o ‘poder’ bem como perceber sua qualidade fragmentária” (p.59) (LOURO, 1995, p.126).

Como se pode observar não há uma única forma de utilizar o conceito de gênero nas teorias feministas. Porém, no que elas coincidem é no fato de que as representações acerca da mulher e do homem, do que é ser feminino ou masculino, assim como a construção das identidades e das relações entre ambos, tem ligação com o contexto cultural onde os sujeitos estão inseridos.

Entretanto, também o aspecto biológico não deveria ser deixado de lado, sendo necessário reconhecer o corpo, em termos biológicos, como um dos elementos que compõem a categoria gênero. Neste particular, ressalto a observação de Louro para quem,

[...] argumenta-se que constitui uma armadilha se deixar levar pela tentação de contrapor corpo e sociedade, sexualidade e cultura. O corpo não pode ser compreendido como uma entidade “simplesmente” biológica e, além disso, parece impositivo questionar se o biológico não é, ele próprio, significado na e pela cultura (LOURO, 2000, p.66).

No que tange às identidades, ainda conforme Louro (2000), poderia se afirmar que elas se constroem a partir da noção de diferença, sendo uma identidade definida em relação à outra, gerando uma mútua dependência¹². Concomitantemente, “quando se fala em identidades socialmente construídas, o discurso sociológico/antropológico está enfatizando que a atribuição de papéis¹³ e identidades para ambos os sexos forma um sistema simbolicamente concatenado” (HEILBORN, 1995, p.3).

Os elementos constitutivos da masculinidade e da feminilidade estão assentados sob a “lógica de inclusões necessárias e exclusões fundamentais” (DAMATTA, 1987, p.48), ou ainda, na idéia de que a socialização impõe uma divisão baseada numa negação na qual ser feminino é não possuir atributos masculinos e vice-versa (BOURDIEU, 1999). Assim sendo, ser homem significa não ser mulher e

¹² Sobre esta questão ver WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.7-72.

¹³ Autores, como por exemplo, Robert Connell (1995), acreditam que resulta hoje impróprio se valer do termo *papéis* para designar as expectativas em relação às identidades de gênero, pois em seu entendimento, há vários problemas, apesar de ser correntemente usado. Uma das suas limitações diz respeito ao fato de que ele não permite compreender questões relacionadas ao poder, à violência e à desigualdade material. Além disso, não permite que se apreendam as complexidades no interior da masculinidade e suas múltiplas formas, cristalizando determinados comportamentos o que, por sua vez, reduziria as possibilidades de mudança. Assim, penso que essa crítica permite substituir a noção de papéis femininos para outro termo, talvez mais apropriado, neste caso, poderia se utilizar a expressão feminilidades.

em hipótese alguma homossexual, como observa Sérgio Silva (2000). Fruto do processo de socialização, a construção das identidades faz com que os homens reprimam aspectos considerados femininos, negando seu lado emocional. Assim, razão e controle seriam entendidos como as bases da identidade masculina (GIFFIN, 1994).

Desde o prisma apresentado neste trabalho pode-se dizer que “nenhuma sociedade escapou até o dia de hoje do imperativo de simbolizar a divisão dos sexos, de construir o sistema das oposições regulares entre homens e mulheres, de socializar a diferença masculino/feminino”¹⁴ (LIPOVETSKY, 1999, p.181).

Além do aspecto relacional constitutivo das identidades, podem-se acrescentar as análises que afirmam que algumas identidades são centrais e servem de referência para as demais, sendo consideradas *normais* e servindo de contraponto, parâmetro para definir as outras como diferentes, fazendo com que as identidades hegemônicas desfrutem de tanta legitimidade e prestígio que se torna desnecessário um discurso auto-reflexivo.

No mundo ocidental, por exemplo, a identidade de referência para a constituição das demais identidades é o homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão. Essa identidade apresentada como *não-problemática* é vista como uma norma, sendo que uma “norma não precisa dizer de si, ela é a identidade suposta, presumida; e isso a torna, de algum modo, praticamente invisível” (LOURO, 2000, p.68). Atribui-se então relevância para as *outras* identidades que se tornam *marcadas* pelo fato de que precisam ser ouvidas, como é o caso dos homossexuais, dos negros, dos trabalhadores rurais, entre outros, que nem sempre podem falar por si devido ao fato de serem representadas em comparação e a partir do ponto de vista da identidade hegemônica (LOURO, 2000).

Outro ponto significativo da análise de Louro é a aproximação da constituição das identidades com as relações de poder: “As identidades fazem parte dos jogos de poder, ou melhor, as identidades *se fazem* em meio a relações [de poder] políticas” (LOURO, 2000, p.68). Tal ponto de vista implica considerar o domínio de algumas identidades sobre outras, uma certa hierarquia de identidades, fato que não ocorre por acaso na medida em que todas as identidades são

¹⁴ “Ninguna sociedad ha escapado hasta el día de hoy al imperativo de simbolizar la división de los sexos, de construir el sistema de las oposiciones regulares entre los hombres y las mujeres, de socializar la diferencia masculino/femenino” (LIPOVETSKY, 1999, p.181).

construções culturais e não dados naturais, mesmo aquelas tidas como normas, aquelas que de tão evidentes se tornam praticamente invisíveis: “A identidade masculina branca heterossexual é o exemplo mais acabado da invisibilidade da norma. Ela é, por excelência, não-problemática.” (LOURO, 2000, p.69).

No entanto, conforme Tomaz Tadeu da Silva, “na medida em que [as identidades] são definidas, em parte, por meio da linguagem, identidade e diferença não podem deixar de ser marcadas, também pela indeterminação e pela instabilidade” (SILVA, 2000, p.80 apud LOURO, 2000, p.63). Ou seja, partindo-se de uma perspectiva não-essencialista, as identidades não são fixas, mas mutáveis justamente por dependerem do outro para se constituírem. É a partir dessa perspectiva que Maria Juracy Siqueira faz

[...] a defesa da impossibilidade de pensarmos/problematizarmos o masculino e o feminino no singular. A constituição da identidade masculina, bem como da feminina, é entendida, então, como um complexo processo dialético em que as biografias individuais entrecruzam-se com as pautas sociais historicamente construídas, onde o sujeito interativo imprime significações singulares às suas ações no mundo, ações essas inscritas em um cenário de alternâncias, confrontos e superações com os outros significativos que compõem o seu universo vivencial. Assim, masculinidades e feminilidades constituem-se em práticas múltiplas e mentalidades correlatas, oriundas de fontes diversas, assumindo um caráter dinâmico e polimorfo em contínua transformação (SIQUEIRA, 1997, p.8-9).

Somente adotando tal concepção se pode pensar nas múltiplas relações de subordinação e *posições de sujeito* que são vivenciadas pelos indivíduos, o que para Chantal Mouffe (1999) tem importantes implicações para o feminismo, sobretudo para a construção de uma política democrática radical, cujo objetivo central é a articulação das diferentes reivindicações associadas às distintas formas de opressão vivenciadas pelos sujeitos.

É a partir dessas observações e desse entendimento que se pode compreender as identidades não como algo acabado no tempo, mas em sua dinâmica de acordo com as condições culturais e históricas. Da mesma forma, possibilita refletir sobre a posição das mulheres nas sociedades modernas nos múltiplos contextos, especialmente no que se refere ao campo político propriamente dito, o qual está estreitamente identificado com a concepção de masculinidade hegemônica¹⁵ (CONNELL, 1995). Tal masculinidade enfatiza a cultura, a política e os

¹⁵ Autores como, por exemplo, Sérgio da Silva não concordam com a existência de uma masculinidade hegemônica ou da elaboração desta para a resolução do problema da crise de

negócios como atributos masculinos por excelência e que forjam valores que, no entanto, aos poucos vêm sendo questionados a partir da participação das mulheres nas relações políticas ambientadas no espaço público.

Diante dessas observações, este capítulo esteve centrado basicamente em dois focos: inicialmente, uma breve discussão a respeito do movimento feminista destacando aspectos mundiais e especificidades das mobilizações e sua organização no contexto brasileiro. Posteriormente, alguns apontamentos em relação à categoria gênero, num primeiro momento tecendo comentários sobre o surgimento e a afirmação deste conceito enquanto uma categoria de análise e, em seguida, buscando acentuar as várias maneiras de interpretá-lo e concebê-lo.

A partir do que foi apresentado pode-se dizer que não há apenas um movimento feminista, sendo plausível falar de feminismos no plural em função de suas múltiplas correntes, seus distintos pontos de vista a respeito da origem da desigualdade de gênero, de seus pressupostos teóricos e até mesmo quanto à centralidade do conceito de gênero nas diferentes abordagens. Neste capítulo também foi apresentada a problemática da periodização do movimento feminista, expondo as maneiras diversas de se pensar as *ondas* do feminismo e destacando algumas de suas especificidades.

Outro ponto assinalado foi a discussão em torno do conceito de gênero, os quais, cada vez mais vem sendo incorporado nas análises dos fenômenos sociais, entre eles destaca-se a crescente visibilidade desta questão no que se refere ao campo político, este que habitualmente tem sido identificado como um espaço de atuação eminentemente masculino.

Se o espaço público está associado ao masculino, isso não ocorre por acaso, assim como não é fruto de ordem divina ou natural, mas é um processo que tem estreita ligação com a construção das identidades de gênero, as quais estão baseadas na dicotomia público/privado. Tal entendimento carrega consigo “um poderoso princípio de exclusão” (MOUFFE, 1999, p.119) que é responsável pela delimitação dos espaços destinados, das atitudes, das atividades e do que se espera em termos de comportamento em geral para ambos os sexos, especialmente no que

identidade. Segundo afirma: “Com a diversidade de culturas, crenças e a pluralidade de identidades psicológicas, sociais, de gênero e sexuais na contemporaneidade, é simplesmente impossível conceber uma hegemonia frente às nossas identidades, porque elas não são fixas, imutáveis, pelo contrário, elas estão constantemente sofrendo mudanças, e a cada década, podemos perceber que cada vez mais a cultura, os modos de vida, de se comportar, de ser e de estar, vão se alterando, adequando-se às exigências do próprio tempo” (SILVA, S., 2000, p.13).

diz respeito a assuntos como, por exemplo, poder, esfera pública, relações políticas, temas que serão discutidos mais detalhadamente no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2

GÊNERO, ESFERA PÚBLICA e DEMOCRACIA

Este capítulo tem por finalidade apontar algumas intersecções a respeito da questão de gênero desde um olhar sobre as relações entre homens e mulheres na esfera pública. Nesse sentido partir-se-á da discussão a respeito da divisão das esferas pública e privada e a questão de gênero nas mesmas. Em seguida abordar-se-á a inserção das mulheres no modelo de democracia contemporâneo, mais precisamente, a longa trajetória histórica de conquista de direitos e o contexto atual em termos de ocupação nos espaços decisórios desde uma perspectiva quantitativa e de áreas de interesse preferenciais.

Tomando por pressuposto que as identidades e as representações sociais em relação aos sexos são construídas com base na dicotomia entre público e privado, é preciso considerar que esta divisão também é uma construção social. Tal compreensão permite colocar em xeque o caráter *natural* da separação entre esfera pública e privada, sobre a qual se assenta a divisão binária do mundo, além de possibilitar visualizar que a fronteira entre uma e outra é bastante dinâmica e, por vezes, sutil.

Ao longo do século XIX, em meio ao avanço do processo de industrialização e com as transformações decorrentes, três momentos marcaram os campos de poder e a crescente segregação do espaço a partir de uma baliza sexual: 1) o retraimento das mulheres em relação ao espaço público, o que levou à constituição de um âmbito familiar dominado pelo feminino; 2) a constituição do lar enquanto um *refúgio* das mulheres; 3) a edificação das representações femininas a partir de esquemas simbólicos masculinos (PERROT, 1992).

Essa observação permite compreender que a esfera privada não é necessariamente um espaço de atuação exclusiva das mulheres, até porque neste

âmbito também se desenvolvem relações de poder nas quais as mulheres geralmente estão em posição de desvantagem. Da mesma forma, observa-se que todo público é um espaço construído como privativo dos homens, especialmente quando pensado enquanto *político*, ou seja, um espaço de tomadas de decisões da atividade política *par excellence*.

2.1 A questão de gênero e a divisão esfera pública/esfera privada

Se de fato as relações de gênero são perpassadas pela noção de democracia e se a igualdade de gênero é requisito para se pensar o quanto uma sociedade é formada por instituições políticas democráticas, ou o quanto um sistema político é democrático, como aponta o relatório da CEPAL (2007), também é verdade que por muito tempo as mulheres foram formalmente excluídas desse espaço, pois a elas fora reservado outro ambiente: o lar.

O ideal socialmente construído a respeito das mulheres e no qual lhe é assegurada uma conotação positiva diz respeito ao mundo privado: “a mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira” (PERROT, 1998, p.8). Sendo assim há espaços nos quais as mulheres ainda não têm passagem livre, ou ao menos, apresentam uma tímida participação, como é o caso da atividade política. Como sugere a referida autora:

A entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, que se trate de partidos, do legislativo e do executivo. A política é uma profissão concebida e organizada no masculino. Em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher, porque tem a sensação de ser desvalorizado ou menos bem representado (PERROT, 1998, p.129-130).

Tal fato pode ser associado à definição dos usos sociais dos corpos, o que reporta à construção social das relações de gênero, a qual está baseada em oposições homólogas, que por sua vez dividem todas as coisas e atividades conforme a distinção entre masculino e feminino (BOURDIEU, 1999). A naturalização das relações de gênero e sua hierarquização têm reflexos, entre outros, na presença das mulheres nas instâncias de representação política e se traduz num obstáculo à democratização da esfera pública e da própria democracia:

A idéia de cidadania e a construção das identidades de gênero têm sido conceituadas pela sociedade a partir dessa dicotomia público-privado. Ao longo dos tempos, as mulheres vêm sendo associadas à natureza e os homens, à cultura. As mulheres são coração, os homens são cabeças, racionalidade, elementos determinantes da supremacia masculina, concretizadas no exercício das atividades administrativas e de mando, e da subordinação feminina simbolizada pelo desempenho de atividades de pouca visibilidade, escondidas no recesso do lar (SOARES, G., 2006, p.62).

Da mesma forma, Maria Noemi Brito (2001) entende que tradicionalmente a construção das identidades de gênero tem se processado a partir da divisão entre esfera pública e esfera privada, sendo que as atribuições, atividades e valores definidos para cada uma vêm sendo entendidos como modelos naturalizados, como se pertencessem a uma ordem natural da sociedade. No entanto, segundo a autora, a perspectiva de naturalização das atividades e dos espaços conferidos como legítimos a ambos os sexos sofreu um acentuado questionamento a partir dos anos 70, período em que se intensificou o uso da categoria gênero, a qual possibilitou a construção de novas problemáticas relacionadas com este tema:

Estas investigações buscam compreender a interação entre masculino e feminino na totalidade da vida social, contrariando enfoques da ciência política que incompatibilizavam as mulheres com a vida política ou pública através de explicações que partiam de equações como: Homem = Público, Público = Político, logo, Homem Político; e Mulher = Privado, Privado = Apolítico, logo, Mulher Apolítica (BRITO, 2001, p.292).

Contudo, as mulheres têm tido experiências em atividades que não podem ser consideradas exclusivamente da esfera privada, tais como: a comunidade, a vizinhança, a rua e a fábrica, o que prova que o lar e a família não são os únicos meios pelos quais a existência feminina pode se expressar. Nesse sentido, Brito (2001) propõe re-conceitualizar a natureza e o âmbito do que se entende por *política* enfatizando a micropolítica, ou seja, os canais pelos quais as mulheres se manifestam no cotidiano para que abarque não apenas a política institucional, mas agregue atividades convencionais e não convencionais:

Esta visão ampliada inclui ainda uma redefinição dos espaços de atuação das mulheres, mostrando as interpelações entre o público e o privado. Não se trata apenas da reivindicação feminista de politizar o privado, mas de considerar a mulher como um sujeito político, presente na esfera pública, através de espaços de visibilidade que podem ser os movimentos sociais, as campanhas e/ou os protestos políticos, os movimentos revolucionários e até os próprios departamentos femininos nos partidos políticos. A política

adquire então outras dimensões, mais amplas, abrangendo novas práticas significativas em outros níveis além do tradicional. A idéia de um cotidiano feminino vivido no privado, isolado dos acontecimentos políticos e sociais, não encontra respaldo nas investigações empíricas, que, ao contrário, evidenciam relações que precisam ser analisadas a partir de novos referenciais (BRITO, 2001, p.296).

O fato de as mulheres hoje não estarem reclusas ao âmbito do privado é um elemento a ser considerado. Pensar a condição de existência das mulheres na esfera privada enquanto um espaço onde também se exercem relações políticas, mais precisamente onde também se verificam momentos de disputa pelo poder o qual tem sido uma prerrogativa masculina, abre caminhos para novas possibilidades de interpretação sociológica a respeito das relações de gênero. De acordo com a CEPAL, os homens têm exercido os poderes políticos em espaços entendidos como públicos, e no âmbito do privado “[...] têm exercido a sua autoridade sobre as mulheres, as crianças, os trabalhadores domésticos entre outros, isto é, sobre os e as ‘desiguais’”¹⁶ (CEPAL, 2007, p. 17).

Salienta-se que a esfera pública e a esfera privada não são espaços opostos, pois, assim como na construção das identidades, a constituição de uma depende da outra, sendo que só é possível compreender a lógica de conformação da esfera pública levando em conta a organização da esfera privada e vice-versa. Além disso, faz-se necessário considerar a simbologia construída em torno de ambas. Particularmente em relação às mulheres, o círculo vicioso da obrigação social do trabalho doméstico explica, até certo ponto, a ausência das mulheres na política institucional e na tomada de decisões (CEPAL, 2007).

A esfera doméstica, espaço tradicionalmente destinado às mulheres, além de ser vista com menosprezo, é compreendida como secundária, onde se tomam decisões de segunda ordem e de pouca importância para a *grande história*. A esfera privada é onde *supostamente* o Estado não entra e a política deixa de existir:

A separação liberal da esfera pública e privada não somente permite manter a subordinação da mulher no âmbito doméstico e ocultar as relações violentas que ali se tecem, mas também serve para excluir o feminino do mundo político, primeiro negando abertamente o direito das mulheres participarem da política formal e informalmente instituindo códigos de

¹⁶ “[...] han ejercido su autoridad sobre las mujeres, los niños y los sirvientes, entre otros, es decir, sobre los y las ‘no iguales’” (CEPAL, 2007, p.17).

distinção e decoro que fecham sutilmente o acesso à esfera pública (OBREGÓN, 1999, p.32)¹⁷.

Em última análise, María Emma Obregón pretende defender a idéia de que a esfera pública e a privada não são antagônicas, mas “se encontram em uma perpétua interação” (OBREGÓN, 1999, p.33). Essa influência mútua é especialmente visível quando se observam as transformações que ocorrem na vida privada a partir da participação das mulheres na esfera pública, sobretudo no que concerne à postura de maior embate e até mesmo de enfrentamento que algumas mulheres adotam frente aos pais e maridos (SCHMUKLER, 1995 apud. PEDRO, J. s\d).

Destaca-se que muitas mudanças ocorreram na organização dos espaços destinados para homens e mulheres. Certamente houve alterações nas esferas pública e privada e nas relações de gênero, sobretudo quando se olha para o mercado de trabalho, para a própria constituição da esfera pública, dos partidos políticos, educação, entre outros, onde as mulheres atualmente tem apresentado maior participação. Esse movimento foi concretizado, como já discutido no capítulo anterior, em grande medida a partir das mobilizações dos movimentos sociais, em especial do movimento de mulheres e do movimento feminista no decorrer do século passado.

Se concomitantemente não se podem negar os avanços que o movimento feminista obteve ao longo do século XX em termos de efetivação de suas bandeiras de luta, sobretudo no que se refere aos direitos políticos, chega-se ao início do século XXI com análises que demonstram mudanças tímidas na situação social das mulheres. Embora o patriarcado - compreendido como a efetivação de relações sociais desiguais e hierarquizadas na qual o maior poder é o masculino - hoje não seja mais uma forma de organização indiscutível, tendo em vista que em alguns momentos ele não obtém legitimação social e que transformações na condição das mulheres e na ocupação dos espaços público e privado sejam visíveis, em meio às mudanças sempre é possível verificar a ocorrência de permanências (BOURDIEU, 1999).

¹⁷ “La separación liberal de esfera pública y privada no sólo permite mantener la subordinación de la mujer en el ámbito doméstico e invisibilizar las relaciones violentas que allí se tejen, sino que además sirve para excluir lo femenino del mundo político, primero negando abiertamente el derecho de las mujeres a participar en la política formal y de manera informal, instituyendo códigos de distinción y decoro que le cierran sutilmente el acceso a la esfera pública.” (OBREGÓN, 1999, p.32).

Sendo assim, pode-se dizer que a divisão homem-público/mulher-privada, embora tenha sofrido algumas transformações ao longo dos anos, ainda não pode ser considerada uma divisão arcaica do social, posto que ela mesma se reconstrói, tomando outros contornos (LIPOVETSKY, 1999). As mulheres desfrutam atualmente de espaços públicos e profissionais com grande legitimidade, embora geralmente sejam atividades consideradas feminilizadas, como é o caso da categoria professor, assistente social, etc., o que também implica a obtenção dos mais baixos salários. Apesar deste reconhecimento, no que se refere aos postos hierárquicos de poder, o espaço aberto para as mesmas, como lembra Gilles Lipovetsky (1999), ainda é incipiente.

Desta maneira, compreende-se que o patriarcado está enraizado nas normas sociais e culturais “[...] e se encontra institucionalizado no direito e nas estruturas políticas e incrustado nas economias locais e mundial. Também está arraigado nas ideologias formais e no discurso público” (ONU, 2006, p.32-33)¹⁸. O fato de o patriarcalismo ter estas características significa, para alguns autores, que ele não é um fenômeno localizado, mas poder-se-ia falar que está investido de uma dimensão global:

A submissão das mulheres é um fato trans-histórico e ao mesmo tempo trans-cultural: isso se dá sob várias formas e mais ou menos cruéis, em todas as sociedades, em todos os períodos da história, e em todas as classes. A categoria «mulher» é a causa da condição comum a todas as mulheres, em particular em razão de sua instrumentalização maternal, doméstica e sexual universal que leva à sua inferiorização econômica e social. Em todos os lugares as mulheres são menos livres, mais pobres e mais exploradas (submetidas sexualmente: assistimos hoje a um aumento da prostituição) em relação aos homens de seus países e de sua condição. Não há mais que seu status conhecido de variações importantes tanto de uma classe social a outra quanto de um país e de uma região do mundo à outra (COLLIN, 2006, p. 5)¹⁹.

¹⁸ “[...] y se encuentra institucionalizado en el derecho y en las estructuras políticas e incrustado en las economías locales y mundial. También se ha arraigado en las ideologías formales y en el discurso público” (ONU, 2006, p.32-33).

¹⁹ «L’assujettissement des femmes est un fait à fois trans-historique et trans-culturel: il concerne sous des formes variables et plus ou moins cruelles, toutes les sociétés, toutes les périodes de l’histoire, et toutes les classes. La catégorie «femme» est la source d’une condition commune à toutes les femmes, en particulier en raison de leur instrumentalisation maternelle, domestique et sexuelle universelle entraînant leur infériorisation économique et sociale. Partout les femmes sont moins libres, plus pauvres, et plus exploitées (-y compris sexuellement: on assiste aujourd’hui à une déferlante de la prostitution) que les hommes de leur pays et de leur condition. Il n’en reste pas moins que leur status connaît des variations importantes tant d’une classe sociale à l’autre que d’un pays et d’une région du monde à l’autre » (COLLIN, 2006, p. 5).

Como um fenômeno que ocorre em escala internacional, o patriarcalismo pode ser entendido como uma *tradição viva mundial* e enquanto tal reproduz a divisão do mundo em masculino e feminino, afixando os lugares que homens e mulheres ocupam²⁰. Embora a mudança nas relações de gênero seja a grande bandeira de luta dos movimentos feministas, até o presente as reivindicações não alcançaram esse objetivo: “[...] as breves revoltas dessa minoria particular, que é mais da metade da humanidade, em nenhum lugar mudaram a posição das mulheres no seio de suas sociedades” (BESSIS, 2004, p.1)²¹.

Pensar em termos de conservação da lógica patriarcal da organização das relações de gênero é significativo, sobretudo no que tange à esfera pública. No entanto, não se podem negligenciar os avanços obtidos ao longo das últimas décadas. O atendimento de algumas reivindicações feitas pelas mulheres leva autores como Göran Therborn a defender a tese de retração do patriarcado. Mais do que isso, segundo o autor, o patriarcado foi o grande perdedor do século XX:

A secularização e a redemocratização avançaram no curso do século XX, mas, claramente, permaneceram bem atrás de um processo que nem mesmo conseguiu ainda uma designação apropriada. Podemos nomeá-la *despatriarcalização*. Mas o século XX foi mais do que um século de mudança no longo reinado do patriarcado. Sua segunda metade, particularmente seu último quartel, foi o período da mudança global mais rápida e radical da história do gênero humano e das relações geracionais (THERBORN, 2006, p. 114).²²

²⁰ Por tradição viva Roberto DaMatta (1987, p.48) compreende um dos aspectos essenciais das culturas, o qual consiste num conjunto de escolhas seletivas nas formas como se realizam determinadas tarefas e como se classifica o mundo. Acrescentou-se ao termo tradição viva a palavra mundial a fim de designar, talvez o que boa parte das sociedades tenha em comum, o que representa a singularidade não de uma cultura, mas o que as identifica, ou seja, a base patriarcal de sua formação, construção de suas representações, visões de mundo, etc., que passam de geração em geração em que pese as diferentes formas em que isso ocorre considerando as peculiaridades de cada sociedade. Por isso tradição viva mundial, pelo fato de que o patriarcalismo é uma característica de âmbito global, uma peculiaridade da humanidade e que se perpetua por entre as gerações em meio a algumas transformações da própria organização androcêntrica.

²¹ “[...] les brèves révoltes de cette ‘minorité’ particulière [as mulheres], qui compte dans ses rangs plus de la moitié de l’humanité, n’ont nulle part changé la place des femmes au sein de leurs sociétés” (BESSIS, 2004, p.1).

²² A despatriarcalização do mundo a partir da ótica da institucionalização pode ser compreendida a partir de vários trechos da obra de Therborn. Como exemplos mais significativos de direitos às mulheres cabem destacar: o direito ao sufrágio; a igualdade de direitos no casamento, incluso direito ao divórcio (à exceção do Chile); fim dos casamentos arranjados e do espancamento legítimo; proibição do sati (morte física e social das viúvas na Índia) e o infanticídio feminino; direito de propriedade; proibição da mutilação genital em várias regiões da África, além do importante movimento contra o enfaixe dos pés na China, entre outros.

Ponderar o patriarcalismo como *o grande perdedor do século XX* ou até mesmo a possível *despatriarcalização do mundo* é de particular relevância quando se discorre sobre as conquistas institucionais e as mudanças jurídicas na situação das mulheres, foco principal da análise de Therborn.

Assim, este processo que pode também ser denominado de *desinstitucionalização* do patriarcado representa um grande avanço rumo à equidade e a efetiva alteração da construção hierárquica nas relações de gênero. Mas é preciso ter claro que muitas vezes as mudanças formais não se manifestam nas relações sociais, ou seja, não têm equivalência no mundo vivido onde as práticas patriarcais ainda sobressaem, não obstante os direitos civis, políticos e sociais conquistados.

Mesmo considerando a importância dada pelo autor à perda de espaços por parte das práticas patriarcalistas ao longo do período de abrangência de sua pesquisa, sobretudo, da revisão de normas que inibiam o exercício de uma série de atividades por parte das mulheres, ainda é prematuro considerar que isto tenha significado uma derrota definitiva desta perspectiva.

Também é de grande valor sublinhar que essas mudanças não atingiram a todas as mulheres e que elas dizem respeito principalmente a um avanço quantitativo da participação das mesmas em vários setores da sociedade, entre eles, a presença – ainda aquém do esperado – no mundo da política, não representando significativa mudança qualitativa nas relações e na condição de gênero (BLAY, 2004). Nessa mesma direção, reportando-se ao contexto europeu, Collin afirma que:

[...] a paridade quantitativa, aquela dos números, não é a garantia da paridade na divisão do poder, isto quer dizer da ocupação por um ou outro sexo de posições determinantes e de postos chaves. Sabemos que o avanço quantitativo não é automaticamente qualitativo e não coincide necessariamente com a divisão efetiva do poder (COLLIN, 2006, p.6)²³.

Há, portanto, em meio às mudanças que ocorreram ao longo do século XX, um “quadro de continuidade adaptativa” (THERBORN, 2006, p.40). Em outros

²³ « [...] la parité quantitative, celle de nombre, n'est pas le garant de la parité dans le partage du pouvoir c'est à dire de l'occupation par l'un et l'autre sexe des positions déterminantes et des postes clés. On sait que l'avancée quantitative n'est automatiquement qualitative et ne coïncide pas nécessairement avec le partage effectif du pouvoir » (COLLIN, 2006, p.6).

termos, é verdade que as mulheres passaram a ter mais oportunidades de trabalho assalariado, que as políticas públicas de combate à violência são cada vez mais numerosas, como também se pode afirmar que políticas no sentido de incluir as mulheres nos espaços de decisão do Estado têm sido discutidas e implementadas.

Porém, as mulheres continuam a ganhar menos que os homens, a ser vítimas das mais variadas formas de violência, a ocupar majoritariamente carreiras específicas criando guetos de atuação feminina, seja no trabalho assalariado, seja em espaços de representação da sociedade. Além disso, as mulheres ainda não ocupam em proporção equivalente ou ao menos próxima aos homens, os mais elevados postos de poder, prestígio social, autoridade e responsabilidade (BOURDIEU, 1999; LIPOVETSKY, 1999).

A humanidade se encontra, portanto, diante de um cenário entendido como um “misto de avanços igualitários e de continuidade desigualitárias” (LIPOVETSKY, 1999, p. 223), onde conquistas e novos espaços abertos às e pelas mulheres convivem, até certo ponto, harmoniosamente, com a estabilidade da ordem patriarcal que, em seu dinamismo, muda de face de acordo com o contexto e com as características locais das sociedades. Esse movimento pode ser assim sintetizado:

Não assistimos ao fim da história da divisão dos gêneros, mas ao eterno retorno do domínio masculino, mesmo que ele se demonstre menos ostentoso que antes e, em princípio, aberto à concorrência com as novas ambições femininas (LIPOVETSKY, 1999, p. 278).²⁴

Contudo, houve alterações e dentre as conquistas importantes por parte do movimento feminista cabe mencionar aquelas advindas das relações políticas tradicionais, ou seja, as mudanças dentro dos limites que o regime democrático representativo permite.

2.2 Democracia representativa, cidadania e gênero

As mudanças que ocorreram nas relações de gênero e, por conseguinte, no campo do exercício das relações políticas é fruto de dois movimentos complementares: por um lado, a necessidade de incorporação por parte do sistema

²⁴ “No asistimos al fin de la historia de la división de los géneros, sino más bien al eterno reinicio del dominio masculino, aunque se demuestre menos ostentoso que antaño y abierto en principio a la competencia con las nuevas ambiciones femeninas.” (LIPOVETSKY, 1999, p. 278).

de segmentos sociais historicamente alijados da atividade política. Por outro lado, verifica-se um processo de descontentamento destes mesmos segmentos com a ordem estabelecida, suscitando movimentos e elaborações teóricas em direção à ruptura no sentido de ampliação das formas de pensar a própria democracia, bem como a noção de cidadania e da esfera pública.

De acordo com Jussara Reis Prá (1997), as pesquisas feministas têm demonstrado que o discurso universalista de igualdade de direitos é responsável por ter contribuído historicamente para sustentar formas de exclusão/inclusão da cidadania:

Uma das reflexões feministas a subsidiar os estudos sobre essa temática refere-se ao exame das construções políticas e simbólicas que servem para reforçar o estereótipo da não-cidadania feminina e da identidade masculina do poder. Dessa perspectiva, a exclusão das mulheres da esfera pública é vista como uma constante na prática e no pensamento político e não por esquecimento, mas porque representa um elemento constitutivo de categorias como *política, indivíduo e cidadão* (Rossi-Doria, 1995) (PRÁ, 1997, p.11).

Reportando-se à história das relações políticas desde a Antiguidade, observa-se que a exclusão das mulheres da esfera pública era prática comum. A democracia grega não incluía enquanto sujeitos dotados de direitos políticos as mulheres, os escravos nem os estrangeiros. As mulheres em particular eram excluídas da definição de povo e vistas como filhas ou esposas de cidadãos, lhes sendo negado o *status* de cidadãs. A esfera pública era entendida como a esfera da liberdade, a *pólis*, o lugar dos homens iguais que não estavam sujeitos às necessidades da vida e ao comando dos outros (ARENDR, 2001).

Nos séculos XVII e XVIII, as revoluções burguesas baseadas no ideário político liberal, seguiram não permitindo a participação feminina na política. Para Luis Felipe Miguel, o liberalismo acredita que o indivíduo é a única unidade política legítima e isola da arena política qualquer forma de injustiça social (MIGUEL, L.; 2000), o que pode ser entendido como a desconsideração das diferenças de sexo, etnia, religião, geração, etc. Desta forma, pode-se dizer que desde o seu princípio o liberalismo não se preocupou com a incorporação de segmentos sociais que estavam à margem da possibilidade de participação nos sistemas eleitorais. Muito pelo contrário, sua exclusão era compreendida como a maneira mais viável de fazer com que o próprio sistema funcionasse.

Seguindo esta linha de argumentação, pode-se compreender porque contratualistas como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau também teorizaram a exclusão feminina da possibilidade de participação da atividade política institucionalizada. Para Hobbes, no estado de natureza, a maternidade fragiliza as mulheres e os homens passam a dominá-las pela força. Quando da realização do pacto social e da formação do Estado, as mulheres não participam por já estarem submetidas aos homens. John Locke, além de usar o argumento de Hobbes, acrescenta a questão *natural*. A partir do casamento, as mulheres alienam seus direitos demonstrando que os homens são mais capazes e mais fortes.

Já para Rousseau, as diferenças seriam intrínsecas: as mulheres devem permanecer no círculo doméstico porque estão limitadas para o uso da razão e da capacidade de julgamento (MIGUEL, L., 2001). O próprio Rousseau, no Livro V de *Emílio* ou *Da Educação*, ao tratar das semelhanças e diferenças entre os dois sexos não hesita em afirmar, por várias vezes, que as mulheres deveriam obediência aos maridos, sendo afeitas aos cuidados com o lar. Sua principal qualidade deveria ser a doçura, sendo a dependência frente aos maridos e pais um estado natural das mulheres:

A obediência e fidelidade que deve ao marido, a ternura e as atenções que deve aos filhos são conseqüências tão naturais e tão visíveis de sua condição, que ela não pode, sem má-fé, recusar sua aprovação ao sentimento interior que a guia, nem desconhecer o dever na inclinação que ainda não se alterou (ROUSSEAU, 1999, p. 533).

Com essas atribuições e definições, mesmo na visão de um dos autores que introduziram o tema da participação direta na esfera pública, como as mulheres poderiam fazer parte deste universo? Obviamente que a questão de gênero, ou melhor, a preocupação com a desigualdade de condições entre homens e mulheres, por ser algo natural na visão de Rousseau, não é um aspecto problematizado em sua obra, mesmo que já naquela época houvesse vozes femininas levantando-se contra as várias formas de discriminação das mulheres, entre elas a impossibilidade de freqüentarem escolas e de participarem das atividades políticas.

De um modo geral, o Estado moderno se funda na separação entre esfera pública e privada e na hierarquização dos gêneros: “O Estado, a nação ou a democracia, apesar de terem sido por tanto tempo vistos como neutros frente ao

gênero, se construíram historicamente utilizando as divisões entre o masculino e o feminino próprias de um regime patriarcal” (OBREGÓN, 1999, p.36)²⁵.

A construção da divisão entre público e privado e entre homem e mulher enquanto categorias universais tiveram uma importante presença na construção dos critérios de inclusão, exclusão e classificação, os quais sustentam a percepção da cidadania atual, fundada, sobretudo, na idéia de *direito a ter direitos*. O acesso à cidadania por parte das mulheres, por ser uma questão geralmente associada à conquista do sufrágio, é um fato extremamente recente, datado, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX (CEPAL, 2007; COLLIN, 2006).

No início de 1900, poucos eram os Estados-nacionais que garantiam direitos de cidadania às mulheres; à exceção de alguns estados federativos norte-americanos, apenas Nova Zelândia (1883) e Austrália (1901) permitiam o sufrágio feminino (THERBORN, 2006). Aos poucos outros países foram admitindo, após mobilizações de grupos de mulheres, que as mesmas desfrutassem do direito ao voto; entre eles, destaca-se, no continente europeu: Finlândia (1906), Noruega (1907), Dinamarca (1915), Suécia (1921).

No Brasil, embora a Constituição de 1891 declarasse que todo cidadão alfabetizado poderia votar, as mulheres só terão direito ao voto em 1932 como resultado da luta do movimento sufragista que emerge no país na primeira década do século XX. Porém, segundo Mary Ferreira,

A conquista do voto em 1932 não significou para as mulheres uma mudança substancial nos valores sociais então vigentes, uma vez que estas continuaram submetidas a uma estrutura patriarcal conservadora e a um modelo de cidadania que privilegia a imagem pública como espaço masculino (FERREIRA, M. 2004, p.4).

A exemplo do Brasil, no continente americano o processo de aprovação do sufrágio feminino ocorre nomeadamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, conforme se observa abaixo:

²⁵ “El Estado, la nación o la democracia, a pesar de haber sido tanto tiempo vistos como neutrales frente al género, se han construido históricamente utilizando las divisiones entre lo masculino y lo femenino propias de un régimen patriarcal” (OBREGÓN, 1999, p.36).

<i>País</i>	<i>Ano de aprovação sufrágio feminino</i>
Equador	1929
Brasil	1932
Uruguai	1934
Bolívia	1945-1952*
El Salvador	1939
Panamá	1941-1946*
Guiana	1953
Venezuela – Argentina – Guatemala	1946
México	1953
Suriname	1948
Chile – Costa Rica	1949
Belize	1954
Peru – Honduras – Nicarágua	1955
Colômbia	1957
Paraguai	1961

Figura 1 – Ano de aprovação do sufrágio feminino em alguns países do continente americano.

Fonte: Elaboração própria a partir de: CEPAL. **El aporte de las mujeres a la igualdad en América Latina y el Caribe**. X Conferencia regional sobre la mujer de América Latina y el Caribe. 2007, p.137. Disponível em: <http://www.choike.org/nuevo/informes/5589.html>. Acesso em: 20 jan. 2008.

* Boa parte dos países listados garantiu em momentos diferentes o direito das mulheres votarem e serem votadas. A proposta aqui foi expor o ano em que elas obtiveram o direito ao sufrágio, entretanto, não ficou especificado na literatura essa diferença sobre Bolívia e Panamá, por isso optou-se por apresentar as duas datas, sendo que uma delas se refere ao direito ao sufrágio a outra à candidatar-se em eleição.

Se a principal conquista da democracia ao longo dos séculos XIX e XX foi a ampliação da cidadania, derrubando “uma após a outra, todas aquelas barreiras que excluía mulheres, pessoas com a religião errada, a cor da pele errada ou apenas com posses de menos” (PHILLIPS, 2001, p.278), ainda há o que se avançar em termos de concepção da própria cidadania e da ocupação dos espaços públicos por estes segmentos historicamente marginalizados. Particularmente em relação às mulheres, o direito formal à participação na vida pública não garantiu às mesmas igual acesso às tomadas de decisão e aos postos de poder: “[...] a igualdade formal que havia se concretizado a pouco com o direito ao voto encobre a permanência de uma desigualdade reconduzida nos fatos” (COLLIN, 2006, p.2)²⁶.

²⁶ « [...] l'égalité formelle qu'elle avait vu se concrétiser depuis peu dans le droit de vote dissimulant en permanence une inégalité reconduite dans les faits » (COLLIN, 2006, p.2).

Apesar do reconhecimento da cidadania às mulheres, no sentido de garantia formal de desfrutar dos direitos políticos, é curioso notar que a abertura de canais de participação feminina coincide com a necessidade de legitimar os regimes democráticos e os partidos políticos (CEPAL, 2007). Não por acaso, a participação do segmento feminino nos órgãos Legislativos ainda é baixa em boa parte dos países considerados democráticos.

Conscientes de que a igualdade formal, no sentido de permitir às mulheres a possibilidade de participação na vida pública, não garante às mesmas igual participação nos postos de comando, inúmeros governos nacionais e locais têm adotado medidas pontuais na intenção de fazer com que mais mulheres tomem acento na direção dos assuntos de interesse público. Nesse sentido, uma das estratégias mais significativa que vem sendo adotada nos últimos anos é a reserva de vagas em candidaturas proporcionais, o que se denomina de política de cotas.

2.3 A inclusão das mulheres na esfera pública

Dados de 2002 apontam que à média mundial de participação feminina nos Senados e nas Câmaras Baixas foi de 14%, sofrendo variações regionais.

<i>Local</i>	<i>Câmaras Baixas</i>	<i>Senado</i>
Média Mundial	14%	
América Latina	15%	12%
Países Nórdicos	38,8%	-
Ásia	15,6%	12,1%
Europa (a exceção dos países nórdicos)	14,7%	14,8%
Pacífico	11,3%	25,9%
Países Árabes	4,6%	2,5%
África Subsaariana	12,8%	12,8%

Figura 2 – Percentual de mulheres no Legislativo mundial (2002).

Fonte: HTUN, Mala. Mujeres y poder político en latinoamerica. In: IDEA. **Mujeres en el Parlamento**. Más allá de los números, 2002, p.19-43. Disponível em: <http://www.idea.int/publications/wip/upload/Full%20Handbook%20%20WiP%20Spanish.pdf>. Acesso em: 15 set. 2007.

De acordo com a Fig.2, observa-se que a média de representação feminina nas Câmaras Baixas e no Senado é similar em boa parte das regiões. Destaca-se nesse particular o caso dos países nórdicos em que as mulheres representam 38,8% dos integrantes da Câmara Baixa. Por outro lado, os países árabes são os que menos mulheres incorporaram ao Legislativo, apresentando os mais baixos percentuais, a saber: 4,6% na Câmara Baixa e 2,5% no Senado. Em relação aos países do Pacífico chama a atenção do fato de que apresentam o mais alto percentual de mulheres na composição do Senado: 25,9%.

No que tange ao contexto brasileiro, seguindo a tendência da tab. 2, os percentuais não são favoráveis às mulheres em termos de representação nas instâncias legislativas em todos os âmbitos, conforme demonstra a tab.3.

<i>Cargo</i>	<i>% Representação feminina</i>
Câmara de Deputados	9
Assembléias Legislativas	11,2
Câmaras de Vereadores	12,6
Senado	12
Média	8,6

Figura 3 – Percentual de mulheres no Legislativo brasileiro em 2006.

Fonte: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. **II CNPM quer mudanças nas estruturas patriarcais dos partidos políticos**, 2006. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/noticias/ultimas_noticias/not_mudancas_p_artidos_politicos/. Acesso em: 03 de maio de 2008.

Observa-se a partir da fig.3 que os percentuais de representação feminina do Legislativo brasileiro são inferiores a média mundial assim como aos percentuais relativos à América Latina, como destacado na fig.2.

Embora ainda seja baixo o percentual de mulheres eleitas para assumir cargos legislativos, dentre os fatores que podem ser destacados que contribuíram positivamente para que se chegasse a esses números, sublinha-se a adoção da política de cotas seja ela em candidaturas proporcionais, listas partidárias, partidos políticos ou no Legislativo, as quais vigoram no norte da Europa desde 1970 (MIGUEL L., 2001; CEPAL, 2007). Na América Latina a aprovação de cotas, que tem como objetivo central reduzir as diferenças numéricas entre homens e mulheres na

composição dos postos legislativos, foi um elemento incorporado ao sistema político na década de 90, conforme pode-se observar:

<i>País</i>	<i>Ano aprovação Da lei de cotas</i>	<i>Emendas</i>
Argentina	1991	1993
Bolívia	1997	2004
Brasil	1995	1997
Colômbia	1999	2001-Declarada inconstitucional
Costa Rica	1996	1999
México	1996	2002
Equador	1997	2000
Panamá	1997	-
Paraguai	1996	-
Peru	1997	2001
Venezuela	1997	2000 - Declarada inconstitucional
Honduras	2000	

Figura 4 – Ano de aprovação da lei de cotas nos países latino-americanos.

Fonte: CEPAL. **El aporte de las mujeres a la igualdad en América Latina y el Caribe**. X Conferencia regional sobre la mujer de América Latina y el Caribe. 2007, p.137. Disponível em: <http://www.choike.org/nuevo/informes/5589.html>. Acesso em: 20 jan. 2008.

No Brasil, como se observa a partir da fig.4, a lei que reserva um mínimo de vagas para ambos os sexos nas eleições para o Legislativo municipal foi aprovada em 1995, Lei Federal nº 9.100 de 29 de setembro de 1995, garantindo uma reserva de vagas na ordem de 20%. Em 1997 a Lei Federal nº 9.504 de 30 de setembro de 1997 ampliou as cotas de 20% para 30% passando a se referir também ao Legislativo estadual e federal (FERREIRA, M. 2004). Na ocasião o Partido Popular Socialista (PPS) foi o único partido que encaminhou voto contrário às cotas optando pela autonomia partidária, embora afirmasse a importância da participação feminina na vida política (MIGUEL, L., 2001).

A aprovação da política de cotas era compreendida como uma tentativa de ampliar a representação política das mulheres nos postos de poder, sobretudo no Poder Legislativo. Ou seja, buscava alterar as relações de poder entre homens e mulheres então estabelecidas no mundo da política, evidenciando que a idéia de cidadania não é neutra, mas “[...] se constrói sobre modelos masculinos e que o

acesso à representação se dá num cenário de carácter sexuado, caracterizado pela exclusão – não acidental, mas, estrutural – das mulheres” (CEPAL, 2007, p. 4)²⁷.

É oportuno lembrar que no Brasil, juntamente com esta lei, foi aprovada outra que aumentava o número de candidatos que cada partido ou coligação poderia apresentar. Neste sentido, Miriam Grossi e Sônia Miguel (2001) apontam para o fato de que a lei de cotas foi aprovada inclusive com o apoio masculino, contudo, um apoio negociado que ao garantir as cotas permitiu também o aumento no número de candidaturas. Tal medida assegurou a manutenção de espaço para quem já o ocupava, diminuindo consideravelmente o impacto que esta medida poderia acarretar na alocação dos postos legislativos para ambos os sexos, sobretudo em relação à possibilidade de mais mulheres chegarem a esta instância de poder.

De maneira geral, as cotas são compreendidas dentro de um contexto de ações afirmativas que visam à redução das desigualdades e um equilíbrio em termos de representação política para ambos os sexos (GROSSI, MIGUEL, 2001). Segundo a CEPAL (2007), a adoção de cotas mínimas de representação é o mecanismo compensatório mais importante que vem sendo adotado no continente americano para incluir as mulheres no exercício do poder político e que, mesmo timidamente, vem trazendo algum resultado.

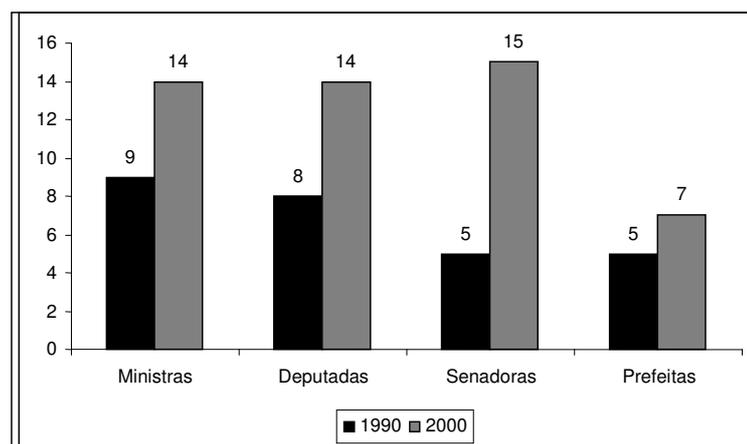


Figura 5 - Porcentagens globais de representatividade feminina (América Latina e Caribe).

Fonte: GUZMÁN, Virginia. **Gobernabilidad democrática y género, una articulación posible**. Serie Mujer y desarrollo, CEPAL, n.48. 2003. 63p.

²⁷ “[...] se construye sobre modelos masculinos y que el acceso a la representación se da en un escenario de carácter sexuado, caracterizado por la exclusión – no accidental sino estructural – de las mujeres” (CEPAL, 2007, p. 4).

Como é possível verificar a partir da Fig.5, num período de dez anos (1990-2000) todas as instâncias representativas tiveram um acréscimo na representação feminina no conjunto de países que compõem a América Latina e Caribe. Nos Ministérios as mulheres passaram de 9% a 14%; nas Câmaras de Deputados a representação feminina passou de 8% a 14%; no Senado verifica-se o maior acréscimo de mulheres: se em 1990 elas representavam 5% dos membros, em 2000 esse percentual cresceu para 15%. A Fig.5 ainda demonstra os percentuais em relação ao Executivo municipal, o qual também sofreu um leve acréscimo: se o percentual de prefeitas em 1990 era de 5%, em 2000 passou a ser de 7%²⁸.

De acordo com o ranking da participação de mulheres no Legislativo divulgado pela União Interparlamentar (IPU), que analisou 187 países, observa-se que há uma tendência de crescimento na presença de mulheres na Câmara de Deputados de diversas partes do mundo. Destaca-se, no contexto latino-americano, o caso de Cuba com um percentual de mulheres na ordem de 36% do total de legisladores. Ainda há que se lembrar a Argentina, que ficou na décima posição com um percentual de 35% de mulheres no total de legisladores.

²⁸ No que se refere ao Executivo nacional, é pertinente destacar que o número de mulheres que vem sendo conduzidas ao cargo tem aumentado no contexto latino-americano, haja vista a ocorrência de duas mulheres presidentes (Michelle Bachelet, no Chile e Cristina Fernández, na Argentina); uma presidenta Cilia Torres e uma vice-presidenta do Parlamento venezuelano, Desirée Amaral; uma presidenta da Assembléia Constituinte da Bolívia, Silvia Lazarte; uma chanceler da Colômbia, María Fernanda Espinosa; uma Ministra da Casa Civil: Dilma Rousseff no Brasil; assim como várias outras ministras em Cuba e ainda Portia Simpson-Miller eleita a primeira mulher premie da Jamaica.

Colocação	País	% mulheres na Câmara de Deputados
1	Ruanda	48,8
2	Suécia	45,3
3	Noruega	37,9
4	Finlândia	37,5
5	Dinamarca	36,9
6	Holanda	36,7
7	Cuba	36
8	Espanha	36
9	Costa Rica	35,1
10	Argentina	35
11	Moçambique	34,8
66	Equador	25
70	Chile	15
86º	Colômbia	11,7% das cadeiras do Senado e 8,4% das vagas na Câmara de Representantes
92	Uruguai	11,1
99	Paraguai	10
107º	Brasil	8,6

Figura 6 – Percentual de representação feminina na Câmara de Deputados (2007).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em: Adital. **Mulheres na política**. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=21432>>. Acesso em: 03 de maio 2008. VALENZUELA, Lídice. **América Latina**. Mulheres em ascensão. <<http://www.granma.cu/>>. Acesso em: 5 de nov. de 2007. CASTELLANOS, Ângela. **América Latina: Mulheres impulsionam outra política**. Disponível em: <<http://www.mwgloba.org/ipsbrasil.net/print.php?idnews=2147>>. Acesso em: 03 de maio 2008. BARRIONUEVO, Alexei. **No tango político são as mulheres que conduzem**. The New York Times, 06/11/2007. Disponível em: <<http://www.americalatina.org.br/internas.php?noticias=&interna=82117>>. Acesso em: 03 de maio 2008.

Apesar destes números relativamente animadores quanto à representação das mulheres no Legislativo, os estudos atuais, relativos ao Brasil, indicam que a política de cotas não trouxe avanços significativos no que tange à participação efetiva das mulheres na vida pública. Essa afirmação é mais pertinente tomando como base a realidade brasileira quando comparada à de outros países latino-americanos (ARAÚJO, 2001; HTUN, 2001).

Observa-se que o Brasil aparece em 107º lugar da lista em percentual de representação feminina na Câmara de Deputados, posterior a outros países latino-

americanos, o que leva a crer que, mesmo com a adoção da política de cotas que pode ter sido um fator relevante para o aumento das mulheres nos cargos do Legislativo, há uma série de barreiras, entre elas aquelas advindas do próprio sistema político que impedem uma maior presença das mulheres nos postos de decisão.

Nesse sentido, o estudo de Clara Araújo (2001) parece exemplar. Segundo ela, a política obtém sua legitimação a partir de eleições viabilizadas por meio dos partidos políticos, os quais buscam poder político institucionalizado e, para tal, definem suas estratégias não apenas de acordo com a ideologia, mas, sobretudo a partir de um cálculo eleitoral. Entre os principais entraves da política de cotas, a autora aponta as regras do sistema eleitoral e a organização do sistema partidário. Além disso, e como consequência, o personalismo, o clientelismo político e a dificuldade decorrente da diferença entre política local e nacional de um mesmo partido são aspectos que dificultam ainda mais a participação das mulheres na política.

Nesta mesma direção, Mala Htun (2001) afirma que a eficácia da política de cotas está relacionada ao sistema eleitoral, apontando quatro fatores que influenciam neste processo: 1) natureza da lista partidária – quando aberta, o eleitor vota no candidato; quando fechada, o partido controla o posicionamento do candidato; 2) a obrigatoriedade de colocar as mulheres nas primeiras posições quando a lista é fechada, o que se observa na Argentina, onde o terceiro lugar é para as mulheres; 3) o tamanho da circunscrição eleitoral – quanto maior o distrito, maior a chance das mulheres se elegerem quando a lista for fechada e, por fim, 4) o compromisso partidário não apenas em estabelecer cotas, mas em torná-las eficazes.

Segundo a mesma autora, o problema das cotas no Brasil é que, em primeiro lugar, a lista é aberta, há competição intrapartidos e, em segundo, as cotas não são obrigatórias na medida em que existe a reserva de vagas, mas elas não precisam ser necessariamente preenchidas (HTUN, 2001). O mesmo não se verifica em outros países latino-americanos onde as cotas são obrigatórias, como é o caso, por exemplo, da Argentina, México e Bolívia (onde as cotas são de 30%), Costa Rica (40%), Peru (25%) e no Paraguai (20%). Nesses países as listas de candidaturas dos partidos para concorrer nas eleições não são registradas caso as mesmas não cumpram os percentuais estabelecidos (PESCHARD, 2002; CEPAL, 2007).

É importante destacar, além disso, que a inclusão de pautas femininas nos programas dos partidos tem por objetivo, na maioria dos casos, obter o voto deste eleitorado que é mais numeroso em muitos casos (ARAÚJO, 2001). Essa pseudo-inclusão das mulheres e de suas pautas na prática e discurso dos partidos políticos é mais uma estratégia de maximização das oportunidades eleitorais do que uma efetiva preocupação ou comprometimento com a redução das desigualdades de gênero. Até porque tomar uma postura desta envergadura exigiria alterar as relações de poder vigentes, o que implicaria em longo prazo a perda de espaço por parte de quem o detém. Neste sentido caminha a afirmação de Céli Pinto, para quem,

As políticas de cotas são, em quaisquer circunstâncias, ações que rompem unidades estabelecidas, desorganizam um 'contrato' anterior, na maioria das vezes vivido pela sociedade como da natureza das coisas. Tal forma de intervenção envolve ganho e perda de poder. Tomando em consideração estas desorganizações, com estas novas posições de poder é possível entender de forma mais clara o grande desassossego que tais políticas trazem (PINTO, 2004, p.105).

No que tange às cotas pode-se acrescentar que um sistema político com as características do sistema adotado no Brasil exige que os candidatos tenham um acúmulo relativamente grande de capital político a fim de angariar votos. Sendo assim, a adoção da política de cotas foi compreendida também como elemento que faria frente à cultura política e às relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres:

O que está em jogo é a possibilidade de realmente se alcançar, na esfera política, o pluralismo de perspectivas que caracteriza sociedades fragmentadas como as contemporâneas. Medidas especiais, como a política de cotas, são necessárias porque a diferença estrutural se traduz na desigualdade da capacidade de intervenção na esfera pública. Vale lembrar a conclusão a que Pierre Bourdieu chega, ao estudar a auto-exclusão, na forma de apatia e desinteresse, daqueles que exercem menos influência política, nomeadamente as mulheres e as classes trabalhadoras: 'a indiferença é apenas uma manifestação da impotência' (...) A capacidade de intervir no campo político é 'naturalizada' pela adequação dos agentes ao comportamento que lhes é destinado (MIGUEL, L., 2001, p.266).

De acordo com Bourdieu (2006) o capital político é compreendido como uma forma de capital simbólico e consiste em ser reconhecido socialmente pelos demais como capaz de exercer poderes em nome destes: "*crédito*, firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes

que eles lhes reconhecem. [...] produto de actos subjetivos de reconhecimento e que, enquanto crédito e credibilidade, só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência” (BOURDIEU, 2006, p. 187-188). Conforme pondera Luis Felipe Miguel (2000), historicamente as mulheres tendem a ser portadoras de menor capital político que os homens, o que contribui para que o campo político seja um espaço de domínio masculino, ou seja, o não reconhecimento das mulheres como aptas para o desenvolvimento da atividade política faz com que tenham menores chances de obterem posição de destaque e serem eleitas.

Ou seja, as cotas contribuiriam para o empoderamento dos segmentos sociais historicamente alijados dos processos políticos tradicionais, entre eles principalmente as mulheres. Entretanto, muitos são os limites para a eficácia da redução das desigualdades de gênero a partir de políticas desta natureza, proporcionadas pela democracia representativa.

2.4 Críticas à democracia representativa

A preocupação ou mesmo a necessidade de incluir constitucionalmente as mulheres nos espaços decisórios, pode ser vista a partir de dois importantes momentos da história das instituições políticas democráticas: numa primeira ocasião, o direito ao sufrágio e, posteriormente, a reserva de vagas nas listas de candidaturas, postos no Legislativo e direções partidárias.

No limite, observa-se um processo de democratização institucional da esfera pública na medida em que ela não é mais um espaço destinado única e exclusivamente aos homens, não excluindo de forma explícita as mulheres. Entretanto, ainda que seja visível o esforço para incluir as mulheres nos postos de poder, a representação política ainda é algo a *conquérir* (COLLIN, 2006), ainda por ser conquistada, visto que o desafio para as democracias não é meramente a inclusão das mulheres, considerando que formalmente elas estão incluídas. A grande questão é reconhecê-las e incorporá-las de fato nas instituições onde se tomam as decisões (CEPAL, 2007).

Concomitantemente a esse processo de mudança institucional a fim de trazer para a esfera pública as mulheres, ocorre um movimento inverso na própria lógica do processo de tomadas de decisão:

Paradoxalmente, as pseudo-‘democracias’ ocidentais contemporâneas transformaram em grande parte a esfera pública em questão privada: as decisões verdadeiramente importantes são tomadas em segredo e nos bastidores (do governo, do Parlamento, dos aparelhos dos partidos) (CASTORIADIS, 2002, p.264).

Sendo assim, se as mulheres não eram consideradas sujeitos livres e aptos para tomar assento na esfera pública e participar das decisões, hoje em maior ou menor grau elas estão incluídas mesmo que de forma marginalizada e em desvantagem numérica em relação aos homens. Contudo, como alerta Castoriadis (2002), não é mais nesse local que se tomam grande parte das decisões. Desta forma, o poder de decidir sobre os assuntos públicos e de participar efetivamente da vida política é algo que parece se reinventar constantemente e nesse dinamismo acaba novamente por fugir às mulheres, pois o *privado* onde se tomam as decisões continua sendo uma fortaleza masculina.

Conjuntamente a esse fato, ocorre também outro processo que merece destaque. Trata-se da forma como as mulheres entram na esfera pública. De modo geral, o segmento feminino apresenta uma lógica de entrada nesse espaço que mantém a imagem associada à esfera privada. Como exemplo dessa observação, pode-se citar estudos que vem sendo realizados junto às parlamentares brasileiras que demonstram que as mesmas têm se dedicado, majoritariamente, à área social, entenda-se: saúde, educação e assistência social (GROSSI, MIGUEL, 2001).

No que diz respeito ao contexto latino-americano, o estudo da CEPAL (2007) aponta para o entendimento de que a participação feminina nos gabinetes governamentais da América Latina é mínima na área econômica (economia, fazenda, energia, minas, comunicações, transporte, obras públicas, agricultura, turismo e outros afins), muito baixa na área política (ministérios do interior, relações internacionais, justiça, segurança, defesa e outros afins) e levemente maior na área social e cultural (educação, saúde, trabalho, habitação, mulher e outros afins).

Sobre o tema um caso ilustrativo é do Partido Peronista na Argentina, que em 1949 fundou uma seção feminina em seu interior na qual as mulheres eram incitadas a participar do espaço público carregando consigo características da vida doméstica: “calma, obediência, solidariedade e disciplina” (PEDRO, s/d, p.1). Esse apelo era tão significativo que

[...] as mulheres dedicaram-se aos setores de saúde e educação, como extensão de seus papéis familiares. Elas eram chamadas ao partido não

como cidadãs, mas como donas de casa, mães, esposas, filhas, noivas, amadas, etc. Era justamente destes papéis instituídos por hierarquizadas relações de gênero, que as mulheres falavam em política. Foi desta forma que se mantiveram em separado delegando sua ação política nos momentos mais cruciais (PEDRO, s/d, p.3-4).

Assim, as formas como as mulheres fariam política seria diferente da maneira como os homens a realizariam e estaria marcada por uma ética particular centrada na *sensibilidade*. Essa característica, por sua vez, seria entendida como um valor positivo que deveria ser incorporada à política por fazer um contraponto ao modelo masculino de governar, transformando a *política dura* em *política leve*: “sensibilidade, afeto e carinho, fazem parte do discurso e são percorridos no senso comum como o verdadeiro papel das mulheres na política ‘o de tomar os espaços de poder menos “áridos”, menos cruéis e mais dignos” (GROSSI, MIGUEL, 2001, p.189).

Nessa direção, as mulheres teriam um diferencial marcante na esfera pública por serem responsáveis pelo *cuidado do outro*, o que faria com que levassem a cabo uma *política do desvelo*, ocupando-se de temas sociais mais do que de *hard politics* (administração pública, política econômica, relações internacionais). O social (assistência social, saúde, etc.), por comportar questões de menor prestígio político e exigirem menor capital político seria o nicho disponível para as mulheres. Esta divisão dos assuntos políticos desde o prisma das relações sociais de gênero poderia ser caracterizada como uma “divisão do trabalho político” (MIGUEL, L. 2001, p.261).

Também nesse sentido se encaminha a afirmação de Lúcia Avelar (1996) para quem as mulheres apresentariam um *estilo feminino de fazer política*, o qual seria resultado das experiências diversas e diferentes daquelas vividas pelos homens, o que faria com que as mulheres priorizassem outros temas e os elaborassem sob outra perspectiva. Basicamente, segundo a autora, haveria uma preocupação maior com temas ligados ao campo social: desenvolvimento social, educação, saúde, não-violência, meio ambiente e igualdade entre os sexos. Em última instância as mulheres levariam para a esfera pública demandas advindas de suas experiências no âmbito da esfera privada, alterando a própria divisão entre essas duas esferas e incidindo prioritariamente sobre a formulação de políticas públicas. Desta forma se incluiria na agenda temas antes não considerados como

relevantes pela elite política, mas que, no entanto, são importantes para a vida das mulheres (AVELAR, 1996).

Diante da difícil tarefa de ocupação da esfera pública por parte das mulheres e, além disso, frente a este modelo de inserção, o movimento feminista tem realizado várias considerações críticas. Segundo Sueli Carneiro (2003), a plataforma política feminista, definida em 2002 na Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras, aponta para a necessidade de formação de uma sociedade democrática e socialmente justa, fundada em um novo marco civilizatório no qual se encontra a necessidade de avançar nos aspectos concernentes à democracia no campo das relações políticas. Segundo a plataforma:

A democracia política representativa – que tem no voto seu instrumento básico de funcionamento – vigora no Brasil como se fosse a única prática legítima de exercício de poder, apesar da forte crise de legitimidade de suas instituições. [...] A democracia representativa ainda está impregnada dos perfis racista, sexista e classista da sociedade brasileira, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual, em que pesem as diferenças político-ideológicas entre os partidos. Essa situação tem sido ainda agravada pela política liberal/conservadora vigente que, com seus mecanismos de poder junto ao sistema econômico e ao sistema de comunicação de massa, restringe as possibilidades de disputa política para muitos segmentos (in: CARNEIRO, 2003, p.127-128).

Tal afirmativa vem corroborar o fato de que muitos são os limites que as democracias representativas têm apresentado no sentido de minimizar as desigualdades de gênero no campo político, até mesmo em função de suas peculiaridades. Conforme pondera Vera Soares:

Se a democracia é, antes de tudo, um sistema político com caráter inclusivo, podemos perguntar qual é a sua legitimidade quando exclui metade da população das possibilidades de representação, quando ignora suas necessidades e as alija de medidas concretas que possibilitem a melhoria de suas condições de vida. Assim, há uma lógica que confina as mulheres ao mundo doméstico e as concebe basicamente em sua identidade como mães, e fora de casa como demandantes de ações comunitárias, algumas vezes como beneficiárias das políticas públicas, mas raramente como sujeitos capazes de protagonizar processos políticos (SOARES, 2004, p.176-177).

Como se pode ver, a democracia vigente, entendida como um modelo hegemônico, passa por um processo de intenso dinamismo do qual parece não poder oferecer as respostas exigidas. De forma simplificada, apresenta-se como um sistema político tencionado pelos anseios, necessidades e expectativas de uma

sociedade civil a cada dia mais complexa, diversificada e que reclama por seus espaços e pelas correções das deficiências da democracia.

O modelo de representação política vigente busca a satisfação de demandas segmentadas, fazendo com que o espaço público seja reduzido simplesmente a uma arena de disputas por vantagens corporativas, onde nem todos os grupos sociais, cidadãos, segmentos da sociedade ou como se queiram denominar os agentes sociais, desfrutam de iguais condições para se fazer ouvir nas instâncias decisórias.

Por conseguinte, a idéia dominante de representação acabou criando verdadeiros vácuos sociais que fazem com que determinados segmentos da sociedade não possuam nem participação, nem representação, nem controle social sobre seus representantes. Este é, por exemplo, o caso das mulheres que tiveram uma incorporação tardia pelo sistema democrático, fruto em grande parte das mobilizações desfechadas pelo movimento feminista que têm como um de seus principais méritos a criticidade em relação ao modelo de democracia liberal-representativo.

As críticas das autoras feministas endereçadas à democracia representativa foram importantes devido a vários fatores. Primeiramente seria preciso destacar o fato de que este modelo por muito tempo excluiu as mulheres do exercício das atividades políticas. Sendo assim, a primeira grande mobilização das mulheres foi pela sua inclusão enquanto cidadãs, pela garantia do direito de votar e serem votadas. Essa discussão se prolongou ao longo do século XX, representando de certa forma um processo de expansão não só da cidadania, mas também da própria democracia.

Num segundo momento, entretanto, as feministas perceberam que não bastava o direito formal de participar da esfera pública. Nesse âmbito elas perceberam que continuaram sendo subjugadas e encontraram inúmeras dificuldades para se inserirem nos espaços decisórios. A luta passou a ser então por reserva de vagas nas candidaturas proporcionais, o que, como demonstrado, não apresentou o resultado que estava sendo esperado.

Como uma terceira investida das feministas em relação à democracia, percebe-se o atual movimento de crítica à forma de inserção das mulheres na política e ao próprio sistema liberal-representativo, o qual não consegue dar conta das demandas destas e de outros setores sociais. O sistema político está sendo abatido, não sem razão, pelo que se denomina de crise de representação política,

havendo um total descrédito dos cidadãos em relação aos políticos e ao modelo de organização. Mais do que isto, como destaca Pinto (2004), vive-se um certo paradoxo da democracia representativa a qual não representa, onde cada vez se tornam mais difícil a elaboração e a representação de interesses coletivos.

Estes apontamentos levam a crer que há uma falência do modelo democrático liberal-representativo que, ao mesmo tempo em que caminha para sua superação, leva em direção à construção de outras propostas de organização política, haja vista as inúmeras experiências de gestão pública participativa em curso.

Sabendo que a problemática da democracia merece ser mais bem detalhada retomar-se-á a discussão sobre o modelo representativo e sobre a democracia participativa no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

O DEBATE SOBRE DEMOCRACIA

Este capítulo tem por objetivo tecer algumas considerações a respeito da democracia. Para tanto, num primeiro momento debruça-se sobre a organização do sistema liberal-representativo demonstrando o quanto suas regras são potencialmente limitadoras da inclusão das demandas de uma gama bastante ampla de atores sociais, especialmente as mulheres e, num segundo momento aponta para a busca de alternativas à democracia tradicional, centrando a discussão em torno da democracia participativa.

3.1 A democracia liberal-representativa

Norberto Bobbio (2000) afirma que as democracias tradicionais se caracterizariam historicamente por assumir dois significados: o primeiro referente às regras do jogo, ou seja, à regra de formação das maiorias, e o segundo ligado ao ideal de governo democrático com ampla participação, o que ele vem a denominar de democracia substancial. O primeiro significado está ligado ao que o autor define por democracia formal, ou seja, à democracia representativa na qual se elegem representantes para tomar as decisões. Assim sendo é

[...] entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, [...] caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelece quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos (BOBBIO, 2000, p.30).

Concepção análoga a esta é exposta também por Giovanni Sartori (1994), para quem a democracia é o regime político caracterizado pela delegação de poder

dos cidadãos para os governantes, o que denomina de democracia vertical, ou seja, um sistema de governo “baseado no ato de eleger e nas eleições – em eleições livres, periódicas e competitivas” (SARTORI, 1994, p.189).

A partir da escolha dos representantes estes passam a tomar as decisões em nome dos cidadãos, os quais têm pouco ou nenhum controle sobre aqueles que elegeram para governar. Ocorre, pois, uma transferência da prerrogativa de governar para pessoas que ficam investidas de um mandato livre e que teoricamente estão obrigados a prestar contas das suas ações, o que se denomina de *accountability*. Entretanto, sabe-se que esses mecanismos são falhos no controle sobre os parlamentares.

Numa perspectiva crítica, Íris Marion Young (2006) aponta para o fato de que depois da eleição, os eleitores não são mais necessários, não sendo mais chamados a participar, opinar e decidir sobre as políticas públicas e sobre as questões de governo. Mais do que isto, afirma que “as instituições e a cultura de algumas democracias representativas de fato desestimulam os cidadãos a participar das discussões e decisões políticas.” (YOUNG, 2006, p.145-146).

Ainda no sentido de crítica à democracia representativa, Paul Hirst (1993) entende que o questionamento da representação política leva a compreender a democracia como o exercício do poder político *sobre* os cidadãos. Segundo argumenta,

A partir do momento em que questionamos a noção de representação, a democracia moderna deixa de ser uma forma de poder delegado *pelo* povo e converte-se, ao contrário, numa forma de poder exercido por políticos profissionais e funcionários públicos *sobre* o povo, em que alguns desses governantes são periodicamente trocados pelo mecanismo da eleição (HIRST, 1993, p.36).

Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2005) assinalam que a democracia, ao longo do século XX, foi um dos temas que tiveram importante destaque no campo da política, o qual girou em torno de dois eixos: na primeira metade do século a discussão sobre a desejabilidade da democracia enquanto uma forma de governo, que se centrou na concepção liberal e na perspectiva marxista a respeito do assunto. O segundo debate focou as condições estruturais da democracia, ou seja, a relação capitalismo/democracia.

A democracia que se tornou hegemônica no decorrer do século XX foi a liberal-representativa, a qual teria como elementos centrais: 1) a contradição entre mobilização e institucionalização; 2) a valorização positiva da apatia política; 3) a concentração do debate nos desenhos eleitorais; 4) o pluralismo como forma de incorporação partidária e disputa entre elites e 5) a solução minimalista para o problema da participação, entenda-se a restrição da participação ao momento eleitoral (SANTOS, AVRITZER, 2005).

De acordo com estes autores, as concepções hegemônicas no interior da teoria democrática, as quais passaram a vigorar na segunda metade do século XX, estão ligadas à resposta oferecida para três questões: 1) a relação entre procedimento e forma (a democracia como forma e não como substância); 2) o papel da burocracia (tornou-se central na teoria democrática) e 3) a inevitabilidade da representação em democracias de grande escala. Este último ponto está baseado na questão da autorização, que por sua vez, é um argumento sustentado por dois pilares: o problema do consenso entre representantes e a capacidade da representação de expressar as opiniões da sociedade.

Para Santos e Avritzer (2005), tal modelo de democracia apresenta uma série de limitações, tais como: 1) o de saber até que ponto as eleições esgotam os procedimentos de autorização e se os procedimentos de representação esgotam a questão da representação das diferenças; 2) a burocracia centralizada não agrega as informações necessárias para a execução de políticas complexas e, 3) a representação de agendas e identidades específicas fica comprometida. Problematizando estas questões, alguns autores, entre eles Céli Pinto (2004), sublinham que

[...] a cidadania tal qual está posta no mundo ocidental da democracia representativa não é capaz de dar conta dos direitos das mulheres e nem de quaisquer outras diferenças constituídas a partir dos movimentos sociais ao longo do século XX (PINTO, 2004, p.69).

Esta perspectiva pode ser associada às observações de Young (2006) que ao discorrer sobre a falta de representação de determinados grupos sociais ou ao processo de marginalização dos mesmos no que se refere à influência política, afirma que

[...] os membros desses grupos tendem a se desafeioar do processo político: podem ficar apáticos ou se recusar terminantemente a se engajar com outros para tentar resolver problemas compartilhados. Sob tais circunstâncias, a representação específica de grupos desfavorecidos estimula a participação e o engajamento (YOUNG, 2006, p.174).

É a partir dessas reflexões que políticas visando aumentar a representação destes segmentos sociais historicamente deixados de fora do processo de decisões políticas estão sendo implementadas, entre elas a política de cotas discutida no capítulo anterior. O que parece interessante acrescentar, em termos conceituais, é que há em curso um processo de questionamento da representação política baseada no que Anne Phillips (2001) denomina de uma passagem da *política de idéias* em direção a uma *política de presença*.

No que se refere à *política de idéias*, a autora afirma que nela está implícita uma noção de representação baseada no julgamento e no debate, numa escolha a partir de um programa político e não de pessoas. Assim, não interessa quem, mas o que os representantes representam. Entretanto, a discussão sobre a exclusão política de alguns grupos, faz da separação entre *quem* e o *quê* é representado bastante questionável, abrindo margem para a concepção de uma *política de presença* a qual possibilitaria a representação dos diferentes grupos sociais.

A adoção de um modelo de democracia ou de política baseado na idéia de representação fragmentada de acordo com grupos sociais numa perspectiva de *política de presença*, também encontra uma série de limitações. Young (2006) acredita que poderia ocorrer um processo de diferenciação dos grupos, bem como de distanciamento e de cooptação dos representantes:

Reservar cadeiras para grupos específicos pode tender a congelar tanto as identidades desses grupos quanto as suas relações com os outros grupos da sociedade, de modo que seria desejável um procedimento mais fluido, que se adaptasse à dinâmica das relações sociais. [...] Sabendo que têm cadeiras reservadas, os grupos podem tornar-se pouco ativos nos processos de autorização e prestação de contas, os representantes podem tender a se desconectar das bases eleitorais dos grupos e as cadeiras podem ficar vulneráveis à cooptação por partidos ou interesses (YOUNG, 2006, p.182).

Nesse sentido, abre-se, a partir desta autora, a discussão a respeito de uma concepção de representação baseada na idéia de *différance*, isto é, num processo de envolvimento entre eleitores e representantes em que se estabelece uma conexão que engloba prestação de contas - que devem ocorrer tanto por meio das

instituições oficiais quanto na arena política – e autorização. O que estaria sendo representado não seriam os interesses ou as opiniões, mas sim *perspectivas*, ou seja, diferentes posicionamentos, experiências, histórias e compreensões sociais. Fundamentalmente, se referiria aos agentes que estão próximos no campo social e que tem pontos de vista semelhantes:

Na qualidade de um relacionamento prolongado entre os eleitores e seus agentes, a representação oscila entre momentos de autorização e de prestação de contas: é um ciclo de antecipação e retomada entre os eleitores e o representante, no qual seus discursos e ações devem carregar vestígios de um momento a outro (YOUNG, 2006, p.151).

De acordo com Leonardo Avritzer (2005), se até a metade do século XX a discussão se centrou em torno da forma de organização política das sociedades, na adoção ou não da democracia, no final do século XX ela tornou-se o formato hegemônico de organização da dominação política no interior das sociedades do mundo ocidental. Este processo ocorreu em meio a grandes mudanças no significado e na prática democrática, entre elas: o estreitamento do conceito de soberania, o consenso sobre a não participação na administração e uma crescente rejeição dos modelos participativos em função de seu impacto não institucional (AVRITZER, 2005).

Vale destacar, segundo Avritzer (2005), que as limitações do conceito de soberania estão ligadas a duas questões: a) à idéia de que apenas uma burocracia especializada pode lidar com as questões que se tornaram políticas (saúde, educação, previdência, etc.), afastando os cidadãos dos processos decisórios e, b) aos debates em torno da racionalidade (fundamento da autorização dos governos pelos indivíduos) e mobilização.

Neste último ponto, parece importante salientar que se a teoria democrática dos séculos XVIII e XIX acentuava o debate público como parte do processo de formação da vontade geral, no período entre guerras, o debate entre democracia e racionalidade será marcado pela emergência dos interesses particulares e da conseqüente manipulação da formação desta vontade geral. Tal concepção fez com que uma série de autores passasse a defender a idéia da irracionalidade da participação política das massas, a qual rompe com a associação entre democracia e participação política, culminando com uma crítica do modelo democrático (AVRITZER, 2005).

A resposta para este contexto foi um governo das elites, a impossibilidade de governo do povo, ou seja, a associação de democracia não com o bem comum, mas com a escolha de governantes. De acordo com Joseph Schumpeter, “A democracia é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para alcançar decisões políticas – legislativas e administrativas – e, portanto, ela é incapaz de converter-se em um fim em si mesma” (apud AVRITZER, 2005, p.266).

Nesta perspectiva o povo se restringe a escolher aqueles que considera mais qualificados para governar. É interessante destacar que o cidadão continua a ser considerado como o fundamento da política democrática, porém atua agora como árbitro das disputas entre as elites (AVRITZER, 2005). Se tal modelo teve ampla aceitação e funcionou bem na segunda onda de democratização europeia (1943-1962), para Avritzer (2005), o mesmo não pode ser aplicado em relação ao caso latino-americano no qual, principalmente a partir dos anos 60, ocorreu uma série de rupturas antidemocráticas que levaram a ditaduras militares na maioria dos países da região.

Há, ainda, para o autor, duas lacunas na forma como o elitismo democrático aborda a democracia: a) incapacidade de diferenciar elite democrática e não democrática; b) incapacidade de entender o fenômeno da mobilização de massas vista como mobilização anti-institucional que leva a pressões e rupturas do processo político e como uma ação coletiva perpetrada pelas associações voluntárias, movimentos sociais e fóruns institucionais.

Segundo o autor, essa segunda forma de mobilização popular é perfeitamente compatível com a democracia, porém, ao ignorá-la, a concepção hegemônica de democracia desconsidera o papel das ações coletivas na manutenção e aprofundamento da democracia. Não por acaso a estabilidade da democracia hegemônica ocorreu em função da acumulação de capital e limitação da participação cidadã (SANTOS, AVRITZER, 2005).

A idéia de limitar a participação política encontra respaldo em inúmeras obras, entre elas nas de autores como Bobbio (2000) quando afirma que o excesso de participação é um fato que teria como uma de suas principais conseqüências a destruição da própria democracia, além de que levaria à apatia política, à indiferença de muitos e o conformismo das massas. Em suas palavras:

A idéia de democracia direta, onde todos os cidadãos decidem sobre tudo é insensata e materialmente impossível nas sociedades complexas. [...] E também não é desejável humanamente, isto é, do ponto de vista do desenvolvimento ético e intelectual da humanidade (BOBBIO, 2000, p.54).

Entretanto, outros expoentes teóricos do campo da ciência política rejeitam tal perspectiva analítica, como é o caso de Young (2006) para quem

[...] uma sociedade é mais plenamente democrática quanto mais possui fóruns patrocinados pelo Estado e fomentados pela sociedade civil para discussões sobre políticas, e pelo menos alguns deles devem influenciar procedimentalmente as decisões governamentais (YOUNG, 2006, p.144).

Se a concepção hegemônica de democracia insiste em restringir a participação cidadã ao ato de eleger seus representantes, no pós-guerra e, sobretudo, após a terceira onda de democratizações (pós anos 70), emergiram um conjunto de concepções *não-hegemônicas* de democracia, reconhecendo a pluralidade humana. A democracia se torna mais do que um desenho institucional, sendo afirmada como forma sócio-histórica na qual a indeterminação não é dada pela alternância de poder, mas pela ruptura com tradições estabelecidas que vão além da institucionalização de novas determinações, normas e leis (SANTOS, AVRITZER, 2005).

No caso do Brasil, o processo de democratização veio acompanhado de temáticas até então ignoradas pelo sistema político, pela redefinição de identidades e vínculos e pelo aumento da participação, principalmente em nível local (SANTOS, AVRITZER, 2005). Neste sentido, contrapondo-se à concepção hegemônica de democracia ou às democracias de tipo tradicional - nas quais os cidadãos estão excluídos dos processos de tomadas de decisão ao passo que delegam seu poder deliberativo para indivíduos eleitos, ficando a participação restrita à eleição de representantes para o Executivo e Legislativo - emergem alternativas às formas de organização democráticas tradicionais, entre elas a democracia participativa.

3.2 Uma outra perspectiva: a democracia participativa

Ao longo do século XX, a democracia tradicional se tornou a forma de governo que dispõe de capacidade de exercício legítimo do poder político. A corrente liberal-representativa tornou-se hegemônica por estar alicerçada na representação e

na agregação de interesses efetivados pelo sistema eleitoral. No limite, esta é uma visão minimalista de democracia baseada na limitação da participação, valorização do conhecimento técnico e na delegação como única dimensão da representação (PEREIRA, M., 2006).

Deste modo, se de certa forma ocorreu no século passado um processo de afirmação da democracia, nas últimas décadas a discussão se volta para a questão do aprofundamento e da qualidade dos regimes democráticos, o que requer participação popular e deliberação pública (VITALE, 2006). Para exemplificar, no que se refere ao contexto regional:

Há uns 20 anos, na América Latina e Caribe existe um consenso de que a democracia é a melhor forma de governo. A expansão dos regimes democráticos na região coloca as sociedades numa situação complexa que conjuga a fragilidade institucional e uma cidadania cada vez mais consciente de seus direitos. Mesmo que exista acordo entre as forças democráticas sobre a importância das eleições competitivas periódicas para a seleção dos e das governantes e sobre o rechaço às diversas formas de autoritarismo, também existe um acordo sobre a necessidade urgente de melhorar a qualidade da democracia mediante a superação das grandes desigualdades sociais e a geração de mecanismos de participação cidadã mais efetivos, que permitam a intervenção da população nos assuntos públicos (CEPAL, 2007, p.10).²⁹

O debate que se levanta nesta direção, mas que ainda é marginal no campo da ciência e sociologia política, diz respeito à preocupação com a democracia e a abertura de canais de participação que transcendam os espaços eleitorais, ampliando a inclusão dos cidadãos na gestão pública. Neste mesmo sentido, um importante debate esquecido por parte da academia brasileira diz respeito às questões de gênero, embora exista um esforço para ampliação da produção acadêmica neste campo. No que concerne aos estudos políticos, a questão de gênero está bastante apartada da Ciência Política brasileira, além de que as teorias feministas nunca foram trazidas para o debate sobre os grandes problemas brasileiros (PINTO, 2004).

²⁹ “Desde hace unos 20 años, en América Latina y el Caribe hay un consenso respecto de que la democracia es la mejor forma de gobierno. La generalización de los regímenes democráticos en la región enfrenta a las sociedades a una situación compleja, que conjuga la fragilidad institucional y una ciudadanía cada vez más consciente de sus derechos. Aunque existe acuerdo en las fuerzas democráticas sobre la importancia de las elecciones competitivas periódicas para la selección de los y las gobernantes y sobre el rechazo a las diversas formas de autoritarismo, también existe un acuerdo acerca de la necesidad urgente de mejorar la calidad de la democracia mediante la superación de las grandes desigualdades sociales y la generación de mecanismos de participación ciudadana más efectivos, que permitan la intervención de la población en los asuntos públicos” (CEPAL, 2007, p.10).

Conforme Alfredo Gugliano (2006), existe uma carência de debate sobre formas alternativas de democracia que não estejam restritas ao plano político-eleitoral, ou seja, aos mecanismos de representação formal, às relações Executivo-Legislativo e à percepção dos eleitores sobre a esfera da política e seus profissionais.

Uma das alternativas que tem sido apresentada denomina-se democracia participativa, a qual tem como uma de suas especificidades a maior abertura de canais de participação aos cidadãos na gestão pública do Estado. A participação seria o ponto nodal do conceito de democracia participativa, tendo em vista que ela permitiria ir além do processo de decisões institucionais, possibilitando a construção de um projeto de sociedade e de vida (GUGLIANO, 2004b). Neste sentido,

A democracia é conceituada como um tipo de sociedade, como um ideal de sociedade futura. É um estilo de vida, algo que deve permear todas as relações sociais das quais participa qualquer ser humano. Sendo assim, a participação se torna um componente essencial na vida democrática. Implica transferência de poder político à comunidade, pois, sem ela, não seria possível pensar-se em uma sociedade mais humana e igualitária (VITULLO, 1999, p.32-33).

A democracia enquanto um valor a ser seguido vai além do que possibilita o modelo liberal-representativo, considerando-se que o exercício da cidadania não se restringe ao ato de eleger representantes:

Pois a democracia não é um fato que será garantido por uma declaração fundadora: é uma realidade em movimento sempre imperfeita, que não pode parar de ser interrogada, contestada e redefinida em nome mesmo de seu princípio. Ela repousa sobre um diálogo permanente onde cada um, cada uma, deve poder fazer ouvir sua voz: voz que não pode ser reduzida somente ao ritual da prática eleitoral. A urna em efeito não é uma urna funerária onde morrerão as vozes dos eleitores: quem coloca sua voz no voto guarda sua voz. A vida cidadã não se esgota na representação (COLLIN, 2006, p.1)³⁰.

Em busca de alternativas e respostas a problemas e insatisfações com a democracia liberal-representativa emergiram nas décadas de 60 e 70 formulações

³⁰ Car la démocratie n'est pas un fait, qui serait garanti par une déclaration fondatrice: c'est une réalité en mouvement toujours imparfait, qui ne cesse pas de devoir être interrogée, contestée et redéfinie au nom même de son principe. Elle repose sur un dialogue permanent où chacun, chacune, doit pouvoir faire entendre sa voix: voix qui ne peut être réduite au seul rituel de la pratique électorale. L'urne en effet n'est pas une urne funéraire où viendraient mourir les voix des électeurs: qui donne sa voix dans le vote garde sa voix. La vie citoyenne ne s'épouse pas dans la représentation (COLLIN, 2006, p.1).

em direção a modelos democráticos participativos. Inspirados nas obras de autores, como por exemplo, Rousseau, pode-se apontar como alguns dos principais teóricos da democracia participativa: Carole Pateman, C. B. Macpherson e Benjamin Barber. Em especial, Pateman enfatiza o aspecto educativo da participação política e sua expansão na direção de outros espaços sociais além da política, sobretudo indústrias, escolas e comunidades. Macpherson destaca a questão da participação relacionada à redução das desigualdades sociais e econômicas e, por fim, Barber assinala o aprofundamento democrático, ou seja, o processo de ampliação da cidadania e exercício da atividade política (PEREIRA, M., 2006; VERGARA, 1998; VITALE, 2006)³¹.

Esses teóricos da democracia participativa fazem parte da chamada *nova esquerda*, a qual propugnava participação nas decisões locais e em espaços para além do sistema político. Suas formulações estão dentro do que Marcus Pereira (2006) denominou modelo participativo do norte.

Haveria também os modelos participativos do sul que de certa forma estariam inspirados nos teóricos dos modelos do norte, porém, assumindo outras características como a crítica às teorias de transição e consolidação democrática que restringem a idéia de democracia ao modelo liberal-representativo. Vê-se assim a necessidade de uma análise que abarque relações entre Estado, instituições políticas e sociedade, baseada em três pontos: 1) consolidação da democracia eleitoral na América Latina; 2) insatisfação com os seus resultados em termos de justiça social, eficácia governamental e inclusão política, e 3) análise de experiências de inovação democrática no Sul (PEREIRA, M., 2006).

O que a literatura tem apontado é que a crescente discussão sobre a introdução de modelos de governos participativos provocou algumas mudanças na

³¹ Algumas críticas são endereçadas aos teóricos da democracia participativa, em especial aos fundamentos teórico-políticos de suas teses, as quais podem ser encontradas na obra de Maria Lúcia Duriguetto (2007). Uma primeira objeção exposta pela autora se refere ao fato de que os teóricos participacionistas desconsideram o conflito de classes e a propriedade privada, aspectos presentes na sociedade o que faria com que a abertura da participação nos canais institucionais impossibilitasse a busca pela superação do sistema capitalista. Além disto, a autora argumenta que, por se limitar ao âmbito do local, por um lado, essa forma de participação continua a delegar aos *experts* as decisões relacionadas à política nacional. Por outro lado, esse mecanismo abre espaço para sobressaírem os interesses particulares e corporativos. Outro aspecto lembrado por Duriguetto (2007) e do qual ela parece cética é a aposta no processo democrático para a resolução do problema da desigualdade social. Por fim, salienta que, em função de a teoria da democracia participativa repousar sobre o conceito de participação, há uma nova forma de pensar a questão da participação e não a elaboração de uma nova teoria da democracia.

forma como se compreende a democracia e os mecanismos de participação. Pode-se dizer, de acordo com Jorge Vergara (1998), que as idéias de inclusão dos cidadãos na gestão pública, ou seja, os modelos democráticos participativos, no que se refere ao contexto latino-americano,

[...] transformaram nossas concepções de democracia e problematizaram, como nunca antes se havia feito, as já complexas relações entre democracia e liberalismo e entre democracia e socialismo. A difusão das teorias participativas contribuiu, em importância média, para criar uma demanda de participação política e social que teve importância na luta dos 80 contra os autoritarismos militares em nossa região (VERGARA, 1998, p. 4)³².

De um modo geral, o surgimento deste debate na América Latina está associado à renovação do socialismo e do marxismo. Conforme Márcia Dias (2002), o chamado *novo socialismo* apresenta quatro características centrais, quais sejam:

- 1) Construção de consenso em torno do projeto político que pode vir a se tornar um projeto hegemônico; ou seja, incentiva-se a associação política dos indivíduos;
- 2) Transformação do funcionamento do Estado, articulando este à sociedade civil;
- 3) Introdução de membros da classe dirigida no grupo dos dirigentes no intuito de trocar a elite política tradicional pelos dirigentes dos movimentos sociais;
- 4) Defesa da autonomia da esfera do social em relação ao político.

Partindo dessas considerações, pode-se compreender de maneira mais ampla o próprio conceito de democracia participativa. Gugliano (2004b) aponta, nessa direção, alguns elementos que caracterizariam a democracia participativa, quais são:

- 1) Existência de uma pré-disposição dos governantes para compartilhar com a sociedade civil os espaços de poder que correspondem à esfera do Estado;

³² “[...] han transformado nuestras concepciones de la democracia y problematizaron, como nunca se había hecho, las ya complejas relaciones entre democracia y liberalismo y entre democracia y socialismo. La difusión de las teorías participativas ha contribuido, en importancia media, a crear una demanda de participación política y social, que tuvo importancia en la lucha de los ochenta contra los autoritarismos militares en nuestra región” (VERGARA, 1998, p. 4).

- 2) Criação de espaços de comunicação que articulem representantes da esfera estatal e da sociedade civil com o fim de estabelecer um canal de mediação entre os diferentes atores sociais;
- 3) Constituição de uma agenda pública de discussões envolvendo a cidadania enquanto um todo ou seus representantes eleitos;
- 4) Encaminhamento de deliberações previamente negociadas entre Estado e sociedade civil pelas estruturas estatais ou por mecanismos de co-gestão públicos (GUGLIANO, 2004b, p.277).

À luz de experiências de democracia participativa que vem sendo desenvolvida no contexto brasileiro, Avritzer (2005) questiona três elementos da concepção hegemônica de democracia, os quais podem ser sistematizados da seguinte forma: 1) a idéia de que a consolidação da democracia depende do estreitamento da participação; 2) a percepção de que as formas racionais e hierárquicas de administração pública são implementadas eficazmente a partir da não participação e 3) o juízo de que todas as formas de ação coletiva são semelhantes e ocasionam uma contradição entre mobilização e institucionalização.

A inovação das experiências de democracia participativa reside no fato de que o processo democrático não fica restrito às normas do jogo, mas os procedimentos eleitorais são enriquecidos pela ênfase em novas dimensões.

A primeira dimensão é da participação, do envolvimento dos cidadãos com a coisa pública. Rompendo com uma concepção tecnoburocrática de administração, a idéia de que os cidadãos devem ultrapassar a sua condição de eleitores para envolver-se no cotidiano da elaboração, execução e controle das políticas públicas revoluciona a idéia tradicional do Estado enquanto máquina burocrática e retoma a possibilidade de obtenção de legitimidade política através de novos canais de representação popular. A segunda é a da ênfase na deliberação pública, algo que interfere nas formas através das quais o governo elabora e executa suas políticas, assim, como nas características do que o Estado deve assumir para adequar-se a este modelo de gestão. Finalmente, a terceira é a valorização dos aspectos qualitativos do processo democrático, incorporando à questão dos procedimentos uma nova ênfase centrada na qualidade com a qual estes vêm sendo executados (GUGLIANO, 2004b, p.275).

O que está sendo proposto a partir da idéia de democracia participativa não é a substituição da representação pela participação, mas a complementação de uma com a outra “[...] a representação não necessariamente enfraquece a participação inclusiva. Ao contrário, nas grandes sociedades de massa a representação e a participação se requerem uma à outra para que haja uma política plenamente democrática.” (YOUNG, 2006, p.143).

A partir deste ponto de vista, o que se pretende é uma transformação da perspectiva democrática que ultrapasse o campo das relações políticas tradicionais, ligadas somente às questões eleitorais, na direção de uma concepção de democracia que abarque as diversas manifestações da vida em sociedade. Entretanto, esse não é um processo de fácil assimilação, pois interfere em diversos elementos característicos da vida social: “relações patriarcais, religiosas, culturais, em resumo, formas de dominação que vão além da esfera política e sobre as quais nem todos os cidadãos têm o desejo de interferir” (GUGLIANO, 2004b, p. 281).

Nesta mesma direção parece apontar a perspectiva de Santos e Avritzer (2005), para quem a democracia participativa confronta formas de poder ligadas, entre outras, à dominação patriarcal. Este também é o mote central da hipótese de Marion Gret para quem, “[...] as práticas de participação podem modificar, em certas condições, as relações de gênero e levar ao conhecimento de conflitualidades ignoradas, ou esquecidas e a um reconhecimento de relações de forças que estruturam uma dada sociedade” (GRET, 2004, p.61).³³

A problemática da participação das mulheres em experiências de democracias participativas tem sido um dos temas destacados pelas análises que discutem novas formas de organização do Estado. Ele se apresenta como um questionamento que busca compreender se houve avanços qualitativos em processos como, por exemplo, as experiências de Orçamento Participativo.

Como exemplos de análises desenvolvidas com esse propósito fazem-se menção aos estudos realizados sobre questões relacionadas à problemática de gênero no Orçamento Participativo na cidade de Maringá (Paraná) por Márcia Regina Ferreira e João Luiz Passador (2004); a respeito da experiência na capital gaúcha efetivados pela ONG Cidade (2003a, 2003b), Marion Gret (2004), e Maria Bonino e Silvana Bruera (2005), entre outros. Além disso, também destaca-se o trabalho de Uriella Coelho Ribeiro (2007) na cidade de Salvador (Bahia).

De modo geral, pode-se considerar que as experiências de Orçamento Participativo desenvolvidas nestas cidades apresentam uma característica em comum no que se refere às relações de gênero: trata-se do baixo percentual de mulheres integrantes nos órgãos de maior deliberação e visibilidade que compõem a

³³ « [...] les pratiques de participation peuvent modifier, dans certaines conditions, les relations de genre et ouvrir la voie à une connaissance de conflitualités ignorées, ou oubliées, et à une reconnaissance de rapports de force qui structurent une société donnée. » (GRET, 2004, p.61).

proposta de Orçamento Participativo e serão mais bem apresentadas no capítulo seguinte.

Considerando que um dos exemplos mais destacados de democracia participativa tem sido a experiência de Orçamento Participativo que se desenvolve na cidade de Porto Alegre é a partir desta proposta que se busca visualizar até que ponto este modelo de organização do Estado contribui para uma maior inclusão das mulheres nas tomadas de decisão, verificando a presença das mulheres nas instâncias de discussão e deliberação do Orçamento Participativo, mas também de que forma ocorre a participação das mesmas neste processo em termos numéricos e de áreas de atuação, como se verá a seguir.

CAPÍTULO 4

AS MULHERES E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM PORTO ALEGRE (2005)

Para compreender a participação das mulheres no Orçamento Participativo em Porto Alegre é importante resgatar alguns dados sobre as mulheres na cidade, sobretudo relacionados à participação política das mesmas. A partir disto, será possível ter-se elementos para compreender com maior profundidade o envolvimento do referido segmento na experiência participativa da capital gaúcha.

4.1 Dados populacionais e eleitorais

Os dados obtidos junto à Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS) apontam que, em 2005, de um total de 1.405.811 habitantes as mulheres representavam 53,22% da população total de Porto Alegre. Além de serem maioria da população, as mulheres também são mais numerosas em percentual do eleitorado. A partir do fig.7, se pode observar que a participação feminina no número total de eleitores de Porto Alegre no ano de 2000 chegava a 54% mantendo este percentual nas eleições de 2004.

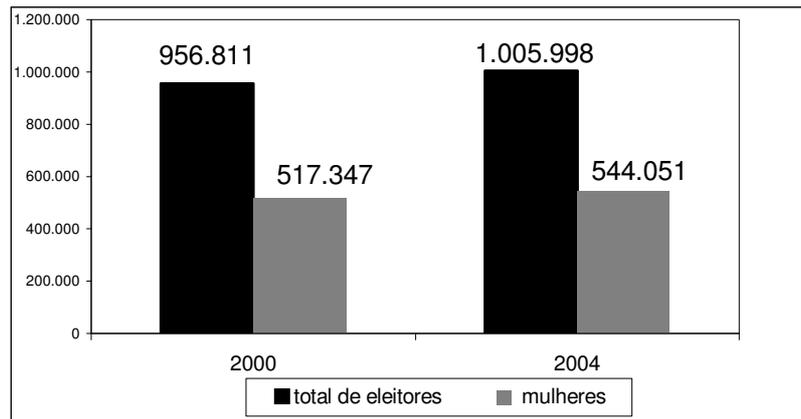


Figura 7 - Participação feminina no total de eleitores da cidade de Porto Alegre (2000 e 2004).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no site: www.fee.rs.gov.br.

Contudo, se as mulheres são a maioria da população e também a maioria do número de eleitores, o mesmo não se pode dizer, seguindo tendência nacional e regional, em relação à presença no Legislativo Municipal de Porto Alegre:

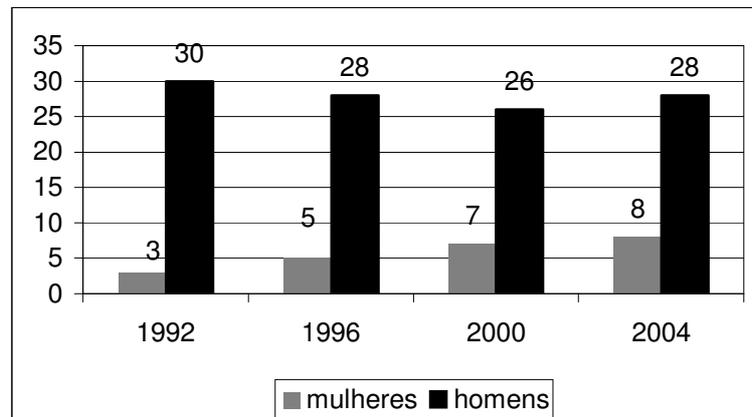


Figura 8 – Distribuição dos vereadores porto-alegrenses segundo sexo (1992-2004).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no site: www.tre-rs.gov.br.

Observa-se que as mulheres numa perspectiva de *política de presença*, assim como teorizado por Phillips (2001), desde 1992 têm estado bem menos representadas na Câmara Municipal de Porto Alegre do que os homens. De 1992 a 2004 houve o acréscimo de apenas cinco vereadoras. Além disso, caberia mencionar que, em 2004, houve um acréscimo de 3 (três) cadeiras legislativas, o que diminui a diferença percentual de representação feminina em relação às eleições anteriores.

A adoção da política de cotas em candidaturas proporcionais, a partir da segunda metade da década de 90, parece ter surtido um resultado ainda abaixo do esperado no que se refere ao pleito eleitoral para o Legislativo porto-alegrense, no sentido de representar um elemento diferenciador e promotor de maior inclusão política das mulheres. Embora isso tenha ocorrido, em números absolutos não há uma mudança significativa na presença das mulheres nesta instância de representação.

No entanto, em termos percentuais, ocorre uma elevação da presença das mulheres no Legislativo municipal expressiva quando comparado aos resultados em percentuais de mulheres eleitas no mesmo período para o conjunto dos estados da Região Sul do Brasil e também em relação aos dados nacionais.

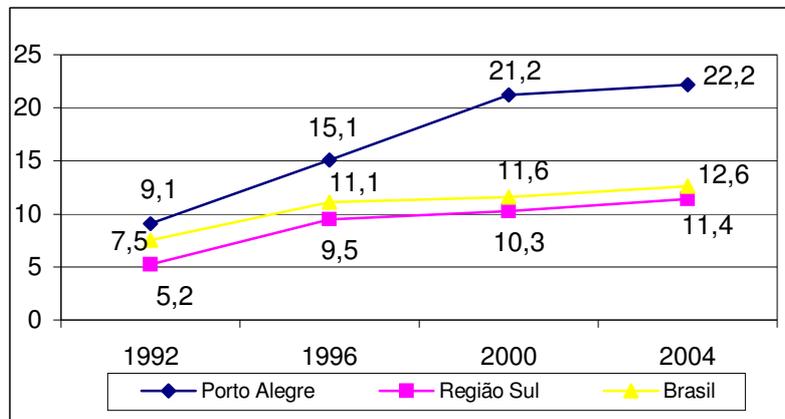


Figura 9: Percentual de mulheres no Legislativo municipal em Porto Alegre, Região Sul e Brasil (1992-2004).

Fonte: elaboração própria a partir de dados obtidos em: www.tre-rs.gov.br e MIGUEL, QUEIROZ (2006).

A partir destes dados é possível visualizar dois aspectos principais. Primeiramente, que a cada eleição o percentual de mulheres que compõe os legislativos municipais tem apresentado aumento considerável tanto em relação a Porto Alegre, quanto à Região Sul e também no âmbito nacional. Num segundo momento, outro dado que chama a atenção diz respeito aos percentuais relativos à cidade de Porto Alegre. Nota-se que a presença de vereadoras é mais elevada, em todos os anos observados, do que a média da Região Sul e do somatório de todas as Câmaras Municipais dos mais de cinco mil municípios brasileiros, chegando a 22,2% em 2004 enquanto na Região Sul esse percentual declina para 11,4%, índice ainda menor do que a média nacional que ficou em torno de 12,6% de vereadoras no total de legisladores eleitos.

É interessante observar também quais foram os partidos que elegeram vereadoras ao longo do período analisado. A tabela abaixo é indicativa deste dado:

Partidos	Ano				Total
	1992	1996	2000	2004	
PT	1	1	5	4	11
PTB	-	2	1	1	4
PMDB	1	1	1	-	3
PC do B	1	-	-	1	2
PSDB	-	1	-	-	1
PPS	-	-	-	1	1
PFL	-	-	-	1	1
Total	3	5	7	8	23

Figura 10 - Número de vereadoras eleitas em Porto Alegre de acordo com os partidos políticos (1992 - 2004).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em: www.tre-rs.gov.br.

A partir da tab.10 possível apurar que o Partido dos Trabalhadores elegeu o maior número de vereadoras e, além disso, foi o único partido que manteve representação feminina na Câmara de Vereadores de Porto Alegre durante todo o período (1992 - 2004). Em termos percentuais, o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu 49% do total de vereadoras eleitas, enquanto o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) elegeu 17%, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) 13%, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) 9% e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), assim como o Partido Popular Socialista (PPS) e o Partido da Frente Liberal (PFL) 4% cada um na soma de vereadoras eleitas.

Em relação ao Executivo municipal, as mulheres sempre se fizeram presentes nas candidaturas, conforme figura a seguir:

Ano	Candidatos		Total
	Mulheres	Homens	
1992	1	9	10
1996	3	9	12
2000	1	10	11
2004	1	8	9
Total	6	36	42

Figura 11 – Candidatos ao Executivo porto-alegrense por sexo (1992-2004).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em: www.tre-rs.gov.br

Segundo a Fig.11 pode-se notar que as mulheres participaram em todos os anos enquanto candidatas ao Executivo municipal em Porto Alegre; entretanto, nenhuma delas nas quatro eleições obteve votos suficientes para chegar ao comando da Prefeitura Municipal. Em termos percentuais apenas 14% de um total de 42 candidatos ao Poder Executivo foram mulheres.

Em relação à filiação partidária das candidatas, é possível observar que os partidos que apresentaram mulheres como candidatas ao executivo municipal foram o PSDB (em 1992, 1996, e 2000); PSB e PPB (apenas em 1996) e PSTU (única candidatura feminina em 2004).

Neste cenário político marcado pela presença ainda incipiente das mulheres nos postos de direção do município é que vem se desenvolvendo a proposta de Orçamento Participativo na capital gaúcha.

4.2 O Orçamento Participativo em Porto Alegre

Em meados dos anos 80, quando se intensifica o processo de democratização das instituições políticas é também o momento em que passa a haver maior discussão e disputa pelo significado da participação (SANTOS, AVRITZER, 2005).

O Orçamento Participativo nasce, assim, em meio ao movimento de renovação conceitual das Ciências Sociais, quando o conflito entre Estado e sociedade civil passa a ser central na explicação das lutas sociais, conforme aponta Sonia Laranjeira (1999). Nesse momento privilegia-se o pólo sociedade civil, a fim de acentuar especialmente seu potencial democratizador. Surge, também, uma nova

tendência epistemológica, a qual prioriza uma abordagem analítica em que a transformação social seria resultado de mudanças permanentes no âmbito local/individual. Concomitante a isso, emerge uma nova concepção de democracia que tem como proposta principal a extensão do conceito de cidadania, na qual a participação é elemento constituinte (LARANJEIRA, 1999).

Após os anos do regime militar brasileiro, a Constituição Brasileira de 1988 abriu espaço para a participação das cidadãs e cidadãos nos processos decisórios, sobretudo a partir do artigo 14 da Constituição Federal, o qual garantiu a participação popular no que se refere aos processos legislativos, a partir dos mecanismos de plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Além disso, em seu artigo 29, permite a participação cidadã especialmente das associações representativas nos projetos de organização da cidade e planejamento municipal. Também neste artigo, a Constituição Federal prevê a possibilidade de iniciativa popular com a definição de projetos de lei de interesse específico da cidade ou de regiões do município, desde que haja interesse manifestado de, no mínimo, cinco por cento do eleitorado.

Outros pontos da Constituição dispõem sobre a participação das associações civis na implementação de políticas nas áreas da saúde e assistência social (SANTOS, AVRITZER, 2005).

No limite, o que a nova Constituição formalizou foram manifestações e reivindicações que podiam ser ouvidas a partir da sociedade civil que estava mobilizada em prol do fim da ditadura militar e ansiosa por maior participação no campo de formulação e implementação de políticas públicas, bem como nos processos decisórios. Como exemplo, pode-se destacar o ocorrido na Assembléia Nacional Constituinte, já mencionado no primeiro capítulo, momento em que o movimento feminista e outras organizações do movimento de mulheres conduziram uma campanha nacional e elaboraram a *Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte* a partir da qual, num movimento supra-partidário, as congressistas conseguiram que fosse incluído na nova carta constitucional boa parte de suas reivindicações.

O envolvimento popular com o campo político não se restringe ao movimento feminista, visto que outros atores sociais oriundos dos movimentos comunitários, sobretudo de associações de moradores, passaram a disputar espaços de participação política. Em Porto Alegre, embora sabendo-se da tradição associativa

da cidade e do potencial de pressão das associações comunitárias, a abertura de canais de participação ocorre fundamentalmente a partir de iniciativas da sociedade política, mais especificamente a partir da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), quando assume a Prefeitura Municipal em 1989, dando início a um programa denominado Orçamento Participativo (SANTOS, AVRITZER, 2005).

No entanto, essa não é uma explicação consensual a respeito das origens do OP em Porto Alegre, mas talvez seja uma abordagem sintética que busque garantir a cada segmento envolvido sua parcela de contribuição. A hipótese defendida por Sérgio Baierle se refere à mobilização da sociedade civil a partir dos movimentos sociais urbanos; especialmente após a criação da União de Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA) em 1983, quando começa a ocorrer um processo crescente de mobilização dos movimentos populares em direção ao problema da administração da cidade.

Outra linha similar de explicação é defendida por Luciano Fedozzi, para quem, segundo Gugliano (2004a, p.62) o Orçamento Participativo seria o resultado da articulação de dois fatores: a organização dos movimentos sociais e a iniciativa da administração pública petista para democratizar o poder local. Para Gugliano, além do exposto, é preciso considerar nesse processo o próprio Partido dos Trabalhadores como um estimulador da abertura da gestão municipal tendo em vista que desde o início dos anos 80, “vinha enfatizando publicamente a democratização do orçamento público como um elemento central para repensar a administração municipal” (GUGLIANO, 2004a, p.62).

Assim, para este autor, o fator determinante para a implantação do OP em Porto Alegre foi a iniciativa dos dirigentes municipais eleitos em 1988:

Sob este prisma considero que o orçamento participativo de Porto Alegre foi gerado, num primeiro momento, no interior daquele que seria o núcleo melhor estruturado da equipe de governo municipal, as equipes dos gabinetes do prefeito, Olívio Dutra, e do vice-prefeito, Tarso Genro que, após a vitória eleitoral, se viu frente ao dilema de repensar um modelo de gestão para a cidade que ao mesmo tempo em que fortalecesse os movimentos sociais organizados – que, afinal de contas, eram a base de legitimação do partido político no governo -, também garantisse a governabilidade da máquina da administração municipal (GUGLIANO, 2004a, p.62).

De qualquer modo, é preciso salientar que, independentemente de suas origens, o Orçamento Participativo

[...] pretendia “revolucionar” o governo municipal, estimulando a participação política direta das camadas populares. O objetivo era o de ampliar o exercício da democracia, superando os limites da democracia representativa, não só através da incorporação de segmentos sociais tradicionalmente excluídos da participação política, mas também, mudando a natureza daquela participação, ao integrar os setores populares ao processo de tomada de decisão, relativamente às questões do planejamento municipal (LARANJEIRA, 1999, p.78).

Essa experiência se apresentou como uma forma combinada de elementos da democracia participativa e da democracia representativa, ao passo em que buscava “articular o mandato representativo com formas efetivas de deliberação em nível local”, como salientam Santos e Avritzer (2005, p.65). Além disso, segundo os autores é preciso sublinhar mais duas características desse processo, quais sejam: (1) a participação aberta a todos os cidadãos e (2) a alocação dos recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos. Cabe salientar que esta proposta tem como fundamento um amplo processo de debate público, tanto no que diz respeito às regras de participação e de deliberação quanto de distribuição dos recursos para investimentos.

Nesse sentido, Gugliano (2006) apresenta algumas especificidades do Orçamento Participativo de Porto Alegre quando comparado a outras experiências de democracia participativa na América Latina³⁴. De um modo geral, o OP 1) está mais voltado para a discussão de temas amplos, entre eles, a renovação do socialismo ou a fundação de uma democracia socialista; 2) é um modelo que prioriza a democratização orçamentária; 3) o processo de participação tem um caráter assembleísta, ou seja, há ciclos de debate, descentralizando as discussões e centralizando a execução de políticas.

Na mesma direção se apresenta a observação de Santos e Avritzer (2005), os quais afirmam que o OP em Porto Alegre descentraliza o processo deliberativo,

³⁴ No caso, faz-se referência à experiência participativa de Montevideu, em que de acordo com Gugliano, em estudo comparativo centrado nas diferenças entre o OP e os Centros Comunitários Zonais (CCZ). No caso uruguaio tem-se investido no debate a respeito de uma reforma do Estado ou a fundação de um projeto de descentralização participativa dos serviços, não do orçamento. Assim, os CCZ se tornam subprefeituras, sendo responsáveis pelas obras públicas e sociais, ou seja, descentraliza-se os serviços, porém centralizam-se as decisões na Prefeitura. A diferença substancial que é apontada entre os dois modelos gira fundamentalmente em torno do grau de autonomia da sociedade civil em relação ao Estado e a centralidade ou não que o Estado possui na esfera social, de forma que, para Gugliano, o OP proporciona maior autonomia na participação do que no caso uruguaio que tem a participação popular restrita à escolha de representantes nos Conselhos de Vizinhos (GUGLIANO, 2006).

mas mantém centralizada na Prefeitura a implementação administrativa das decisões.

Diante disso, o Orçamento Participativo vem sendo entendido como uma forma de democratização da gestão pública à medida que possibilita a participação nos espaços decisórios de segmentos historicamente excluídos dos processos políticos tradicionais, democratizando, portanto, as relações de poder. Além disso, apresenta-se como uma possibilidade de deliberar especificamente sobre a aplicação do orçamento público, este que é um dos principais requisitos para a democratização das estruturas do Estado, na medida em que abre perspectivas de discussão sobre o que e onde devem ser investidos os recursos públicos (GUGLIANO, 2006).

Em função dessas peculiaridades do Orçamento Participativo em Porto Alegre, esta iniciativa se tornou um dos modelos de democratização do poder local mais exitosos não apenas no contexto nacional, mas também internacional.

Neste particular cabe citar os reconhecimentos e prêmios que a experiência do Orçamento Participativo obteve, entre eles: em 1996, uma das 40 melhores práticas de gestão pública no mundo, prêmio obtido na Conferência Habitat II (Istambul, Turquia) e novamente recebido em 2000. Em 2002, a partir de pesquisa da ONU, o Orçamento Participativo é eleito um dos métodos mais inovadores para a garantia da transparência administrativa. No mesmo ano, devido ao OP, Porto Alegre é escolhida para coordenar a Rede 9, programa que incentiva a cooperação entre cidades e regiões da América Latina e União Européia. Em 2003, o Orçamento Participativo é escolhido pelo relatório anual sobre desenvolvimento humano, divulgado pela ONU, como um modelo de gestão pública e, também neste ano, recebe o prêmio Gestão Pública e Cidadania, concedido pela Fundação Getúlio Vargas.

Para além do exposto, o Orçamento Participativo pode ser melhor compreendido a partir do entendimento de sua estrutura e funcionamento. A fim de operacionalizá-lo, o município foi subdividido em 16 regiões – hoje transformadas em 17 - a partir de critérios sociais, geográficos e de organização comunitária, conforme ilustra a figura a seguir:

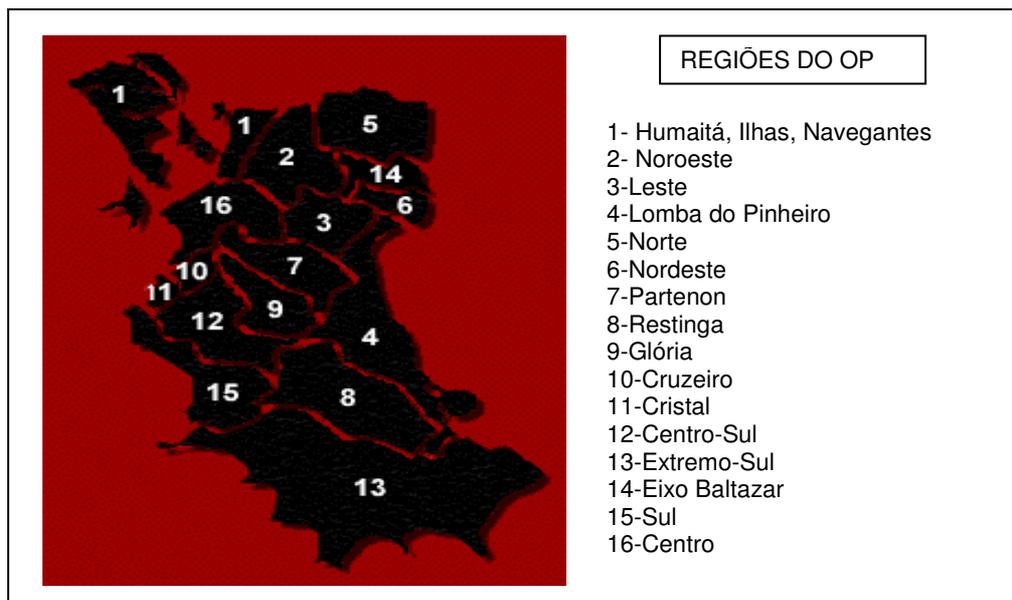


Figura 12 - Mapa das regiões do Orçamento Participativo em Porto Alegre

Fonte: Elaboração do Grupo de Pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública.

Além desta divisão territorial da cidade, o processo participativo de Porto Alegre, desde 1994, realiza discussões de acordo com áreas temáticas. Após algumas mudanças e subdivisões, em 2005 seis foram os temas debatidos:

- Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OCDUA;
- Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo – DET;
- Circulação e Transporte – CT;
- Saúde e Assistência Social – SAS;
- Cultura;
- Educação, Esporte e Lazer – EEL.

A partir de 2002, o Orçamento Participativo passou a realizar uma rodada de assembléias populares nas regiões e uma rodada nas áreas temáticas, a fim de elaborar a proposta de orçamento seguindo um calendário mensal, assim definido:

MÊS	ETAPA DO OP
Março – Abril	Reuniões preparatórias de articulação e preparação nas regiões e temáticas, que consistem em: prestação de contas; apresentação do plano de investimentos; apresentação do Regimento Interno e dos critérios gerais e técnicos; discussão para chapa de conselheiros (as); sugestão de prioridades e demandas pela Internet.
Abril/Maio (Segunda quinzena)	Assembléias regionais e temáticas, com eleição das prioridades temáticas; eleição dos conselheiros (as); definição do número de delegados (as) e prestação de contas.
Maio/Junho/Julho	Eleição dos delegados (as); hierarquização das obras e serviços; deliberação das demandas da Internet (Fórum de Delegados).
Julho (Primeira quinzena)	Assembléia Municipal com posse dos novos conselheiros (as), bem como, entrega da hierarquização das obras e serviços e discussão de tema de caráter geral.
Julho/Agosto/Setembro	Análise financeira e técnica das demandas e montagem da matriz.
Agosto/Setembro	Discussão e votação da matriz orçamentária e do início da distribuição de recursos para as regiões e temáticas no COP.
Outubro/Dezembro	Detalhamento do Plano de Investimentos e Serviços (PIS). Finalização da distribuição de recursos para as regiões e temáticas. Apresentação e votação da proposta de PIS nos fóruns de delegados regionais e temáticos.
Novembro/Dezembro	Discussão nos fóruns regionais e temáticos das alterações do Regimento Interno, critérios gerais, técnicos e regionais de elaboração da proposta orçamentária.
Dezembro/Janeiro	Discussão e votação do Regimento Interno, Critérios Gerais, Técnicos e Regionais.
Fevereiro	Recesso.

Figura 13 – Etapas do Orçamento Participativo de Porto Alegre.

Fonte: Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=16>. Acesso em: 15 agost. de 2007.

O Orçamento Participativo, apresentando um caráter essencialmente assembleísta, passa, como já foi aludido, por essa série de discussões antes da

proposta orçamentária elaborada nos fóruns regionais e temáticos ser encaminhada ao Poder Legislativo para apreciação e votação. Após este processo cabe à Prefeitura Municipal a implantação administrativa das decisões.

Os fóruns de discussão se realizam em assembleias populares nas quais, além da deliberação sobre a proposta de orçamento, são escolhidos os delegados dos fóruns regionais e temáticos, bem como os representantes para o Conselho do Orçamento Participativo, que é a principal instância de discussão e fiscalização das deliberações aprovadas nas assembleias. Cabe ao Conselho do Orçamento Participativo a elaboração de critérios de distribuição de investimentos entre as regiões e o controle da implementação do orçamento (MENEGAT, ALMEIDA, 2004).

Fazem parte do Conselho do Orçamento Participativo:

- Dois titulares e dois suplentes de cada região;
- Dois titulares e dois suplentes de cada temática;
- Um titular e um suplente do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA);
- Um titular e um suplente da União de Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA);
- Dois representantes do governo: um da Coordenação das Relações com a Comunidade (CRC) e outro do Gabinete de Planejamento (Gaplan), ambos sem direito a voto.

Os integrantes do Conselho do OP têm mandato de um ano com possibilidade de uma reeleição consecutiva.

A partir do entendimento da estrutura e funcionamento do Orçamento Participativo que, sem dúvida representa um processo de participação bastante complexo, é possível compreender a participação nas assembleias populares ao longo do período 1989-2005.

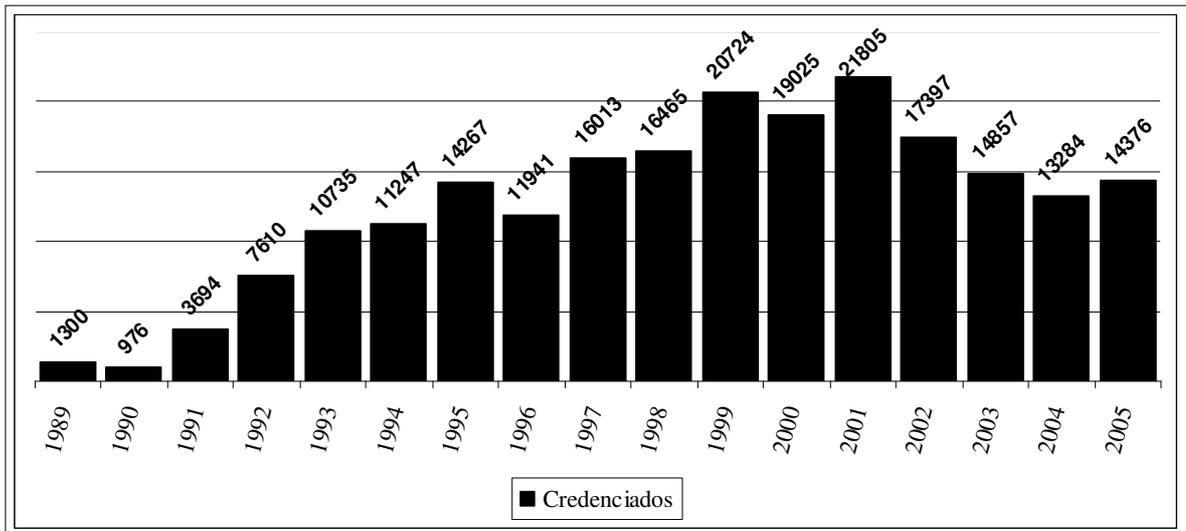


Figura 14 – Participação popular nas assembléias temáticas e regionais do OP em Porto Alegre (1989-2005).

Fonte: Elaboração Grupo de Pesquisa Processos Participativo na Gestão Pública.

Como se observa, a participação nas assembléias (regionais e temáticas) do OP em Porto Alegre, apresenta na fig. 14 uma curva crescente com o pico em 2001 e após, um certo declínio, porém, mantendo-se, nos últimos três anos, em torno dos 14 mil participantes credenciados. No sentido de aprimorar a compreensão dessa participação, vários estudos vêm sendo realizados, não apenas com relação à participação nas assembléias, mas também sobre o Conselho do Orçamento Participativo. A seguir, em razão da problemática deste trabalho, destacam-se algumas destas análises que apresentam um recorte de gênero.

4.3. A participação das mulheres em experiências de Orçamento Participativo

Nos últimos anos, vários estudos têm se debruçado sobre análises interpretativas das experiências de descentralização do poder local, conhecidas como Orçamento Participativo, sendo que algumas análises têm levado em consideração o fator gênero de forma tangencial, outras vezes, como o foco principal da abordagem.

Uma das tentativas de compreender como são tratadas as questões relativas às relações de gênero e a participação das mulheres no Orçamento Participativo é o trabalho de María Bonino e Silvana Bruera (2005), o qual buscou comparar essa

temática nas experiências que vêm sendo realizadas nas cidades de Porto Alegre, Recife e Montevideu. De acordo com esse trabalho, a questão de gênero é compreendida e assimilada de forma diferente nas três capitais. Em Porto Alegre, o caso mais problemático, conforme aponta este estudo, há um padrão na participação das mulheres que se traduz no seu maior número em instâncias de menor hierarquia.

Mais do que isto, esse trabalho apontou para o fato de que não há, em Porto Alegre, um programa específico para as mulheres ou com o enfoque de gênero. Esta é uma preocupação da Secretaria dos Direitos Humanos e Seguridade Urbana, criada em 2001, na qual se encontra um Núcleo de Políticas Públicas para as Mulheres juntamente com a questão da população negra, indígena, juventude e portadores de necessidades especiais. Em relação às mulheres, as prioridades são o combate à violência e a geração de empregos, além da capacitação de funcionários para o tema de gênero. Também cabe à secretaria propor a transversalização da perspectiva de gênero nas temáticas, como por exemplo, saúde, educação e geração de empregos (BONINO, BRUERA, 2005).

Em relação a Recife, as autoras sublinham que o Orçamento Participativo iniciou em 2001 e se desenvolve, assim como em Porto Alegre, a partir de plenárias regionais e temáticas onde os cidadãos decidem as prioridades de seus bairros. Afora o processo de discussão realizado com a população à semelhança do que ocorre em Porto Alegre, é significativo destacar que existem sete áreas temáticas de discussão: Desenvolvimento Econômico, Assistência Social, Cultura, Mulher, Educação, Juventude e Negros e Negras.

Destacam-se aqui as temáticas ligadas especificamente às *minorias*, entre elas, a juventude, a questão do negro e, sobretudo, um temática destinada à questão da mulher³⁵, originada a partir da criação da Coordenadoria da Mulher. Essa temática tem por finalidade elaborar políticas de gênero, empoderar e fortalecer as organizações de mulheres, bem como incentivar a participação e a expressão de todos os grupos de mulheres, segundo apontam Bonino e Bruera (2005).

³⁵ É interessante observar que o OP de Recife tem a particularidade de dar voz àquelas pessoas por muito desconsideradas do conjunto dos cidadãos, haja vista o destaque dado à problemática das *minorias*. Parece importante sublinhar que a partir de 2003 é realizado o "OP Criança", do qual podem participar crianças de 6 a 14 anos, numa tentativa de fazer com que "aprendem a ejercer su ciudadanía" (BONINO, BRUERA, 2005, p.18).

Além desses mecanismos, as políticas públicas sobre gênero na cidade de Recife são elaboradas com base na Conferência Municipal da Mulher e no Conselho Municipal Mulher, institucionalização decorrente, segundo as autoras, de dois fatos: por um lado a vontade do governo em promover políticas desta natureza, por outro, a ocupação dos espaços por parte das mulheres e dos movimentos de mulheres.

Em Montevideú, o processo de descentralização iniciou nos anos 90 com a criação de 18 unidades político-administrativas, cada uma contando com uma Junta Local (órgão político), um Conselho de Vizinhos (órgão deliberante, assessor e controlador) e um Centro Comunal Zonal (descentraliza o serviço municipal). Em relação à questão de gênero, criou-se um órgão onde as mulheres podem comunicar-se com o governo, as Comissões Zonais de Mulheres, as quais têm origem na Oficina na Mulher, organismo municipal responsável pelas políticas de gênero e que abarca também o Programa Comuna Mulher desde 1996 (BONINO, BRUERA, 2005).

A partir disso, as autoras concluem que há em Montevideú e Recife evidente sensibilização e capacitação das mulheres para a elaboração de propostas que levem em conta a questão de gênero. No entanto, outro dado apresentado refere-se à presença das mulheres nas assembléias e conselhos dos OPs que demonstram a queda do percentual de mulheres nas instâncias de maior hierarquia. Em Porto Alegre, dados referentes às assembléias regionais de 1998 apontam que 51,4% dos participantes foram mulheres e 48,4% homens. Entre os delegados, os percentuais foram 43,5% e 54,7% e entre os conselheiros, 48,5% e 51,3% respectivamente.

Os dados referentes à cidade de Recife mostram que em 2001, nas plenárias regionais 43% dos participantes foram homens e 57% mulheres. Nas plenárias intermediárias, os percentuais se inverteram: 57% foram homens e 43% mulheres. E nos fóruns regionais, 64% homens e 36% mulheres. Em relação a Montevideú, as autoras apresentam os seguintes dados para a participação no Conselho de Vizinhos: em 1995, 56 % homens e 44 % mulheres; em 1998, 57,8 % e 42,2 %; em 2001, 57,3 % e 42,7 % e em 2004, 59,5 % e 40,5% respectivamente.

Frente a estes dados e a partir das entrevistas realizadas, Bonino e Bruera (2005) assinalam que as limitações para a participação das mulheres nos postos de maior hierarquia estão associadas a dois tipos de fatores. Por um lado, uma questão interna que diz respeito à subjetividade: desenvolvimento de capacidades, auto-percepção e idéia dos *lugares* femininos que são introjetados pelas próprias

mulheres. Por outro, uma barreira de ordem externa e que se refere à organização do OP: procedimentos, horários e linguagem caracterizada como *masculina*, entre outros.

Essas informações levam as autoras a concluir que, embora as propostas de OP tenham por objetivo a inclusão e a democratização, ainda são incipientes as demandas de gênero e sua equidade; assim, os avanços seriam mínimos. Esta afirmação é explicada pela alta participação das mulheres nas instâncias de base e sua diminuição na escala hierárquica mais alta. Outro fator mencionado é o fato de que as demandas de gênero somente estão tematizadas no OP de Recife. Em Porto Alegre e em Montevideu elas estão sendo implementadas e discutidas em canais paralelos ao OP. Desta maneira, para Bonino e Bruera (2005, p.12), “[...] desde os interesses de gênero, nem todas as propostas de participação habilitam para o exercício pleno da cidadania, nem proporcionam a autonomia das mulheres”.³⁶

Além deste estudo, outros trabalhos têm sido apresentados no sentido de buscar compreender o processo de democratização da gestão pública a partir do OP levando em consideração a questão de gênero. O estudo de Denise Vitale (2004) a respeito dos dois primeiros anos do Orçamento Participativo desenvolvidos na gestão de Marta Suplicy (2001-2004) à frente da Prefeitura de São Paulo apontam que as mulheres são a maioria dos participantes em 2001, quando somaram 56% e em 2002, 67% do total de participantes das assembleias do Orçamento Participativo.

No entanto, o mais significativo do estudo de Vitale (2004) é que ela observa a introdução, a partir do OP de 2003, da representação no Conselho de delegados de segmentos sociais que tradicionalmente foram excluídos da possibilidade de representação e também, de certa forma, foram discriminados socialmente. Assim, nove foram os grupos identificados e que passaram a eleger seus representantes:

[...] mulheres, negros, idosos, jovens, crianças e adolescentes e GLBTs (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) tiveram direito de eleger um delegado para cada cinco pessoas presentes, enquanto os moradores de rua, portadores de deficiência e membros de comunidades indígenas puderam eleger um delegado para cada participante (VITALE, op. Cit., p.25).

Outro estudo que pode ser levado em consideração a respeito da análise de experiências participativas no Brasil e que, em certa medida, contempla a

³⁶ “[...] desde los intereses de género, no todas las propuestas de participación habilitan el ejercicio pleno de la ciudadanía, ni propician la autonomía de las mujeres” (BONINO; BRUERA, 2005, p.12).

problemática de gênero é a abordagem desenvolvida por Ferreira e Passador (2004) na cidade de Maringá (Paraná) na gestão 2001/2002. A proposta desenvolvida por estes autores visa apresentar o perfil dos conselheiros e suas atividades na comunidade, verificando se a participação nas decisões do Orçamento Participativo contribui para a ampliação do capital social.

O município foi dividido em seis regiões e cada uma em microrregiões de acordo com carência, realidade geográfica, sócioeconômica e cultural. Os bairros levantaram e priorizaram as necessidades e elegeram os delegados, os quais elegeram os conselheiros para o acompanhamento e fiscalização das obras. Na realidade, o processo participativo nesta cidade tem vários momentos: Assembléias Gerais, Assembléias Intermediárias Autônomas tanto nas regiões quanto nas microrregionais, Fórum de Delegados e o Conselho do Orçamento Participativo.

Segundo os autores, a pesquisa revelou o seguinte perfil dos conselheiros do Orçamento Participativo no ano de 2001/2002: em relação ao sexo, o conselho é preponderantemente masculino (82,35%); a idade oscila de 31 a 50 anos; possuem curso superior; renda mensal de até 15 salários mínimos; são casados, católicos e de cor branca; exercem atividade remunerada, majoritariamente com carteira assinada e têm alguma ligação com movimentos sociais ou são filiados a partidos políticos (64,71%) e membros de associação de bairro ou órgão comunitário (82,35%), além de que apresentam forte ligação com a igreja (76%). Esses dados fazem Ferreira e Passador (2004) concluírem que os conselheiros têm um perfil diferenciado daquele da maioria da população, possuindo um capital social, desde a perspectiva de Robert Putnam, que contribui para o aprofundamento da democracia na cidade de Maringá.

Do mesmo modo merece destaque no que se refere à participação das mulheres no Orçamento Participativo da cidade de Belo Horizonte (BH - Minas Gerais) o trabalho desenvolvido por Uriella Ribeiro (2007), buscando a partir da análise das reuniões do biênio 2007-2008, verificar se na referida cidade ocorria a mesma inversão de percentuais entre mulheres e homens nas instâncias de maior hierarquia do OP, assim como verificado em outras experiências como, por exemplo, Porto Alegre. Segundo a autora, se as mulheres são a maioria dos participantes nas assembléias de base, desde 1999 elas não ocupam mais que 40% das posições de liderança. Entre os delegados de 2003-2004, 52,40% foram homens, percentual que se eleva no OP 2007-2008, onde 56% do delegados foram homens.

Com o foco na forma como as mulheres participam do OP de BH, Ribeiro (2007) aponta para o fato de que esse processo se faz na presença das mulheres, as quais têm voz ativa em todas as etapas de elaboração da proposta, sendo que muitas são líderes comunitárias ou participam de algum grupo organizado e que juntamente com os homens são as promotoras dessa experiência.

Entretanto, ao abordar o caráter subjetivo dessa participação, a autora afirma que a participação das mulheres, conforme as entrevistas realizadas com gerentes regionais e funcionários da participação popular, está associada à idéia de cuidado, bondade, paciência, maternidade, administração do lar e da família. Tais atributos foram considerados como qualidades positivas da participação das mulheres no OP. No entanto, segundo a autora,

Se a subjetividade que paira o OP-BH é uma potencialidade para a participação feminina neste espaço, ela é, ou pode se tornar, ao mesmo tempo, um fator limitador para a participação feminina caso a instância em questão não mais seja sinônimo do doméstico, do lar, do familiar, comunitário etc (RIBEIRO, 2007, p.13).

Assim, mesmo reforçando a importância e os avanços em termos de exercício da cidadania por parte das mulheres, a autora vê com bastante cuidado a questão da subjetividade, ou seja, da representação do que é ser feminino e masculino no espaço do Orçamento Participativo, apontando para a percepção de uma participação das mulheres voltada para a esfera do cuidado, o que limitaria algum avanço no sentido de ultrapassar as tradicionais relações de gênero, ainda mais quando a participação feminina está condicionada a fatores como dinheiro e tempo.

Estudos realizados pela ONG Cidade (2003) também fazem referência à participação das mulheres no Orçamento Participativo particularmente na cidade de Porto Alegre. Intitulada *Fazendo Política: Perfil das Conselheiras e Conselheiros do Orçamento Participativo (2002/2003)*, esta pesquisa buscou traçar o perfil sócio-econômico e político-cultural das conselheiras e conselheiros do Conselho do Orçamento Participativo de 2002-2003. Segundo os dados apresentados, 32,6% dos integrantes do Conselho foram mulheres enquanto que 67,4% homens.

Em relação à etnia, a maioria dos integrantes, mais de 60% dos homens e 50% das mulheres, eram brancos. No que diz respeito à faixa etária, boa parte dos membros do Conselho do Orçamento Participativo do período tinham acima de 50

anos, entre as mulheres esse percentual chegou a 53,3% e entre os homens 35,5%. Outro dado levantado pela pesquisa diz respeito ao estado civil dos integrantes do Conselho, onde se observa que a maioria das mulheres, na ordem de 33,3% se encontravam na categoria “solteira”, o mesmo percentual que se encontra na categoria “separado ou divorciado”. Já entre os homens, 59,1% eram “casados”.

Em relação à escolaridade dos integrantes do Conselho do OP os dados revelam que os homens são mais numerosos ao nível do ensino médio (42%) do que as mulheres (40%), enquanto que estas são mais numerosas do que os homens no ensino superior, apresentando percentual de 40% contra 35,5% de homens. Na relação gênero/renda familiar se vê que 36,5% das mulheres recebem entre R\$ 400,00 e R\$799,00, enquanto que 37,9% do total de homens tem rendimento na faixa de R\$ 600,00 a R\$ 1.500,00 mensais.

Numa segunda parte do trabalho a pesquisa volta-se para a compreensão das relações de gênero a partir da atuação dos conselheiros e das conselheiras no processo de elaboração do OP. Neste sentido vários itens foram abordados, entre eles, em relação à esfera de participação que os conselheiros se sentem mais a vontade para falar, as mulheres afirmaram se sentir mais a vontade nas reuniões regionais e temáticas (86,7%), o mesmo em relação aos homens, porém, numa faixa de 50%. Em relação ao poder decisório dos participantes do Conselho do OP, 54,3% dos integrantes acreditam que na maioria das vezes eles têm esse poder de decisão, enquanto que 23,9% acreditam que poucas vezes e 21,7% sempre. Já em relação à representatividade dos eleitos, 50% acredita que na maioria das vezes eles são representativos, enquanto que 45,7% pensam que sempre e 4,3% poucas vezes se respeita e é feito o encaminhamento das deliberações tomadas pelas comunidades (CIDADE, 2003a).

Além dessa, outras questões foram abordadas; no entanto, numa última questão a pesquisa assinala para o fato de que, desde 1998, o número de mulheres é superior ao dos homens nas assembleias, porém, o mesmo não ocorrendo no Conselho do OP. Em relação às plenárias, na gestão 1999-1998, 51,4% dos participantes foram mulheres e 48,4% homens enquanto que no conselho esses percentuais foram de 31% e 69% respectivamente. Já nas plenárias da gestão 2001-2002, 57,3% dos participantes foram mulheres e 41,5% homens, percentuais que não se mantiveram no Conselho, embora a diferença não tenha sido significativa, onde 48,8% dos integrantes foram mulheres e 51,2% homens. O observado nestas

duas gestões se repete novamente em 2002-2003, onde do total de participantes das assembleias 56,4% foram mulheres e 43,3% homens, e do total de integrantes do Conselho, os percentuais foram 42,9% e 57,1% respectivamente (CIDADE, 2003a).

Em outro trabalho realizado pela ONG Cidade e publicado também no ano de 2003, intitulado *Quem é o público do Orçamento Participativo – 2002* há uma tentativa de buscar compreender o perfil dos participantes nas assembleias populares do Orçamento Participativo em 2002 e, num segundo momento, analisar a própria participação.

Na primeira parte desta pesquisa alguns pontos chamam a atenção desde a perspectiva da proposta desta dissertação, entre eles destaca-se o fato de que a maioria dos participantes nas assembleias são mulheres enquanto que no Conselho os homens ocupam a maioria das cadeiras. Além disso, a pesquisa verificou que 54,2% dos homens que participaram das assembleias temáticas estavam na temática “Circulação e Transporte” enquanto que 66,7% das mulheres na área temática “Saúde e Assistência Social”.

Em relação à segunda parte da pesquisa, os entrevistados foram questionados sobre porque participam do OP, pergunta que foi associada às temáticas, regiões, sexo e motivo e conhecimento das regras de funcionamento do OP. A principal resposta fornecida a esta questão foi a busca por obras ou serviços para ajudar a comunidade ou a cidade, assim como para exercer os direitos de cidadão. Além disso, a maioria das pessoas afirma, segundo a pesquisa, não conhecer as regras de funcionamento do OP. Os percentuais de acordo com o sexo indicam que 55,9% das mulheres e 55,7% dos homens afirmaram não saber como os delegados são eleitos.

Por fim, outro estudo que aborda a participação das mulheres no Orçamento Participativo em Porto Alegre foi realizado por Marion Gret (2004). Após algumas considerações sobre a história da conquista do sufrágio feminino e de alguns dados sobre a atual representação política das mulheres, a autora propõe uma retomada do contexto em que o Orçamento Participativo foi implantado em Porto Alegre, debruçando-se ainda sobre sua estrutura de funcionamento.

Para Gret (2004) tal iniciativa apresenta-se como uma possibilidade de expressão das questões femininas. Em termos de paridade entre homens e mulheres, a autora apresenta uma crescente participação das mulheres nas

assembléias de base: em 1995 foram 46,8% do total de participantes, em 1998, 51,4% e em 2003 esse percentual chegou a 56,4%. Segundo esta autora, o Orçamento Participativo é uma experiência exemplar que possibilitaria a problematização das relações de gênero, mas que, no entanto, não é suficiente para superá-las, ainda mais quando a autora volta-se para a composição do Conselho do Orçamento Participativo.

Em relação ao referido organismo, Gret (2004) afirma que as mulheres são menos numerosas que os homens, sobretudo nas temáticas. Segundo os dados que apresenta em 2000-2001, em relação às regiões, 28 mulheres foram eleitas para compor o Conselho enquanto que no mesmo ano 36 homens foram conselheiros, sendo que dos 32 conselheiros titulares apenas 11 foram mulheres. Quanto às temáticas, 5 mulheres e 15 homens foram eleitos conselheiros, sendo que do universo dos titulares somente uma era mulher.

Esses números não mudam consideravelmente na gestão 2001-2002, quando para as regiões foram eleitas 11 conselheiras e 21 conselheiros e nas temáticas dos 24 titulares, 3 foram mulheres. Em 2002, 32,6% dos conselheiros foram mulheres. Para a gestão 2003-2004, a autora também não observa grande diferença: dos 32 conselheiros regionais titulares, 11 foram mulheres, sendo que no total, 24 mulheres e 40 homens foram eleitos. Nas temáticas a situação também se mantém: 9 mulheres e 19 homens foram eleitos para compor o Conselho do OP, sendo que dentre os titulares 5 foram mulheres (GRET, 2004).

Esses dados evidenciam que alguns segmentos sociais, entre eles as mulheres, apresentam dificuldades em incorporar suas demandas no processo em questão. Em função disto, a autora aponta para a necessidade de concretização de canais de participação paralelos às instâncias proporcionadas pelo Orçamento Participativo, tendo em vista que são temas bastante complexos e exigem maior atenção.

Na tentativa de explorar um pouco mais o tema da participação das mulheres no OP de Porto Alegre, apresentar-se-á o resultado da pesquisa realizada para o ano de 2005, assim como, far-se-ão incursões a respeito do OP desde 1991, sobretudo no que diz respeito ao Conselho do OP.

4.4 O Orçamento Participativo de Porto Alegre em 2005

O Orçamento Participativo em 2005 apresenta algumas singularidades que despertaram o interesse pelo estudo desta experiência no referido ano. Primeiramente, há que se destacar a derrota do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 2004, o que fez com que, pela primeira vez após dezesseis anos, o Orçamento Participativo fosse gerido por outro partido político que não aquele que o implantou. O ano de 2005 marcou, neste sentido, o início de uma nova gestão municipal, a qual assumiu a Prefeitura de Porto Alegre com a promessa de dar continuidade ao projeto da gestão anterior.

Concomitantemente a esse fato, a administração municipal, então comandada pelo Partido Popular Socialista (PPS)³⁷, a partir de 2005 propõe uma nova proposta participativa na cidade, denominada *Programa Governança Solidária Local* (PGSL), da qual o Orçamento Participativo passaria a fazer parte. Em linhas gerais, a implementação deste programa governamental, consiste na execução de alguns passos junto à sociedade e também à equipe de governo, está assim distribuída:

1) Ação preliminar ou Passo Zero: formação dos Comitês Gestores Locais nas dezessete regiões em que a cidade foi subdividida, do qual fazem parte coordenadores dos Centros Administrativos Regionais (CAR), conselheiros do Orçamento Participativo, agentes governamentais, representantes de secretarias e órgãos do Governo Municipal e o articulador da Governança Solidária Local.

2) Passo 1: sensibilização e capacitação dos envolvidos na implementação do programa;

3) Passo 2: formação das equipes de articulação das redes de Governança Solidária Local, das quais participam o comitê gestor e pessoas representativas das organizações da sociedade civil, das empresas e das demais instituições do Estado presentes na região;

4) Passo 3: construção da Rede de Governança Solidária Local;

5) Passo 4: seminários Visão de Futuro. Elaboração de uma visão de futuro coletiva pela equipe de articulação em cada região, que será compartilhado com a Rede de Governança Solidária Local respectiva para ser validado;

³⁷ O prefeito municipal José Fogaça atualmente encontra-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

6) Passo 5: diagnóstico dos ativos e necessidades realizado pela equipe de articulação de cada região e posteriormente compartilhado com a Rede de Governança Solidária Local;

7) Passo 6: elaboração do plano participativo e estabelecimento de metas a serem cumpridas ao longo do tempo;

8) Passo 7: formulação de uma agenda de prioridades para o ano seguinte;

9) Passo 8: celebração do pacto pela Governança Solidária Local.

No entanto, em 2005, o OP ainda não havia sido incorporado ao PGSL e seguiu o modelo da gestão anterior.

4.4.1 As principais características do Orçamento Participativo em Porto Alegre (2005)

O Orçamento Participativo no ano de 2005 foi elaborado a partir de uma rodada de consulta popular nas regiões de divisão da cidade e uma rodada de discussões a respeito de cada temática. Após esse processo foram eleitos os delegados e, posteriormente, os membros do Conselho do Orçamento Participativo.

4.4.1.1 A participação nas assembléias temáticas e regionais em 2005

De modo geral a participação popular foi mais expressiva nas reuniões regionais do que nas temáticas, em que pese a diferença na participação de homens e mulheres:

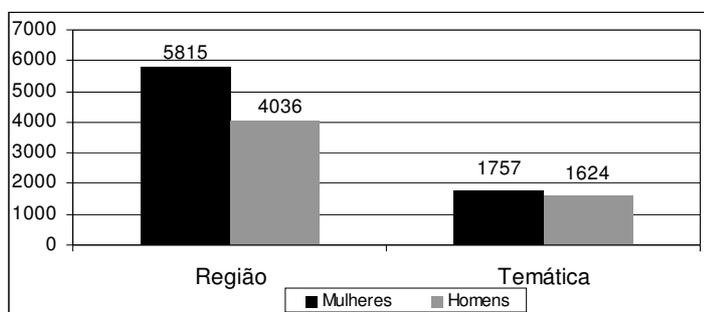


Figura 15 - Participação em assembléias regionais e temáticas do Orçamento Participativo (Porto Alegre - 2005) de acordo com o sexo.

Fonte: Elaboração do Grupo de Pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública.

As mulheres são mais participativas do que os homens em ambas as assembléias: 59% dos participantes das reuniões regionais foram mulheres e, no caso das temáticas, este percentual foi de 52% do total de participantes. Na soma total dos participantes das assembléias temáticas e regionais, as mulheres computaram 57, 2% (7.572 participantes) e os homens, obviamente, 42,8% (5.660 participantes).

Considerando a participação de acordo com as assembléias temática, observa-se a seguinte distribuição.

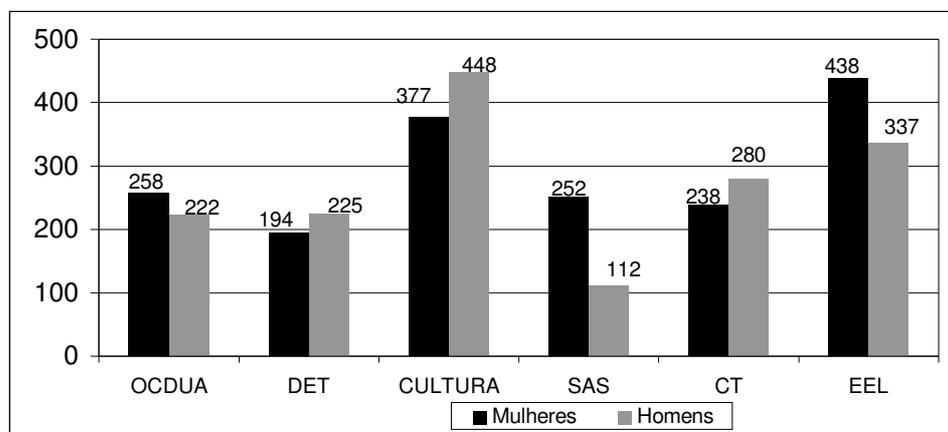


Figura 16 - Distribuição dos participantes nas assembléias temáticas do Orçamento Participativo (Porto Alegre – 2005).

Fonte: Elaboração do Grupo de Pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública.

Analisando a participação feminina nas assembléias temáticas, vemos que “Educação, Esporte e Lazer” (EEL), “Cultura”, “Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental” (OCDUA), em seguida “Saúde e Assistência Social” (SAS), “Circulação e Transporte” (CT) e “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo” (DET) são as temáticas em que há nas assembléias maior participação de mulheres.

Já a participação masculina nas assembléias temáticas se concentra, em ordem decrescente, nas seguintes áreas: “Cultura”, “Educação, Esporte e Lazer”, “Circulação e Transporte”, “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo”, “Organização da Cidade, Desenvolvimento Econômico e Ambiental” e, por último, “Saúde e Assistência Social”.

Em termos percentuais, a distribuição dos participantes nas assembléias temáticas ficou assim definida:

Temáticas	Mulheres (%)	Homens (%)
OCDUA	14,7	13,7
DET	11,0	13,9
CULTURA	21,5	27,6
SAS	14,3	6,9
CT	13,6	17,2
EEL	24,9	20,7
Total	100	100

Figura 17 – Percentual de mulheres e homens nas assembléias temáticas do OP (2005) – Porto Alegre.

Fonte: Elaboração Grupo de Pesquisa Processos Participativo na Gestão Pública.

Nota-se que, apesar da participação das mulheres ser mais expressiva nas temáticas “Educação, Esporte e Lazer” e “Cultura”, é na “Saúde e Assistência Social” que se encontra a maior diferença percentual entre mulheres e homens. Enquanto que do total de mulheres que participaram das assembléias temáticas, 14,3% estavam em “Saúde e Assistência Social” - a quinta mais procurada pelas mesmas - apenas 6,9% do total de homens se fizeram presentes nesta, a última temática em termos percentuais procurada pelos mesmos. Este dado parece bastante interessante, sobretudo pela ausência dos homens. As mulheres estão, conforme se pode observar acima mais bem distribuídos, o que pode ser reflexo da atuação do movimento feminista, assim, poder-se-ia dizer que o feminismo mudou as mulheres mas não os homens.

Estes percentuais podem ser mais bem compreendidos a partir do conhecimento do que foi discutido na temática “Saúde e Assistência Social”. Nesse particular, na área de assistência social os temas debatidos foram: a) programas de atendimento a crianças e adolescentes, trabalho educativo, educação social e centros de juventude; b) atendimento à família por meio de várias iniciativas entre elas: programa família, plantão social, construção e reforma de abrigos, casas de convivência e albergues, atendimento aos idosos, aos portadores de deficiência, bem como, construção e manutenção de unidades de assistência social.

Na esfera da saúde destacam-se a atenção aos postos de saúde, a ampliação de serviços na rede básica, assim como, equipamentos e material permanente para os postos de saúde. Como se vê estes temas estão identificados,

conforme a literatura discutida, como uma área de especial interesse das mulheres, por referirem-se sobretudo à atenção dispensada aos *outros*, principalmente no que se refere à assistência social.

Os homens são mais participativos do que as mulheres naqueles assuntos considerados de maior impacto e polêmica na opinião pública como, por exemplo, na temática “Circulação e Transporte”, na qual participaram 17,2% do total do público masculino e apenas 13,6% do feminino. O mesmo ocorrendo na temática “Desenvolvimento Econômico Tributação e Turismo”, com 13,9% do total dos homens e 11% das mulheres.

No que se refere à temática “Circulação e Transporte”, a quinta temática com maior participação de mulheres e a terceira em percentuais de homens, os principais assuntos debatidos são: a construção de rótulas, o recuo de transporte coletivo e ou a construção de área de escape para embarque e desembarque de passageiros no perímetro urbano, assim como a edificação de abrigos e a colocação de equipamentos de sinalização.

Quanto à temática “Desenvolvimento Econômico Tributação e Turismo”, a última temática procurada pelas mulheres e a quarta pelos homens, tem como foco de discussão a promoção do desenvolvimento econômico da cidade a partir de programas de atenção à área rural, de ocupação e geração de renda incentivando atividades econômicas populares, apoio a empreendimentos relativos à urbanização além da reforma, ampliação e construção de equipamentos turísticos e o estímulo às atividades que desenvolvam o turismo na cidade.

Assim, os dados apresentados apontam para a possibilidade de uma divisão sexual dos participantes de acordo com as temáticas discutidas. As mulheres se concentrariam no social, entrando na esfera pública de forma a reproduzir a divisão social e sexual das atividades e dos espaços destinadas a ambos os sexos (MIGUEL, L., 2001; GROSSI; MIGUEL, 2001).

As mulheres são mais participativas em relação aos homens nas temáticas que discorrem sobre assuntos que estão mais de acordo com o que é considerado um perfil feminino, atividades ligadas à área social e ao cuidado com o *outro*. Ocorre, assim, a centralidade numa *política maternal* ou *política do desvelo*, caracterizando uma participação socialmente construída a partir da representação das atividades consideradas essencialmente femininas e masculinas (MIGUEL, L., 2001).

Deste modo, há uma transferência das tarefas convencionalmente *destinadas* às mulheres para a vida pública, simbolizando uma estratégia de obtenção de visibilidade e familiaridade com o espaço que vai para além do lar, mas, ao mesmo tempo de manutenção de uma vinculação à lógica doméstica. Esta não é simplesmente uma relação casual, pois “[...] na implicação doméstica das mulheres cabe ver um fenômeno em que está em jogo uma busca de sentido, assim como estratégias de poder e objetivos identitários” (LIPOVETSKY, 1999, p. 235)³⁸.

A forma de ocupação do espaço público pelas mulheres reproduziria a divisão socialmente construída dos usos legítimos dos corpos (BOURDIEU, 1999), o que significa a construção de uma nova identidade na esfera pública calcada na exploração das características e atividades convencionalmente femininas. O mesmo se pode dizer em relação aos homens, os mesmos não alteraram até o presente seus espaços característicos de atuação.

Seguindo esta linha de argumentação, a temática “Cultura” com 27,6% da participação masculina e 21,5% da feminina, fugiria a esta regra na medida em que poderia ser enquadrada entre as atividades políticas onde as mulheres teriam uma maior presença do que em outras áreas, como apontou o relatório da CEPAL (2007). O maior percentual de homens nesta temática pode estar relacionado aos assuntos tratados pela mesma. Esta, no entanto, é uma primeira hipótese que necessita ser melhor aprimorada sobre a grande presença de homens numa temática considerada pela literatura como de interesse mais relacionado ao universo feminino.

Dentre os temas debatidos nessa temática cabe mencionar a administração de equipamentos culturais, tais como, teatros e museus; o desenvolvimento de atividades que visam a descentralização cultural a partir de programas como Cultura Pura Aqui, Oficinas, Festival de Música, Memória dos Bairros, Festas da Cidade; outro enfoque da temática está nas ações e eventos, entre eles, o Carnaval, a Semana de Porto Alegre, o Porto Alegre em Cena, dentre outros.

Desta forma, observa-se de acordo com os dados levantados em relação à temática mais procurada pelos homens e a segunda com maior presença das

³⁸ “[...] en la implicación doméstica de las mujeres cabe ver un fenómeno en el que está en juego una búsqueda de sentido, así como estrategias de poder y objetivos identitarios” (LIPOVETSKY, 1999, p. 235).

mulheres, uma diferença em relação à bibliografia estudada haja vista esta ser considerada uma área de interesse feminino.

Outro exemplo observa-se na temática “Educação, Esporte e Lazer”, que foi a temática mais procurada pelas mulheres (24,9%) e a segunda com maior percentual de participação de homens (20,7%). A esse respeito merece atenção o fato de que, mesmo tendo forte vínculo com a esfera privada, principalmente em termos da educação e do lazer, houve um significativo número de homens que participaram das suas reuniões.

Ainda sobre esta área é interessante sublinhar que em relação à educação, os principais temas debatidos foram: os programas de educação infantil, os quais tem por objetivo atender crianças de 0 a 6 anos. As demandas giraram em torno de construção, ampliação e reformas de creches comunitárias e de escolas infantis e a distribuição de cestas de material. Também existiram programas destinados ao ensino fundamental, que visaram à ampliação, reforma e reconstrução de escolas. Houve ainda os programas que atenderam a educação de jovens e adultos. Por fim, outra preocupação foi referente à educação especial, onde a principal ação esteve em adaptar os espaços físicos para atendimento dos portadores de necessidades especiais.

Na área se esporte e lazer os temas debatidos foram a construção de equipamentos esportivos, tais como, campos de futebol, quadras e canchas de bocha. Além disso, existiu o entendimento da necessidade de construção de equipamentos e áreas de lazer, assim como a conservação, reforma e ampliação dos centros comunitários.

Como se poder observar, as duas áreas debatidas, a saber, educação – compreendida como campo de atuação feminino - e esporte e lazer – que embora a bibliografia não trate do tema, parece estar mais ligada ao universo masculino - pode, como uma primeira hipótese explicar o grande interesse de ambos na discussão desta temática. Assim, esta pode ser entendida como uma temática que perpassa os interesses de homens e mulheres, tendo em vista que foi a temática que apresentou maior percentual de mulheres participantes das assembléias e a segunda em relação aos homens. Esta explicação poderá ser mais bem compreendida agregando-se a análise da composição do Conselho do Orçamento Participativo, como se verá mais adiante.

Em função das peculiaridades das temáticas “Educação, Esporte e Lazer” e “Cultura”, considera-se que ambas podem ser compreendidas como áreas de interesse *inter-gênero*. A primeira, por comportar duas discussões aparentemente marcadas pela divisão de gênero, a segunda por referir-se a uma questão que atualmente não parece ser de exclusividade feminina. Embora haja uma diferença percentual até certo ponto significativa, “Cultura” é a segunda temática em percentual de participação das mulheres.

Por fim, a descrição da temática “Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental”, com um percentual de participação das mulheres na ordem de 14,7% e 13,7% de homens, sendo a terceira com maior número de mulheres e a quinta em relação ao público masculino, tem como eixos centrais de debate os seguintes temas: saneamento ambiental, juventude, acessibilidade e mobilidade urbana, saneamento básico (drenagem e dragagem e água e esgoto cloacal), além de habitação, pavimentação, áreas de lazer e iluminação pública.

São temas bastante amplos e embora tenha maior número de mulheres, nota-se que a diferença percentual não é tão expressiva, o que pode ser explicado pelo fato de abranger temas, por um lado, considerados femininos, como a questão ambiental e a juventude, por outro lado, temas masculinos, por exemplo, habitação e pavimentação. Contudo, tais percentuais não serão mantidos na composição do Conselho do Orçamento Participativo como se verá a seguir.

Examinando os dados sobre a participação nas assembleias regionais e temáticas do Orçamento Participativo pode-se concluir que houve, em 2005, uma destacada participação feminina nesta instância. Em termos numéricos elas são mais participativas que os homens nas assembleias de base de elaboração da proposta orçamentária municipal. Cabe saber agora o que ocorre em relação à participação no Conselho do Orçamento Participativo que, como já foi mencionado, é o principal espaço de direção do processo em questão.

4.4.1.2 A presença no Conselho do Orçamento Participativo

Sobre a distribuição dos cargos no Conselho do Orçamento Participativo é importante sublinhar que seu Regimento Interno recomenda a reserva de cotas para a participação de ambos os sexos: um mínimo de 40% e um máximo de 60%. A análise dos dados acena para o fato de que, embora esse percentual seja cumprido,

na medida em que se avança nas instâncias de decisão desta proposta a participação feminina sofre uma considerável diminuição.

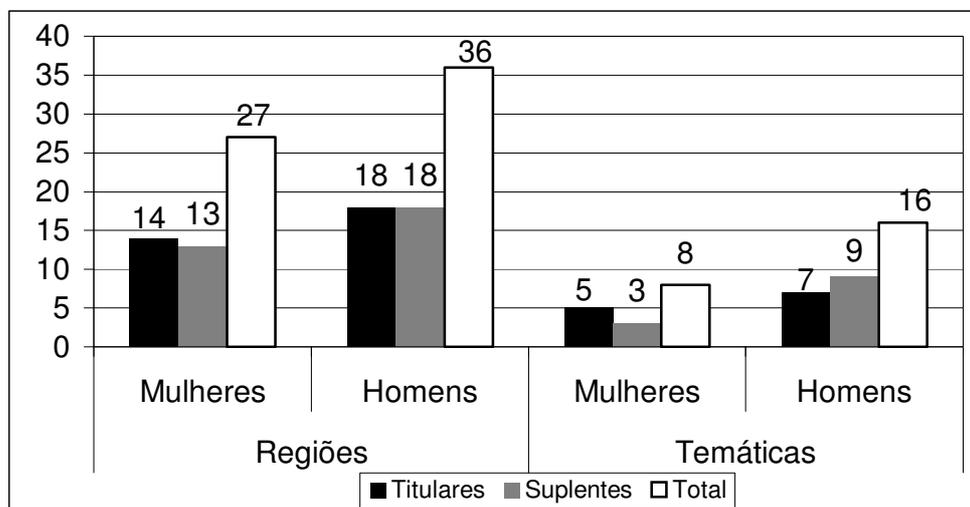


Figura 18– Participação no Conselho do Orçamento Participativo (Porto Alegre – 2005).

Fonte: Elaboração do Grupo de Pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública.

De um total de 87 conselheiros eleitos pelas assembléias de base (regionais e temáticas), 40,2% foram mulheres e 59,8% homens, invertendo em prejuízo das primeiras a porcentagem entre os sexos em relação à participação nas assembléias populares³⁹. Assim, identifica-se que para a composição do Conselho do Orçamento Participativo nas regiões foram escolhidos 63 conselheiros, sendo entre os titulares 43,8% mulheres e 56,2% homens e, nos suplentes 41,9% de mulheres e 58,1% de homens. No total, nas regiões foram escolhidos 43% de mulheres e 57% de homens para a composição do Conselho do Orçamento Participativo no ano de 2005.

Em relação às temáticas, de um total de 24 conselheiros eleitos para fazerem parte do Conselho do Orçamento Participativo, titulares e suplentes, 67% de homens e 33% de mulheres. Entre os titulares os índices são 58% e 42% e, entre os suplentes 75% e 25% respectivamente.

O baixo percentual de conselheiras é um fenômeno que havia sido verificado nos outros estudos mencionados anteriormente sobre a participação das mulheres em propostas de Orçamento Participativo. Destacam-se as análises realizadas na

³⁹ O total de participantes no Conselho do Orçamento Participativo, eleitos nas assembléias regionais e temáticas deveria ser 88, porém a região “Glória” só apresentou um suplente, por isso o cálculo é feito com base em 87 e não 88 conselheiros.

cidade de Maringá, onde na gestão 2001/2002, dos dezessete conselheiros identificou-se a presença de apenas três mulheres (FERREIRA, PASSADOR, 2004).

Em relação a Porto Alegre as abordagens realizadas por Bonino e Bruera (2005) e por Gret (2004), também apontaram para a mais baixa participação de mulheres em instâncias de menor hierarquia no Orçamento Participativo. Este dado também foi verificado pela ONG Cidade (2003) para a qual, apesar do aumento da participação feminina no Conselho do Orçamento Participativo, ainda não há paridade entre homens e mulheres. Segundo os dados apresentados, o percentual de mulheres no total dos conselheiros, passa de 31% (gestão 1999/1998), para 48,8% (gestão 2001/2002), decresce para 42,9% (gestão 2002/2003) e, segundo esta pesquisa, cai para 40,2% nas reuniões realizadas em 2005. Nas três gestões analisadas as mulheres, assim como ocorre em 2005, também haviam sido maioria nas assembléias de base: 51,4%, 57,3% e 56,4%, respectivamente (CIDADE, 2003).

Analisando a participação feminina na composição do Conselho do Orçamento Participativo desde uma perspectiva histórica, no período de 1991 a 2005, os dados demonstram que a participação das mulheres em relação à dos homens é consideravelmente inferior.

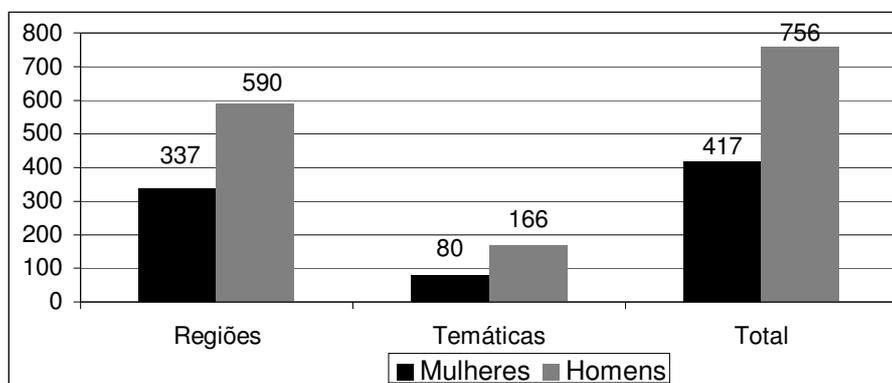


Figura 19– Participação no Conselho do Orçamento Participativo conforme regiões e temáticas de acordo com o sexo (Porto Alegre 1991-2005).

Fonte: Elaboração do Grupo de Pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública.

No que se refere às assembléias regionais, de um total de 927 conselheiros titulares e suplentes eleitos, 36,4% foram mulheres e 63,6% homens. Já nas temáticas, de um total de 246 conselheiros titulares e suplentes, 32,5% foram

mulheres e 67,5% homens. No cômputo geral, entre titulares e suplentes, dos 1173 conselheiros identificados, 35,5% foram mulheres e 64,5% homens⁴⁰. CONFERIR

Abaixo se demonstra a variação da presença feminina ao longo das gestões 1991-2005, na soma dos conselheiros temáticos e regionais.

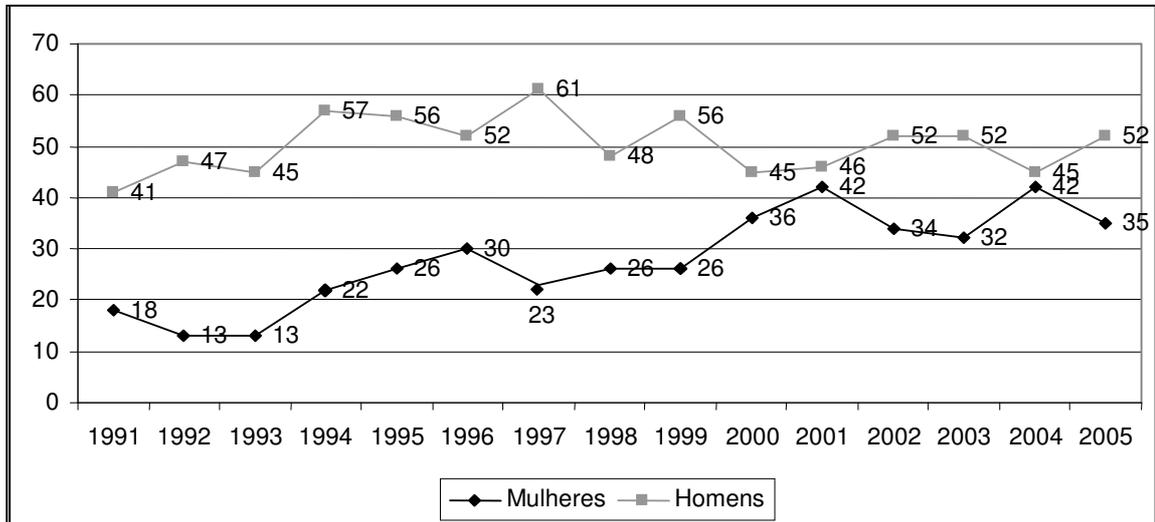


Figura 20 – Variação por sexo dos participantes do Conselho do Orçamento Participativo (Porto Alegre - 1991 a 2005).

Fonte: Elaboração do Grupo de Pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública.

De acordo com a fig. 20, pode-se observar que os homens sempre foram majoritários na composição do Conselho do Orçamento Participativo, ainda que em três ocasiões (2000, 2001 e 2004) as mulheres se aproximaram da presença masculina nesta instância.

No que concerne aos membros do Conselho do Orçamento Participativo, em 2005, é interessante ressaltar a participação de acordo com as temáticas, conforme gráfico a seguir⁴¹:

⁴⁰ O total de conselheiros temáticos e regionais para o período analisado (1991-2005) é de 1202, porém, até o momento conseguimos identificar, de acordo com o sexo, 1173 conselheiros, restando para a continuidade da pesquisa, a identificação de 27 conselheiros regionais e 2 temáticos. No entanto, ressalta-se que estes números provavelmente não interferirão significativamente no resultado final do percentual que já obtivemos, tendo em vista, sua distribuição pelas regiões e entre os titulares e suplentes.

⁴¹ É válido lembrar que no início do desenvolvimento do Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre não havia plenárias temáticas, apenas regionais. As primeiras assembleias temáticas surgiram em 1994, inicialmente eram cinco, após algumas mudanças e divisões entre elas, desde 2000 o OP conta com os seis eixos temáticos, descritos anteriormente.

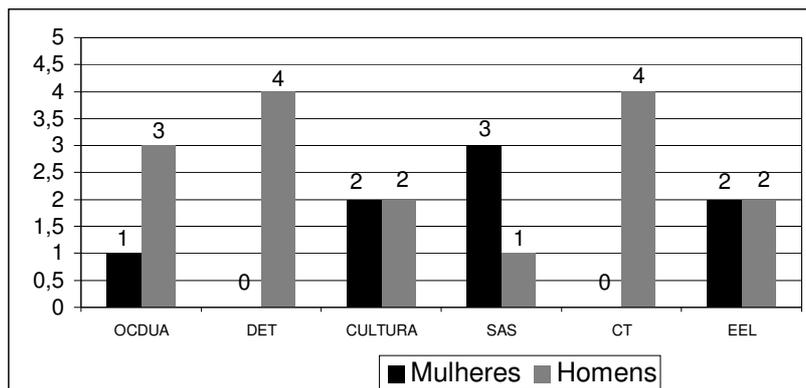


Figura 21 - Conselheiros temáticos (titulares e suplentes) do Orçamento Participativo (Porto Alegre – 2005) segundo o sexo.

Fonte: Elaboração do Grupo de Pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública.

Acima se observa que as mulheres estão representadas em quatro das seis temáticas que compõe o Conselho do Orçamento Participativo. Como visto anteriormente, elas são mais participativas nas assembleias “Educação, Esporte e Lazer” e “Cultura”, e os homens, ao inverso, nas temáticas “Cultura” e “Educação, Esporte e Lazer”, porém, no que diz respeito ao Conselho do Orçamento Participativo, ambos têm a mesma representação na ordem de dois integrantes em cada temática.

Por outro lado, na assembleia temática “Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental”, a terceira mais procurada pelas mulheres nas assembleias de base, apenas uma foi eleita para o Conselho do Orçamento Participativo entre os titulares e suplentes. Uma situação menos favorável pode ser encontrada no caso das temáticas “Circulação e Transporte” e “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo”, nas quais nenhuma mulher foi eleita. Em contrapartida, as mulheres são maioria no Conselho do Orçamento Participativo na representação da temática “Saúde e Assistência Social”, na qual fazem parte três mulheres e apenas um homem.

O mesmo que ocorre na composição do Conselho do Orçamento Participativo em 2005 a respeito da participação concentrada em determinados eixos também se verifica nos dados analisados para o período 1994 a 2005.

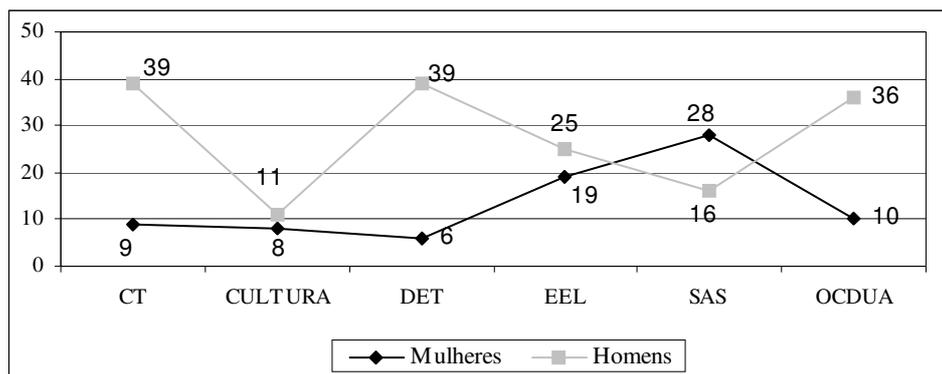


Figura 22 – Conselheiros temáticos do Conselho do Orçamento Participativo (Porto Alegre 1994-2005) de acordo com sexo e temática.

Fonte: Elaboração do Grupo de Pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública.

Estes dados evidenciam, apesar do cumprimento da meta das cotas, que no Orçamento Participativo ocorre uma inversão na representação dos sexos na composição do Conselho do Orçamento Participativo em relação às assembleias populares. Além disto, observa-se uma divisão entre os sexos no que se refere aos eixos temáticos no Conselho do Orçamento Participativo, algo que não foge à lógica da *política do desvelo* (MIGUEL, L., 2001), da *sensibilidade* e da idéia exposta por Michele Perrot (1998) na qual existem esferas que se destinam prioritariamente à participação de homens e outras que de certa forma estimulam a presença de mulheres.

A participação das mulheres centrada em temáticas específicas e identificadas com os espaços de atuação prioritariamente destinados às mesmas pode ser entendida como uma estratégia de entrada na esfera pública, tendo em vista que elas se ocupam de assuntos dos quais já tem certo domínio. Apesar disso, essa é uma forma de inserção que também precisa ser examinada, tendo em vista dois fatores: por um lado, permite maior acesso às mulheres no processo de tomadas de decisão; por outro, não avança em direção à redução das desigualdades de gênero, bem como impossibilita a transformação na forma como as identidades de gênero são construídas socialmente, como foi discutido no capítulo 1, o que tende a reproduzir e reafirmar as tradicionais formas de relações sociais, fundadas sobre uma lógica patriarcal.

Pode-se observar que as mulheres historicamente concentram sua presença nos eixos temáticos mais próximos à representação social que lhe diz respeito. Observando, por exemplo, a temática “Saúde e Assistência Social” ao longo do

período, vê-se que as mesmas somaram o dobro da participação masculina, enquanto que em todas as demais temáticas as mulheres foram minoria. É destacável a grande diferença encontrada nas temáticas “Circulação e Transporte”, “Desenvolvimento Econômico Tributação e Turismo” e “Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental”.

Em relação às temáticas “Cultura” e “Educação, Esporte e Lazer” verifica-se a ocorrência de uma participação numericamente aproximada de homens e mulheres no Conselho do Orçamento Participativo tanto no que se refere ao ano de 2005 como na seqüência de dados de 1994 a 2005, assim como, também ocorreu nas assembléias de base de elaboração do orçamento no ano de 2005.

Esse fato leva a considerar que as duas temáticas mais procuradas por ambos não pode ser compreendida como um divisor de atividades masculinas e femininas na medida em que não se constata significativa diferença percentual em termos de representação. Isso vem reafirmar o fato de que são áreas de interesse *inter-gênero*, mesmo existindo diferenças percentuais em se tratando da participação nas assembléias, pois ambas as temáticas são as mais procuradas tanto por mulheres quanto por homens.

O mesmo não pode ser dito em relação às demais temáticas onde o percentual de participação nas assembléias em 2005 e na representação do Conselho aponta para uma distância considerável, sobretudo no que se refere à presença no Conselho. Isso leva a ponderar que num modelo de organização política onde há a possibilidade de participação direta dos cidadãos no processo de deliberação das políticas públicas, como são as assembléias populares do OP, verifica-se uma participação menos marcada socialmente em função das atividades tradicionalmente destinadas a homens e mulheres.

Porém, o OP é um modelo que combina aspectos do que se pode denominar de democracia direta com algumas características da democracia liberal-representativa, ou seja, a democracia participativa desenvolvida na cidade de Porto Alegre - e nas demais que adotam o OP – mantém a idéia de representação nas instâncias de deliberação, seja por meio da escolha de delegados, seja pela eleição dos conselheiros.

No sentido de problematizar a representação dentro dos processos participativos, entre eles o Orçamento Participativo, Lígia Helena Hahn Lüchmann (2007) apresenta algumas reflexões. Segundo a autora, tanto o modelo de

democracia representativa quanto o modelo de democracia participativa partem da noção de participação política. No entanto, no primeiro caso, a principal forma de participação advém do processo eleitoral e, por conseguinte, as decisões políticas são frutos das instâncias representativas. No caso da democracia participativa, parte-se da idéia de que cabe aos cidadãos a tomada de decisões políticas, o que leva a ampliar as responsabilidades políticas, os espaços e as deliberações públicas.

Para a autora, esta temática parece ser importante porque em muitas ocasiões a ênfase que é atribuída à idéia de participação encobre analiticamente os impactos, as influências e os mecanismos de representação no interior dos processos participativos, o que precisaria ser analisado mais profundamente, sobretudo, porque há o entendimento de que “[...] a participação não substitui, mas reconfigura a representação” (LÜCHMANN, 2007, p.167).

Ao tratar do Orçamento Participativo, Lüchmann (2007) acrescenta que, embora sejam experiências que partem do princípio de participação direta, entenda-se individual e de representação delegada, há nesses espaços o predomínio de uma representação mediada pelas organizações da sociedade civil. No entanto, a qualidade e a legitimidade dessa representação dependem da participação, assim, as assembleias populares podem ser espaços públicos que permitem a ponte entre representantes e representados, o que pode ser identificado com o modelo de representação das diferenças de Young (2006), que segundo Lüchmann, alguns autores associam à representação virtual proposta por Edmund Burke⁴². Segundo afirma,

Com efeito, nessa concepção, um processo de autorização eficaz está ancorado no pressuposto de que a representação ocorre por intermédio de um movimento de distanciamento e aproximação entre representantes e representados, movimento este mediado pela constituição de esferas públicas de discussão e de debate que definem agendas e reavaliam, pela troca de experiências, informações e opiniões, as ações e direções da representação (LÜCHMANN, 2007, p.166-167).

Ao passo que mantém a representação como meio mais plausível para operacionalizar o processo de elaboração do orçamento municipal, mesmo que seja

⁴² Para Edmund Burke o modelo de representação mais adequado seria a representação como espelho da sociedade ou, a chamada *representatividade sociológica*, onde o organismo representativo reproduziria fielmente as características do corpo político e controlaria o governo em nome do povo. Nesse modelo o mandato seria virtual, ou seja, as visões dos representantes dariam eco a um determinado grupo social, porém, mesmo expressando opiniões, princípios ou interesses que poderiam ser gerais ou particulares, manteria vontade própria (LIMA JÚNIOR, 1997).

uma representação reconfigurada na qual existe maior relação com os representados, o modelo de democracia participativa adotado em Porto Alegre acaba reproduzindo em partes o que se verifica nas instâncias formais da democracia liberal-representativa, a saber: a redução do número de mulheres que chegam aos postos de maior prestígio, visibilidade e de poder de decisão. Da mesma forma, permite observar que nestes espaços há a manutenção da perspectiva de divisão das esferas pública e privada de acordo com um recorte de gênero.

Assim, considera-se que a esfera pública é mais igualitária em termos de equidade de gênero quando há possibilidade de participação direta dos cidadãos na gestão pública a partir da abertura de canais diretos, como são as assembleias populares no caso do Orçamento Participativo. A participação direta indubitavelmente está na base da idéia de democracia participativa; esta, no entanto, não exclui a escolha de representantes para seguir na efetivação do processo.

Dessa forma, o que se evidencia é que persistindo a representação nas democracias participativas alguns vícios do modelo tradicional de democracia tendem a se reproduzir com maior ênfase, como é o caso da menor representação e presença das mulheres nas instâncias decisórias. Esse fato permite conceber a existência de uma barreira simbólica a ser superada na questão da representação política, a qual está além do maior controle que os representados podem ter sobre os representantes em instâncias como aquelas propostas pelo Orçamento Participativo.

Os obstáculos simbólicos a serem superados, podem ser traduzidos na percepção de que as mulheres são menos aptas aos assuntos políticos, não sendo capazes para protagonizar processos políticos (SOARES, 2004) e da sensação de uma representação menos qualificada quando exercida por mulheres (PERROT, 1998), entre outras. Tais limitações nada mais são do que a incorporação, o exercício e a expressão do que Pierre Bourdieu (1999) denomina de violência simbólica, assunto tratado no primeiro capítulo.

Desta forma, o modelo de democracia participativa adotado em Porto Alegre, o Orçamento Participativo, carrega um potencial significativo de mudança nas relações de gênero e maior seria se, ao aprimorar-se, buscasse rever as instâncias representativas que o compõem e incorporar diretamente ao processo de elaboração da proposta orçamentária a temática de gênero, fazendo com que esta deixe de ser uma questão transversal para se tornar o centro dos debates, a exemplo do que ocorre em Recife.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central a busca pela compreensão de como se processam as relações sociais de gênero em modelos de democracia que estejam além da esfera liberal-representativa, tomando como objeto de análise a democracia participativa desde a experiência de Orçamento Participativo de Porto Alegre.

Como pano de fundo para a elaboração desta dissertação, partiu-se do entendimento de que mudanças no âmbito da cultura, da política, da organização econômica e social se desenvolveram na ordem social global ao longo do século XX e se aprofundam nesta primeira década do século XXI. Esta observação é particularmente significativa quando se toma por referência as distintas transformações que vêm ocorrendo em diversos campos, questões relativas às transformações ocorridas em relação ao mundo do trabalho e o maior destaque, a partir dos novos movimentos sociais, às temáticas até então inexpressivas na academia, contudo que estão em voga na sociedade.

Como exemplo desses novos temas que passam a fazer parte da agenda dos debates caberia mencionar a questão ecológica, a problemática de gênero, os movimentos pacifistas, de gays, lésbicas, transexuais, negros, agrários, entre outros. Isso demonstra que os conflitos concernentes à relação capital *versus* trabalho, posta pela tradição marxista, não detêm mais o monopólio, isto é, não são mais percebidos como a única forma de expressão das contradições sociais.

Essas novas *questões sociais globais*, como são compreendidas por José Vicente Tavares dos Santos (1999) não surgem isoladamente, posto que se encontram intrinsecamente associadas, sobretudo, às preocupações com a construção de uma sociedade democrática e com a consolidação da democracia, bem como com o surgimento de novas teorias democráticas, entenda-se: com o

despertar para a formulação de uma concepção *não-hegemônica* de democracia, entre elas, o debate a respeito da democracia participativa.

Em relação à questão das relações sociais de gênero é interessante destacar que a entrada em cena da categoria gênero, assunto debatido no primeiro capítulo, pode ser entendida, *grosso modo*, como um *grito* articulado e não apenas explicado ou explicativo, um grito enquanto “uma recusa a aceitar o inaceitável. Uma recusa a aceitar a inevitabilidade da desigualdade, da miséria, da exploração e da violência crescentes” (HOLLOWAY, 2003, p.16).

Nesse sentido, o uso da categoria gênero nos estudos acadêmicos carregou consigo um enorme potencial de transformar o fazer científico e, até certo ponto, ultrapassou as fronteiras, as barreiras legítimas do campo científico. Isso foi possível pelo fato de que esta categoria analítica ofereceu visibilidade a uma questão que até então não era compreendida como relevante pela academia, devido a sua visão eminentemente androcêntrica de mundo, que sinaliza a ciência como uma construção neutra em relação às questões de gênero.

A partir da formulação de gênero enquanto uma categoria de análise, a ciência pôde avançar no sentido de buscar compreender e formular questões sob uma nova perspectiva. Este novo ponto de vista permitiu desvendar novas problemáticas e delimitar originais objetos de investigação sociológica, fazendo com que gênero deixasse de ser o *não dito*.

Destacam-se, nessa direção, os estudos a respeito das relações de gênero no mercado de trabalho (HOLZMANN, 2000; QUADROS, 2004), sobre a questão racial (OLIVEIRA, SANT’ANNA, 2002; BLACKWELL, NABER, 2002), relativos à saúde (GIFFIN, 2002; GOLDENBERG, 2005), à política (ARAÚJO, 2005; AVELAR, 1996; HTUN, 2001), à educação (FERREIRA, 2006; LOURO, 2000), entre outros.

No que se refere ao campo da democracia, a revisão bibliográfica apontou para as deficiências do modelo tradicional de democracia em abarcar e oferecer respostas às necessidades dos inúmeros segmentos sociais. Neste particular, destacou-se a difícil e prolongada inclusão das mulheres enquanto sujeitos capazes de exercer sua cidadania, apontando para o fato de que elas ainda encontram dificuldades em se fazer representar e serem ouvidas na esfera pública.

Além disso, observou-se que um dos entraves para a incorporação deste segmento pelo sistema liberal-representativo é a própria organização do sistema político e das relações sociais, os quais estão alicerçados na divisão entre público e

privado, concebendo o primeiro como espaço de atuação masculino enquanto o segundo como o campo de domínio das mulheres.

Sabendo dos entraves postos pela democracia liberal-representativa à inclusão não apenas formal, mas de fato, das mulheres na vida pública, este trabalho buscou compreender como se processam as relações de gênero no que se tem denominado de um modelo alternativo de democracia, destacando-se as elaborações teóricas sobre a democracia participativa.

O estudo da democracia participativa é de especial relevância pelo fato de ter como fundamento principal a busca pela inclusão dos cidadãos no processo de tomada de decisões. Ou seja, é um modelo de organização do Estado que visa incluir os cidadãos na gestão pública, a partir da abertura de canais deliberativos de interação entre Estado e sociedade civil, que ultrapassam o superficial mecanismo eleitoral.

Um dos exemplos desta forma de exercício das relações políticas que vem recebendo grande destaque, é o Orçamento Participativo, que se desenvolve na cidade de Porto Alegre. A partir desta experiência, buscou-se observar a participação das mulheres em suas diferentes etapas.

Valendo-se de dados da participação nas assembleias regionais e temáticas (2005) e no Conselho do Orçamento Participativo (1991-2005), teve-se por finalidade identificar a participação das mulheres nestas etapas de elaboração da proposta orçamentária municipal. De modo mais específico, essa análise teve três focos principais: num primeiro momento ateu-se à presença, em termos numéricos, das mulheres nas assembleias regionais e temáticas de elaboração da proposta orçamentária para o município de Porto Alegre no ano de 2005. Num segundo momento, buscou-se verificar a presença do segmento feminino no Conselho do Orçamento Participativo no ano de 2005 e realizar uma análise comparativa desta presença ao longo do período 1991-2005.

Por fim, o terceiro elemento debatido foi em relação às áreas temáticas de atuação considerando as assembleias e o Conselho do Orçamento Participativo no ano de 2005. Além disso, verificou-se a presença das mulheres na representação temática no Conselho do Orçamento Participativo no período de 1994 a 2005. Este último item teve como mote central a busca por visualizar a ocorrência de alterações nas estratégias de inserção das mulheres na esfera pública em relação àquelas que se podem encontrar no modelo tradicional de democracia.

A partir da análise dos dados disponíveis evidenciou-se que as mulheres apresentaram expressiva participação nas reuniões de base de organização e elaboração da proposta orçamentária para o município. As mesmas foram mais participativas do que os homens nas assembleias regionais, onde somaram 59% dos participantes e também nas assembleias temáticas, onde este percentual foi de 52% do total de participantes.

No entanto, ao se abordar sua participação na instância de maior prestígio e visibilidade pública do Orçamento Participativo, como seria o caso do Conselho do Orçamento Participativo, os percentuais se inverteram em favor dos homens. Em 2005, de um total de 87 conselheiros eleitos pelas assembleias de base (regionais e temáticas), 40,2% foram mulheres e 59,8% homens.

Especificamente em relação à composição do Conselho do Orçamento Participativo nas regiões foram escolhidos 63 conselheiros, sendo entre os titulares 43,8% mulheres e 56,2% homens e, entre os suplentes 41,9% mulheres e 58,1% homens. No total, no ano de 2005, 43% dos conselheiros regionais escolhidos foram mulheres e 57% homens.

No que se refere às temáticas, de um total de 24 conselheiros eleitos entre titulares e suplentes, 67% foram homens e 33% mulheres. Entre os titulares os índices foram de 58% e 42% e, entre os suplentes 75% e 25% respectivamente.

Partindo de uma abordagem do período 1991-2005, observou-se que dentre os 1173 conselheiros identificados, 35,5% foram mulheres e 64,5% homens. Em relação às assembleias regionais, de um total de 927 conselheiros titulares e suplentes eleitos, 36,4% foram mulheres e 63,6% homens. Já nas temáticas, de um total de 246 conselheiros titulares e suplentes, 32,5% foram mulheres e 67,5% homens.

Além do menor número de mulheres no Conselho do Orçamento Participativo, observou-se também uma divisão entre os sexos no que se refere aos eixos temáticos nas assembleias e no Conselho do Orçamento Participativo, onde as mulheres estiveram consideravelmente menos representadas do que os homens. As mulheres concentram sua atuação em guetos que reportam às atividades femininas.

A participação feminina nas assembleias temáticas no ano de 2005 ficou assim distribuída, em ordem decrescente: “Educação, Esporte e Lazer”, “Cultura”, “Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental”, “Saúde e

Assistência Social”, “Circulação e Transporte” e “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo”.

Já os homens foram mais participativos nas seguintes temáticas, em ordem decrescente: “Cultura”, “Educação, Esporte e Lazer”, “Circulação e Transporte”, “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo”, “Organização da Cidade, Desenvolvimento Econômico e Ambiental” e “Saúde e Assistência Social”.

A partir dos percentuais de homens e mulheres e da descrição dos assuntos tratados em cada uma das temáticas, pode-se dizer que houve uma divisão sexual das áreas de interesse. Essa cisão fica clara ao se analisar as temáticas “Saúde e Assistência Social”, com grande participação feminina, e “Circulação e Transporte” e “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo” com maior percentual de participação masculina.

As temáticas “Cultura” e “Educação, Esporte e Lazer” passaram a ser considerada áreas de interesse *inter-gênero*, pelo fato de que, embora apresentando diferença percentual de participação elevada, haja vista que na primeira 27,6% foram homens e 21,5% mulheres e na segunda 24,9% mulheres e 20,7% homens, foram as duas temáticas mais procuradas por ambos e que mantiveram a mesma representação na composição do Conselho do Orçamento Participativo.

Além disso, cabe mencionar que “Cultura”, de acordo com os temas debatidos, não apresenta elementos suficientes para reafirmar que seja uma temática feminina, como sugere a literatura, trata-se hoje de uma área que contempla interesses de ambos os sexos, o que não descarta a hipótese de que tenha apresentado maior percentual de homens também em função da possibilidade de promover grandes eventos na cidade de Porto Alegre.

Já a temática “Educação, Esporte e Lazer”, como mencionado no capítulo anterior, agrega duas áreas distintas, por um lado a educação, associada ao campo de atuação feminino e esporte e lazer, área que está mais ligada às atividades masculinas. Quiçá a junção dessas duas discussões tenha proporcionado a grande interesse tanto de homens quanto de mulheres em participar da temática.

Por fim, em relação à temática “Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental”, ocorre um fenômeno interessante. Em relação às assembléias de base observa-se uma presença levemente superior das mulheres, fato que não permite considerá-la uma área de interesse prioritariamente feminina devido à baixa margem de diferença percentual, o que pode ser fruto dos diversos temas discutidos,

como anteriormente mencionado. Poder-se-ia dizer que esta também é uma área de interesse *inter-gênero* no que tange às assembleias.

No entanto, partindo para a análise conjugada à composição do Conselho do OP, verificou-se uma grande margem de representação masculina, o que permite compreender essa temática, desde o ponto de vista da composição no Conselho do OP como uma área também marcada por uma divisão de gênero, neste caso, em termos de representação, sendo uma esfera de especial interesse dos homens.

No que diz respeito ao Conselho do Orçamento Participativo no ano de 2005 verificou-se que as mulheres foram representadas em quatro de suas seis temáticas. Se as mulheres foram mais participativas nas assembleias “Educação, Esporte e Lazer” e “Cultura”, e os homens, ao inverso, nas temáticas “Cultura” e “Educação, Esporte e Lazer”, no Conselho ambos tiveram a mesma representação: dois integrantes em cada temática.

Já na assembleia temática “Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental”, a terceira mais procurada pelas mulheres nas assembleias de base, apenas uma foi eleita para o Conselho do Orçamento Participativo. Caso mais desfavorável para as mulheres pode ser observado nas temáticas “Circulação e Transporte” e “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo”, nas quais não houve ocorrência de representação feminina.

Todavia, as mulheres dominam a representação da temática “Saúde e Assistência Social”, onde dos quatro representantes, três foram mulheres.

Situação paralela a esta é constatada na análise da composição do Conselho do Orçamento Participativo referente às temáticas no período 1994 – 2005. Historicamente as mulheres concentraram sua presença no Conselho nos eixos temáticos mais próximos à representação social construída em torno do que deva ser uma atividade feminina e quais deveriam ser suas preocupações.

Para exemplificar, verificou-se que na temática “Saúde e Assistência Social” ao longo do período, as mulheres somaram do que a participação masculina: 28 mulheres e 16 homens. Esta foi a única temática em que as mesmas tiveram maior representação, nas demais elas sempre foram minoria.

Sobressai uma considerável representação masculina nas demais temáticas, especialmente em “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo” onde do total de conselheiros 39 foram homens e 6 mulheres. Também na temática “Circulação e Transporte”, na qual do total de conselheiros, 39 foram homens e

apenas 9 mulheres e, na temática “Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental”: 36 homens e 10 mulheres.

Em relação às temáticas “Cultura” e “Educação, Esporte e Lazer” ocorreu certa equiparação na representação de ambos os sexos no Conselho do Orçamento Participativo durante o período estudado. Em relação à primeira temática, participaram do conselho 11 homens e 8 mulheres e, na segunda 25 homens e 19 mulheres. Essa aproximação em termos de números verificou-se também na participação nas assembléias temáticas de base de elaboração da proposta orçamentária em 2005, como destacado acima.

É preciso destacar que essas áreas faziam parte de uma mesma temática denominada “Educação, Cultura e Lazer”, a qual, a partir de 2000 foi desmembrada, criando-se a temática “Cultura”. De qualquer modo, estas temáticas não podem ser tomadas - desde a análise combinada dos dados de participação nas assembléias e da composição do Conselho do OP em 2005 e durante o período 1994-2005 - como baliza para analisar a diferença de participação e representação entre homens e mulheres, visto que há uma aproximação dos números entre ambos, o que implica considerar que há apropriação das temáticas pelos mesmos quase na mesma proporção. Isso, no entanto, não se verifica nas demais áreas, onde há uma clivagem clara de gênero em relação às temáticas e que foi mais bem representado em termos gráficos na Fig. 22.

Em linhas gerais as mulheres foram mais representadas em relação aos homens nas temáticas que discorrem sobre assuntos mais ligados ao que é considerado um perfil feminino, atividades relacionadas à área social e ao cuidado com o *outro*, ligadas, portanto, à idéia de *sensibilidade*. Assim, verificou-se no Orçamento Participativo o desenvolvimento de uma forma de política, por parte das mulheres, caracterizada como uma *política maternal* ou uma *política do desvelo*, o que nada mais é - como visto nas páginas anteriores - que uma participação marcada pela imagem construída socialmente dos campos de atuação de homens e mulheres.

Desde uma outra perspectiva analítica, a prioridade dada pelas mulheres a algumas temáticas e sua maior representação nas mesmas pode ser entendida como uma estratégia de entrada na esfera pública, tendo em vista que elas se ocupam de assuntos dos quais já tem certo domínio, como por exemplo, educação, saúde, assistência social, entre outros. Porém, retomando as reflexões do capítulo 2,

sem desconsiderar a importância desta participação, pode-se dizer que essa é uma forma de inserção na esfera pública que também precisa ser problematizada.

Se, por um lado, é uma estratégia que permite maior acesso às mulheres no processo de tomadas de decisão, por outro, pouco contribui para a redução das desigualdades de gênero, visto que reproduz a imagem de que às mulheres cabe o mundo das relações privadas. Como consequência, esse modelo impossibilita a transformação na forma como as identidades de gênero são construídas socialmente, o que tende a reproduzir o modelo de relações sociais vigente.

Tomando por base os dados da participação nas temáticas e principalmente da representação no Conselho do OP nos anos apresentados pode-se dizer que a divisão homem-público/mulher-privada, embora tenha sofrido algumas transformações não pode ser considerada uma divisão arcaica do social, tendo em vista sua reconstrução a partir de outros contornos, como lembrou Lipovetsky, (1999).

Sem dúvidas, o principal mérito da democracia em seu modelo tradicional ao longo dos séculos XIX e XX foi a ampliação da cidadania, posto que suprimiu uma série de barreiras que impediam vários grupos sociais de participarem da vida política. No entanto, ainda há o que se avançar em termos de concepção da própria cidadania e da ocupação dos espaços públicos por estes segmentos historicamente marginalizados da elaboração e execução de programas para a gestão pública, como é o caso das mulheres.

Particularmente em relação ao segmento feminino, o direito formal à participação na vida pública não garantiu às mulheres igualdade de acesso às tomadas de decisão e aos postos de poder. Isso pode ser verificado a partir da análise dos dados apresentados segundo os quais as mulheres apresentam expressiva participação nas reuniões de base de organização e elaboração de uma proposta orçamentária para o município, mas ao se abordar sua participação no Conselho do Orçamento Participativo, os percentuais se invertem em favor dos homens.

Pode-se ainda dizer que a experiência de democracia participativa da cidade de Porto Alegre apresenta duas características marcantes. Em primeiro lugar, possibilita a participação popular na elaboração da proposta orçamentária, o que significa nada menos que uma inovação pioneira na forma de condução da gestão pública e em termos de inovação democrática. No que se refere à questão das

relações de gênero, ela acaba reproduzindo a divisão sexual dos poderes e das esferas de atuação que homens e mulheres ocupam nos modelos tradicionais de democracia, principalmente na etapa de representação no Conselho onde ficou mais evidente a divisão dos espaços entre ambos.

Assim, os dados apresentados apontam para a persistência das desigualdades de gênero também nas democracias participativas, apesar desta ser uma proposta que apresenta importantes avanços em termos do desenvolvimento da cidadania e da participação de segmentos politicamente excluídos na esfera pública:

O mérito do novo espaço público é ter provocado a ruptura do monopólio da representação beneficiando as estruturas coletivas locais para permitir uma refundação, mesmo parcial e sempre em curso, dos modos de representação tradicionais. Ele também provocou uma evolução bastante nítida da possibilidade de participação e, em menor medida da representação das mulheres. Essas evoluções não impedem, por outro lado, que características clássicas da representação reapareçam com mais ou menos importância (GRET, 2004, p.68)⁴³.

Isto gera um desafio a ser superado pela democracia participativa: o de uma inclusão mais igualitária de mulheres e homens na esfera pública participativa, transcendendo os vícios do modelo liberal-representativo. Nesse sentido, o trabalho apontou como alternativas para aprimorar o processo de Orçamento Participativo a revisão das instâncias representativas, o que necessita ser mais bem explorado, e a incorporação da discussão sobre as questões de gênero no processo de elaboração da proposta orçamentária, o que, acredita-se, contribuiria para a alteração das hierarquizadas relações sociais desde o ponto de vista do gênero.

Esta, no entanto, não é uma saída de fácil assimilação e resolução devido ao fato de que o patriarcalismo é uma das características mais marcantes de nossas sociedades fazendo com que sua superação não seja algo imediato, mas exija um grande esforço por parte dos mais variados atores sociais.

⁴³ Le mérite du nouvel espace public est d'avoir provoqué la rupture du monopole de la représentation dont bénéficiaient les structures collectives locales pour permettre une refondation, même partielle et toujours en cours, des modes de représentation traditionnels. Il a aussi provoqué une évolution très nette de la possibilité de participation et, dans une moindre mesure de représentation des femmes. Ces évolutions n'empêchent pas, pour autant, les caractéristiques classiques de la représentation de réapparaître ou de perdurer avec plus ou moins d'importance (GRET, 2004, p.68).

REFERÊNCIAS

ADITAL. **Mulheres na política**. Disponível em:

<<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=21432>.> Acesso em: 03 maio 2008.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. vol. 9, n. 1, p. 253-267, set. 2001.

_____. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 193-215, jun. 2005.

ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: _____. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p.31-88.

ASTI VERA, Armando. As técnicas estatísticas. In: _____. **Metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre: Globo, 1979a. p.49-53.

_____. A matemática e as ciências sociais: considerações críticas. In: _____. **Metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre: Globo, 1979b. p.53-61.

AVELAR, Lúcia. Os canais de representação política e a presença das mulheres. O voto feminino: um arsenal à disposição das mulheres. O canal numérico: partidos políticos e eleições. In: _____. **Mulheres na elite política brasileira**. Canais de acesso ao poder. Pesquisas, Centro de Estudos Konrad – Adenauer – Stiftungano n.6, 1996, p.20 – 30.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a Democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.561-594.

BAÑÓN, Sonia Reverter. La Perspectiva de género en la filosofía. ESTABLLER, Helena (coord.). Feminismo y multidisciplinariedad. **Feminismo/s**, n.1, p.33-50, junio 2003.

BARRIONUEVO, Alexei. **No tango político são as mulheres que conduzem**. The New York Times, 06/11/2007. Disponível em: <http://www.americalatina.org.br/internas.php?noticias=&interna=82117>>. Acesso em: 03 maio 2008.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 500p.

BESSIS, Sophie. **Cent ans de féminisme**. Disponível em: http://www.mediterraneas.org/print.php3?id_article=105. Acesso em: 09 out. 2007.

BESSON, Jean-Louis (org). **A Ilusão das Estatísticas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. 289p.

BLACKWELL, Maylei e NABER, Nadine. Interseccionalidade em uma era de globalização. As implicações da Conferência Mundial contra o Racismo para práticas feministas transnacionais. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, p.189-198. 2002.

BLAY, Eva Alterman. Políticas públicas para superar os obstáculos à eqüidade de gênero. In: CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristianne Maria Famer (orgs.). **Produzindo Gênero**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.29-33.

_____. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v.17, n.49, p.87-98, 2003.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 8ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 207p.

BOCK, Gisela. La historia de las mujeres y la historia del género: Aspectos de un debate internacional. **Historia Social**, España, Universidad de Valencia, Instituto de Historia Social, n.9, p.55-77, 1991.

BONINO, Maria; BRUERA, Silvana. **Las mujeres en los presupuestos participativos**. Reflexiones en torno a las experiencias de Montevideo, Porto Alegre y Recife. REPEN: Montevideo 2005, 60 p.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006. 322 p.

_____. A dominação masculina. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.133-184, 1995.

_____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 158p.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero limitada, 1983. 208p.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e Cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos Feministas**. Ano 9, p.291-298, 2º semestre 2001.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**. n.17, p.117-132, 2003.

CARVALHO, Marília Pinto de. Uma busca teórica. In: _____. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999, pp.19-50.

CASTELLANOS, Ângela. **América Latina: Mulheres impulsionam outra política**. Disponível em: <<http://www.mwgglobal.org/ipsbrasil.net/print.php?idnews=2147>>. Acesso em: 03 maio 2008.

CASTORIADIS, Cornélius. A democracia como procedimento e como regime. In: _____. **Encruzilhadas do Labirinto (IV)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002, p.225-279.

CEPAL. **El aporte de las mujeres a la igualdad en América Latina y el Caribe**. X Conferencia regional sobre la mujer de América Latina y el Caribe. 2007, p.137. Disponível em: <http://www.choike.org/nuevo/informes/5589.html>. Acesso em: 20 jan. 2008.

CIDADE. **Fazendo Política: Perfil das Conselheiras e Conselheiros do Orçamento Participativo 2002/2003 - Cidade - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos**. Porto Alegre: Nova Prova, 2003a. 35p.

CIDADE. **Quem é o Público do Orçamento Participativo – 2002**. Cidade – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. Porto Alegre: Nova Prova, 2003b. 80p.

COLLIN, François. **Présence et représentation: Les formes complexes de la vie politique**. 2006, p.6. Disponível em: http://www.mediterraneas.org/print.php3?id_article=521. Acesso em: 10 out. 2007.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T.; PREHN, Denise Rodrigues (org). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.

CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, n.20, p.185-206, jul./dez.1995.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política**. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>. Acesso em: 22 fev. 2008.

D'ANCONA, Maria Ángeles Cea. **Metología cuantitativa**. Estratégias y técnicas de investigación social. Síntesis. Sociología, 1998. 415p.

DAMATTA, Roberto. O social e o cultural. In:_____. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.47-58.

DESROSIÈRES, Alain. Reflejar o instituir: la invención de los indicadores estadísticos. **Metodología**, Bruxelles-Belgique, n.4, p.41-57, 1996.

DIAS, Márcia Ribeiro. Entre a representação e a participação política: o debate acerca da institucionalização do Orçamento Participativo de Porto Alegre. In: MILANI, C., ARTURI, C., SOLINÍS, G. (org.) **Democracia e Governança Mundial**. Que regulações para o século XXI? Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS/UNESCO, 2002, p.204-230.

DURIGUETO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e Democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007, 240p.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 11 ed. 1987. 215p.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Da necessidade de tornar visíveis os gêneros e as sexualidades na escola. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul. v.14, n.1, p.79-93, jan./jun. 2006.

FERREIRA, Márcia Regina, PASSADOR, João Luiz. **A valorização da comunidade cívica: O Orçamento Participativo na ampliação do Capital Social**. Disponível em: <http://www.iadb.org>. Acesso em: 15 out. 2007.

FERREIRA, Mary. **Mulher e Política**: do voto feminino à Lei de Cotas: a difícil inserção das mulheres nas democracias representativas. 2004. Disponível em: http://www.espaçademico.com.br/037/37_cferreira.htm. Acesso em: 13 fev. 2006.

FURTADO, Ana Maria. Um corpo que pede sentido: um estudo psicanalítico sobre mulheres na menopausa. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**. v.IV, n.3, p.27-37, 2001.

GARCIA, Letícia Rios. A Participação das Mulheres no Legislativo Federal. In: VII **SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7.**, 2006. Santa Caratina. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/L/Leticia_Rios_Garcia_06.pdf. Acesso em: 17 abr. 2008.

GIDDENS, Antony. **Mundo em Descontrole**. O que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000, 108p.

GIFFIN, Karen. Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. **Caderno de Saúde Pública**. (Rio de Janeiro), v.10 (suplemento), p.146-155, 1994.

_____. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 18 (suplemento), p.103-112, 2002.

GIUSTI, Carmen Lúcia Lobo [et al]. **Teses, dissertações e trabalhos acadêmicos**: manual de normas da Universidade Federal de Pelotas /. - Pelotas, 2006. 61f.

GOHN, Maria da Glória. O Paradigma dos novos movimentos sociais. In: _____. **Teoria dos Movimentos Sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola. 2000, p.121-170.

GOLDENBERG, Mirian. Dominação masculina e saúde: usos do corpo em jovens das camadas médias urbanas. **Ciência & Saúde Coletiva**, ano 10, n.1, p.91-96, 2005.

GRET, Marion. Genre et démocratie participative au Brésil. In: **Reforcer le genre dans la recherche**. Approche comparative Sud-Nord. Bordeaux, IEP, 2004, p.61-70. Disponível em: http://www.cean.sciencespobordeaux.fr/actes_colloque_Genre.pdf. Acesso em: 14 mar. 2007.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p.167- 206, set. 2001.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Processos Participativos de Gestão Pública em Porto Alegre e Montevideú. Comparando semelhanças e diferenças. In: III CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2006, Campinas. **Anais do...** Campinas: ALAS-CP, 2006, 14p.

_____. Participação e Governo Local. Comparando a descentralização de Montevideú e orçamento participativo de Porto Alegre. **Sociologias**: problemas e práticas, Porto Alegre, n. 46, p.51-69, 2004a.

_____. Democracia, participação e deliberação. Contribuições ao debate sobre possíveis transformações na esfera democrática. **Civitas**: Porto Alegre, v.4, n.2, p.257-283, jul./dez. 2004b.

GUZMÁN, Virginia. **Gobernabilidad democrática y género, una articulación posible**. Serie Mujer y desarrollo, CEPAL, n.48. 2003. 63p.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: Uma Breve Introdução. Disponível em: http://www.coeprasil.org.br/opiniao_genero.asp. Acesso em: 27 out. 2006.

HIRST, Paul Q.. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. 214p.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo. 2003, 330p.

HOLZMANN, Lorena. Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às novas tecnologias. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 2, n.4, p.258-273, jul./dez. 2000.

HTUN, Mala. A Política de Cotas na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.1, p. 225-230, set. 2001.

_____. Mujeres y poder político en Latinoamérica. In: IDEA. **Mujeres en el Parlamento**. Más allá de los números, 2002, p.19-43. Disponível em: <http://www.idea.int/publications/wip/upload/Full%20Handbook%20%20WiP%20Spanish.pdf>. Acesso em: 15 set. 2007.

JULIANI, Talita Janine. A construção do *Livre de la Cité des Dames* (1405) de Christine de Pizan. **Língua, Literatura e Ensino**, v.2, p.191-197, maio/2007. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/seer/sepeg/ojs/viewarticle.php?id=51>. Acesso em: 20 abr. 2008.

KARAWEJCZYK, Mônica. **Um manual de comportamento feminino no final da Idade Média**: O Espelho de Cristina de Christine de Pisan (1405) (Parte 1). Disponível em: <http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=35>. Acesso em: 20 abr. 2008.

LARANJEIRA, Sônia M. Governo e participação: dez anos de Orçamento Participativo na Prefeitura de Porto Alegre, Brasil. In: MARIN, Antonio Lucas e RUIZ, Pablo Garcia (editores). **La Participación en un mundo en crisis**. Madrid: Subcomité Iberoamericano del RC 10/ISA, 1999, p. 78-93.

LIMA, Nádia Regina Loureiro de Barros (org). **Mulher em questão**. Maceió, Editora Universitária, 1987. 70p.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Instituições políticas democráticas**: o segredo da legitimidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, 143p.

LIPOVETSKY, Gilles. **La Tercera Mujer**. Permanencia y revolución de lo femenino. Barcelona: Anagrama, 1999. 299p.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n.16, p.101-132, jul./dez. 1995.

_____. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n.25, p. 59-78, jul./dez. 2000.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, v.70, p.139-170, 2007.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. Orçamento Participativo; decisão nas mãos dos cidadãos. In: _____ (org.) **Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades**: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.203-217.

MERLLIÉ, Dominique. A Construção Estatística. In: MERLLIÉ, Dominique et all. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p.107-170.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria Política Feminista e Liberalismo: O caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n.44, p.91-102, out. 2000.

_____. Política de interesses, política de desvelo: representação e 'singularidade feminina'. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.1, p. 253-267, set. 2001.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.14, p.363-385, maio/ago. 2006.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, ciudadanía y política democrática radical. In: _____. **El retorno de lo político**; comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Barcelona: Piados, 1999. p.107-126.

MOLYNEAUX, Máxime. Movimentos de mulheres. In: BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William (Ed.) **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.493-496.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995. 284p.

OBREGÓN, María Emma Wills. Feminismo y Democracia: más allá de las viejas fronteras. **Análisis Político**. Colombia, n.37, p.18-37, may/ago. 1999.

OLIVEIRA, Guacira César de e SANT'ANNA, Wânia. Chega de Saudades, a realidade é que... **Revista Estudos Feministas**, ano 10, p.199-207, 2002.

ONU. **Estudio a fondo sobre todas las formas de violencia contra la mujer**.

2006. 157p. Disponível em:

http://www.animar-dl.pt/documentos/ver_documento.php?id=45. Acesso em: 20 ago. 2007.

PECHARD, Jacqueline. El sistema de cuotas en América Latina. Panorama Geral. In: IDEA. **Mujeres en el Parlamento**. Más allá de los números, 2002, p.173-186.

Disponível em:

<http://www.idea.int/publications/wip/upload/Full%20Handbook%20%20WiP%20Spanish.pdf>. Acesso em: 15 set. 2007.

PEDRO, Joana Maria. **As mulheres e a separação das esferas**. Disponível em:

http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol/04_mesa2.htm. Acesso em: 09 out. 2007.

PEREIRA, Marcus Abílio. Modelos democráticos deliberativos e participativos: similitudes, diferenças e desafios. In: III CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2006, Campinas. **Anais do...** Campinas: ALAS-CP, 2006, 25p.

PEREIRA, Verbena Laranjeira. Gênero: dilemas de um conceito. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T.; PREHN, Denise Rodrigues (org). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.173-198.

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 157 p.

_____. As mulheres, o poder, o história. In: _____. **Os Excluídos da História**. Operários, Mulheres e Prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 167-231.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.1, p. 268-290, set. 2001.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Amanhã a diferença? In: _____. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: 34, 1999, p.104-149.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Teorias da democracia**: diferenças e identidades na contemporaneidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 118p.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 120p.

PRÁ, Jussara Reis. Eleições e Cidadania. Notas sobre o comportamento política de gênero. In: BAQUERO, Marcello [et. al.]. **A lógica do processo eleitoral em tempos modernos**. Porto Alegre/ Canoas: Editora da Universidade/UFRGS/ Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997. p.11-35.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. **II CNPM quer mudanças nas estruturas patriarcais dos partidos políticos**, 2006. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/noticias/ultimas_noticias/not_mudancas_partidos_politicos/. Acesso em: 03 maio 2008.

QUADROS, Waldir. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. **Estudos Avançados**, n.18, p. 95-117, 2004.

RIBEIRO, Uriella Coelho. **As mulheres no Orçamento Participativo de Belo Horizonte**. As potencialidades e limites para uma participação paritária entre homens e mulheres neste espaço. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/uriella_coelho_ribeiro.pdf. Acesso em: 17 abr. 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Livro V. In: _____. **Emílio ou Da Educação**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 491-680.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, ano 9, p.09-21, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Posfácio: Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth, MUÑOZ-VARGAS, Mônica (orgs). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Brasília: UNICEF, 1994. p. 271-283.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução geral à coleção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.13-27.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.39-78.

SARTORI, Giovanni. A Democracia vertical. In: _____. **A Teoria da Democracia Revisitada**. São Paulo: Ática, 1994. p.181-245.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n.16, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.20, n.3, p.8-15, set. 2000.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. A Construção da Identidade Masculina: Alguns Pontos para Discussão. **Psicologia**, São Paulo: USP, v.8, n.1, p.1-13, 1997.

SOARES, Guiomar Freitas. Da invisibilidade à cidadania: um estudo sobre as identidades de gênero. In: SOARES, Guiomar Freitas, SILVA, Meri Rosane Santos da, RIBEIRO, Paula Regina Costa (orgs). **Corpo, Gênero e Sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006. p.61-67.

SOARES, Vera. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIR, S. (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.161-180

SOLERA, Carlos Rafael Rodríguez. Sete grandes debates sobre desigualdade social. In: CATTANI, Antonio David & DÍAZ, Laura Mota. **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p.207-233.

STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.264, p.77-105, maio/ago. 2004.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Novos processos sociais globais e violência. **São Paulo em Perspectiva**, v 13, n.3. p.18-23, 1999.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder: a família no mundo, 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006. 510p.

VALENZUELA, Lídice. **América Latina**. Mulheres em ascensão. 5 de nov. de 2007. Disponível em: <<http://www.granma.cu/>>. Acesso em: 03 maio 2008.

VERGARA, Jorge. Teorias Democráticas Participativas: un analisis critico. **Revista Venezolana de economía y Ciencias Sociales**. n.2-3, abril/set 1998. 24p. Disponível em: <http://ladb.unm.edu/aux/econ/ecosoc/1998/april/teorias.html>. Acesso em: 04 dez. 2007.

VINCENT, Andrew. Feminismo. In: _____. **Ideologias Políticas Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p.175-208.

VITALE, Denise. Entre participação e deliberação: por um conceito contemporâneo de democracia participativa. In: III CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2006, Campinas. **Anais do...** Campinas: ALAS-CP, 2006, 26p.

VITULLO, Gabriel E. Saindo do marasmo acadêmico: reflexões sobre cultura política e as teorias da democracia participativa. In: BAQUERO, Marcelo (org). **Desafios da Democratização na América Latina**. Debates sobre cultura política. Porto Alegre: editora da Universidade UFRGS, Centro Universitário La Salle, 1999. p.31-46.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindicación de los derechos de la mujer**. Madri, Debate, 1998. 222 p.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.7-72.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, p.139-190, 2006.

SITES CONSULTADOS

<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2004/11/08/001.htm> em 22/02/08 às 11:34h

<http://pimentanegra.blogspot.com/2005/03/mary-wollstonecraft-1739-1797-e.html> em 2/02/08 às 11:38h.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Mary_Wollstonecraft em 22/02/08 às 11:32h.